

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VINÍCIUS MARCONDES ARAÚJO

**O “MOVIMENTO DE 11 DE NOVEMBRO” E SUAS REPERCUSSÕES  
SOB A ÓTICA DA DIPLOMACIA ESTADUNIDENSE (1955)**

Maringá

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

A663m

Araújo, Vinícius Marcondes

O "Movimento de 11 de Novembro" e suas repercussões sob a ótica da diplomacia estadunidense (1955) / Vinícius Marcondes Araújo. -- Maringá, PR, 2023.  
128 f.

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.

1. Brasil - Movimento de 11 de Novembro (Contragolpe). 2. Diplomacia. 3. Relações Internacionais - Brasil - Estados Unidos. 4. Lott, Henrique Teixeira, 1894-1984. I. Ferraz, Francisco César Alves, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 23.ed. 981.062

VINÍCIUS MARCONDES ARAÚJO

**O “MOVIMENTO DE 11 DE NOVEMBRO” E SUAS REPERCUSSÕES  
SOB A ÓTICA DA DIPLOMACIA ESTADUNIDENSE (1955)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH-UEM) como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz

Maringá

2023

VINÍCIUS MARCONDES ARAÚJO

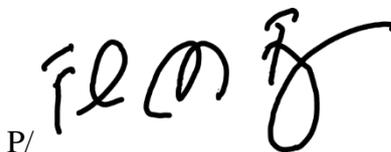
**O “MOVIMENTO DE 11 DE NOVEMBRO” E SUAS REPERCUSSÕES SOB A ÓTICA DA  
DIPLOMACIA ESTADUNIDENSE (1955)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH-UEM), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

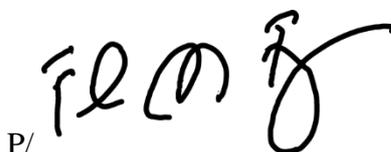
**BANCA EXAMINADORA:**



Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz – Orientador  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)



P/  
Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman – Examinador Externo  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)



P/  
Prof. Dr. Roger Domenech Colacios – Examinador Interno  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Maringá

2023

*Para Gabriella.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela paz, sabedoria e força, indispensáveis nesta caminhada.

À Gabriella, que ao longo dos meses dessa pesquisa passou de namorada a esposa, me ensinando o amor e a confiança em cada etapa.

Ao “Chico”, meu orientador, pela confiança no trabalho, ensinamentos e correções de rota necessários ao trabalho.

Aos professores e colegas da pós-graduação e todos os que me acompanham desde as etapas anteriores, pelo companheirismo e conhecimentos construídos juntos.

À minha família, os de sangue e de afeto, de Tamarana, Londrina e de tantos outros tempos e espaços, pelos alicerces espirituais, materiais e humanos que formam a maior bagagem desta caminhada.

Aos amigos, alunos e todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

A todos os citados, devoto meus mais sinceros agradecimentos: com a exceção dos possíveis erros, este trabalho carrega um pouco de cada um nos méritos que conquistar.

## RESUMO

Nesta pesquisa, buscamos analisar as interpretações sobre o “Movimento de 11 de Novembro” – movimento militar liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, em 1955, visando garantir o respeito ao resultado das eleições daquele ano – construídas pela diplomacia dos Estados Unidos em serviço no Brasil durante as semanas precedentes e posteriores ao episódio. Inicialmente, traçamos um panorama teórico e histórico sobre a atuação política dos militares brasileiros ao longo do século XX, adotando como referências teóricas as contribuições das concepções instrumental e organizacional sobre as relações entre Forças Armadas e política no Brasil, para compreender a importância do processo de modernização e profissionalização militar para sua atuação política no contexto do movimento estudado. Em seguida, identificamos as tradições constituintes da política externa estadunidense – a ideia do excepcionalismo republicano e a busca pela ampliação de sua liderança e hegemonia – que orientam e embasam a atuação de seus diplomatas, juntamente com sua cultura política e concepções de tempo histórico particulares. Finalmente, para reconstruir as interpretações da diplomacia sobre o movimento, recorreremos à documentação diplomática produzida neste período (telegramas, relatórios semanais e memorandos), analisando-a de modo a considerar suas especificidades de documentação oficial, de Estado, frequentemente sigilosa e que comporta discursos com o duplo objetivo de informar e avaliar os acontecimentos. A análise documental identificou os temas que mais mobilizaram a atenção da diplomacia, como o clima político brasileiro anterior ao movimento, a questão da legalidade de seus desdobramentos e a atuação do general Lott. Com base nesta análise, pudemos reconhecer que a visão construída por esses diplomatas sobre o cenário político brasileiro é frequentemente negativa, associando o movimento e a atuação política das Forças Armadas como sinais de uma democracia “imatura e instável”.

**Palavras-chave:** Movimento de 11 de Novembro; diplomacia; Estados Unidos; Henrique Teixeira Lott.

## ABSTRACT

In this research, we seek to analyze the interpretations of the “November 11<sup>th</sup> Movement” – a military movement led by General Henrique Teixeira Lott, in 1955, aiming to ensure respect for the result of the elections of that year – built by the diplomacy of the United States in service in Brazil during the weeks preceding and following the episode. Initially, we draw a theoretical and historical overview of the political action of the Brazilian military throughout the 20th century, adopting as theoretical references the contributions of instrumental and organizational concepts on the relationship between the Armed Forces and politics in Brazil, in order to understand the importance of the process of military modernization and professionalization for its political action in the context of the studied movement. Next, we identify the constituent traditions of US foreign policy – the idea of republican exceptionalism and the quest to expand its leadership and hegemony – that guide and underpin the actions of its diplomats, along with their political culture and particular conceptions of historical time. Finally, to reconstruct the interpretations of diplomacy about the movement, we resorted to the diplomatic documentation produced in this period (telegrams, weekly reports and memos), analyzing it in order to consider its specificities of official documentation, of the State, often confidential and that includes speeches with the double objective of informing and evaluating the events. The documentary analysis identified the themes that most mobilized the attention of diplomacy, such as the Brazilian political climate prior to the movement, the question of the legality of its developments and the actions of General Lott. Based on this analysis, we were able to recognize that the view built by these diplomats on the Brazilian political scene is often negative, associating the movement and the political action of the Armed Forces as signs of an “immature and unstable” democracy.

**Keywords:** November 11th Movement; diplomacy; United States; Henrique Teixeira Lott.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CHDD-Funag - Centro de História e Documentação Diplomática da Fundação Alexandre de Gusmão

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

ECEME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

EMFA – Estado-Maior das Forças Armadas

EsAO – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FRUS – Foreign Relations of the United States

JK – Juscelino Kubitschek

MMC – Movimento Militar Constitucionalista

NARA – National Archives and Records Administration

OEA – Organização dos Estados Americanos

OtA – Opening the Archives

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PRP – Partido de Representação Popular

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RJ – Rio de Janeiro

STF – Supremo Tribunal Federal

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

UEM – Universidade Estadual de Maringá

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1 – AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS E O “MOVIMENTO DE 11 DE NOVEMBRO” .....</b>	<b>16</b>
1.1. Forças Armadas e política no Brasil.....	16
1.1.1. <i>Debates teóricos</i> .....	16
1.1.2. <i>Histórico</i> .....	21
1.2. O “período democrático” (1945-1964): contexto político e militar .....	30
1.2.1. <i>Nacionalismo e Legalismo nas Forças Armadas</i> .....	36
1.3. O “Movimento de 11 de Novembro” .....	40
1.3.1. <i>O general Lott</i> .....	40
1.3.2. <i>O gatilho</i> .....	43
1.3.3. <i>A reação legalista</i> .....	46
1.3.4. <i>As repercussões</i> .....	49
<b>CAPÍTULO 2 - A POLÍTICA EXTERNA E OS DIPLOMATAS DOS ESTADOS UNIDOS ....</b>	<b>51</b>
2.1. A política externa .....	51
2.1.1. <i>Tradições</i> .....	52
2.1.2. <i>Histórico</i> .....	56
2.1.3. <i>Brasil, América Latina e Guerra Fria</i> .....	67
2.2. Os diplomatas.....	73
2.2.1. <i>Cultura política</i> .....	74
2.2.2. <i>Concepções de tempo histórico</i> .....	80
2.3. Perfil dos atores diplomáticos .....	84
<b>CAPÍTULO 3 – O “MOVIMENTO DE 11 DE NOVEMBRO” E AS ANÁLISES DA DIPLOMACIA ESTADUNIDENSE .....</b>	<b>87</b>
3.1. Ponto de partida.....	91
3.2. Antecedentes .....	93
3.3. O estopim .....	100
3.4. O movimento.....	103
3.5. A atuação de Lott .....	108
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>122</b>

## INTRODUÇÃO

Em 11 de novembro de 1955, o general e ministro da Guerra Henrique Teixeira Lott liderou um movimento militar que mobilizou tropas em todo o país visando garantir o respeito ao resultado das eleições presidenciais do mês anterior, que havia elegido Juscelino Kubitschek e João Goulart para ocupar a presidência e vice-presidência da República. O episódio foi oficialmente denominado “Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes”, mas também ficou conhecido como “Contragolpe de 11 de Novembro” ou, simplesmente, “Movimento de 11 de Novembro” – denominação que utilizaremos neste trabalho.

Associados pelos seus opositores a uma continuação do projeto nacionalista e populista de Vargas, Kubitschek, o “JK”, e Goulart, o “Jango”, tiveram suas candidaturas questionadas desde o início. Quando as urnas atestaram sua vitória, iniciou-se uma articulação civil e militar visando impedir sua posse. Defendendo a legalidade constitucional das eleições e o não envolvimento das Forças Armadas em questões políticas, Lott representava um empecilho às articulações golpistas. Assim, seu afastamento do ministério da Guerra em 10 de novembro de 1955 representou a chave para o movimento de reação legalista que acabou vitorioso e garantiu a posse dos eleitos no ano seguinte. Lott sairia do movimento com grande prestígio entre grupos nacionalistas civis e nas Forças Armadas, e as repercussões do 11 de novembro se estenderiam por todo o governo JK, aprofundando as divisões no interior das Forças Armadas que refletiam a polarização política nacional.

O “Movimento de 11 de Novembro” e suas repercussões já mereceram atenção por parte da historiografia brasileira interessada em investigar as relações entre militares e política no Brasil, embora o volume de produções seja consideravelmente menor do que sobre outros temas correlatos, como o período da Ditadura Militar (1964-1985). Assim, até a publicação em formato de livro da dissertação de mestrado de Karla Carloni (2012), não encontramos registros de qualquer obra bibliográfica anterior que analisasse o movimento com a profundidade e riqueza de fontes que a autora propõe. Anteriormente, o tema havia sido abordado brevemente apenas em artigos, capítulos de livro ou obras com temática mais ampla sobre as crises políticas e militares na história republicana do Brasil.

Assim, nesta pesquisa, buscamos analisar o “Movimento de 11 de Novembro” e suas repercussões sob um ponto de vista que, conforme pudemos apurar até o momento, ainda não havia sido tentado: o das visões construídas pela diplomacia dos Estados Unidos em serviço no Brasil durante as semanas que antecederam e sucederam ao movimento. Acreditamos que esta

abordagem fornece importantes pontos para reflexão sobre como as instituições políticas e militares brasileiras são observadas por atores externos e sobre como as próprias visões e interpretações dos diplomatas são construídas, considerando seu contexto nacional e profissional de procedência.

Desta forma, para compreender como os diplomatas estadunidenses interpretaram o movimento, contamos com o valioso suporte documental obtido através do projeto *Opening the Archives*, resultado de uma parceria internacional entre a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Brown University, dos Estados Unidos. O projeto digitalizou e disponibilizou online, de forma gratuita, centenas de milhares de páginas de documentos sobre as relações Brasil-Estados Unidos produzidos pela diplomacia estadunidense; um rico acervo que já tem sido empregado em produções historiográficas recentes – como nos trabalhos de José Victor de Lara (2019) e Pedro Carvalho Oliveira (2020) -, dando uma nova visão a temas já amplamente debatidos na historiografia nacional.

Coletar e produzir informações sobre o país no qual está lotado, de forma a auxiliar seu país de origem na elaboração da política externa específica para este país, é uma das principais funções daquelas pessoas encarregadas do serviço diplomático. Diariamente, as embaixadas e consulados produzem centenas e milhares de páginas relatando a situação política, econômica e social do país em que estão lotados. Esses documentos são geralmente recolhidos pelo mais alto cargo representativo naquele país – o embaixador – que se comunica com seu governo. Neste sentido, a documentação diplomática é essencial para se desvelar as visões de um determinado país sobre outro. Certamente não a única, mas talvez a que tenha maior influência nos processos de tomada de decisão em política externa.

Em política externa, a informação tem o papel de “reduzir as incertezas” na elaboração dos cálculos políticos pelas lideranças. A informação diplomática – ou seja, os despachos, telegramas, relatórios, informes e outros documentos produzidos em órgãos do serviço externo, como embaixadas, consulados e chancelarias – geralmente possui a característica de ser, no mínimo, sigilosa (e, teoricamente, não clandestina), sendo trocada entre os órgãos encarregados da elaboração e execução da política externa de determinado país com suas representações nos países estrangeiros. As informações produzidas pelas representações diplomáticas em um país estrangeiro podem apresentar caráter quantitativo (demografia, dados militares, econômicos, etc.), técnico (capacidade de produção e criação) e qualitativo (informações pessoais, históricos, contatos, informações psicológicas de indivíduos e grupos, sínteses conjunturais, etc.) sobre o país em questão. Em suma, são documentos que, além do caráter informativo, frequentemente carregam comentários avaliativos. (DUROSELLE, 2000, p. 123-5)

O processo de elaboração das correspondências diplomáticas constitui um caminho que se configura a partir de uma “extensa e bem-organizada rede de informações” (RODEGHERO, 2002, p. 45) tecida através de informantes, de conversações mantidas pelos diplomatas com pessoas de destaque no mundo político e empresarial, de pesquisas eleitorais e de opinião, da imprensa, entre outros. Cada uma dessas fontes de informação recebe um tratamento específico, de acordo com suas características. As informações obtidas através de informantes sigilosos, ou em conversações com figuras de relevo, passam por uma análise crítica considerando as posições defendidas publicamente por aquela pessoa e sua inserção social. Já em relação à imprensa, a atenção é direcionada à forma como os jornais de diferentes linhas editoriais repercutem determinados acontecimentos. (RODEGHERO, 2002, p. 45)

Os produtores da informação diplomática são os agentes das relações internacionais. Segundo Duroselle (2000, p. 101-3) os agentes das relações internacionais podem ser definidos como as pessoas que estão direta e ativamente envolvidas nas relações entre os países. Os agentes podem ser *decisores* (geralmente os chefes de Estado), encarregados de fixarem os objetivos estratégicos, os meios e riscos a serem tomados, ou *executores* (diplomatas, chefes militares, financistas e homens de negócios, propagandistas, informantes, etc.), encarregados de empregar as táticas de acordo com os meios à disposição no exercício da política externa. São estes últimos que nos interessam.

As informações compiladas e encaminhadas pelos diplomatas sofrem de problemáticas que são comuns à documentação oficial, como a subjetividade em sua produção, o processo de seleção, classificação e comunicação, que comporta inúmeras possibilidades de distorções e manipulações premeditadas ou não. Como os agentes decisores dependem dessas informações, é comum que seja prerrogativa do chefe de Estado a escolha dos diplomatas a seu serviço em cargos de chefia (embaixadores, cônsules, adidos, etc.). (DUROSELLE, 2000, p. 117-30)

Tão importante quanto a análise do perfil individual desses agentes executores, o estudo das relações que estes estabelecem entre si é fundamental. A título de exemplo, citamos o caso das relações entre diplomatas e militares na produção de informações sobre um determinado país. Por serem os agentes que lidam com os assuntos mais sensíveis no âmbito estatal, quanto mais próxima as relações dos militares com os diplomatas, melhor a qualidade da informação estratégica e, conseqüentemente, melhor é a condução da política externa de um país. Este é o caso dos Estados Unidos no período pós-Segunda Guerra Mundial: seu engajamento inédito na condução e construção de uma ordem internacional marcada pelos traumas do conflito e tensão bipolar latente resultou em uma coordenação estreita dos objetivos diplomáticos com os objetivos militares (PECEQUILO, 2011). As figuras dos adidos militares, enviados especiais,

e mesmo dos diplomatas, cónsules, embaixadores e Secretários de Estado com ligações à carreira militar, se tornaram cada vez mais importantes entre os agentes da política externa estadunidense.

Por estarmos investigando as reações da diplomacia estadunidense a um movimento político interno ao Brasil, em um contexto de paz entre os dois países, recorreremos à tipologia elaborada por Duroselle (2000, p. 266-76) para definir as relações internacionais pacíficas. Este autor distingue quatro tipos principais de relações pacíficas: comerciais, financeiras, culturais e político-militares. As relações político-militares são aquelas ligadas ao poder e à segurança, onde os países “mais fracos” se esforçam para conservar o poder adquirido através da aliança com um país mais poderoso. Buscam, desta a forma, manterem-se neutros em momentos de conflito, jogando com a multilateralidade.

O caráter sensível da documentação diplomática dificulta sua disponibilização imediata a um público mais amplo. A depender da legislação de acesso à informação de cada país e do grau de sigilo das informações, o tempo mínimo a ser decorrido entre a produção de um documento e sua disponibilização para consulta pública gira em torno de algumas décadas. A atual legislação dos Estados Unidos<sup>1</sup> determina um tempo máximo que varia entre 25 anos e 75 anos para a “desclassificação” dos documentos, mas o texto mantém várias ressalvas que dependem do grau de relevância da informação para a segurança nacional e para suas relações com outros países.

Além disso, o acesso a estes documentos depende da organização das instituições encarregadas de sua salvaguarda. Normalmente, esta documentação está centralizada em algum arquivo, ou dispersa em vários arquivos. Em ambos os casos, o pesquisador pode encontrar dificuldades técnicas e financeiras para a pesquisa. É neste sentido que a digitalização e disponibilização ao público dos acervos documentais diplomáticos são de suma importância para a pesquisa em História das Relações Internacionais e em outras áreas. Atualmente, são poucos os projetos oficiais deste porte.

O próprio Departamento de Estado dos Estados Unidos mantém um projeto para divulgação de seu acervo documental a um público mais amplo. Intitulado *Office of the Historian*<sup>2</sup> (em tradução literal, “Escritório do Historiador”). Periodicamente, este órgão

---

<sup>1</sup> **The President Executive Order 13526** (29 de dezembro de 2009). Disponível em: <[<sup>2</sup> \*\*Department of State of the United States of America - Office of the Historian\*\*. Disponível em: <https://history.state.gov/>](https://www.archives.gov/isoo/policy-documents/cnsi-eo.html#:~:text=This%20order%20prescribes%20a%20uniform,the%20activities%20of%20their%20Government.>https://www.archives.gov/isoo/policy-documents/cnsi-eo.html#:~:text=This%20order%20prescribes%20a%20uniform,the%20activities%20of%20their%20Government.></a>. Acesso em: 30/07/2020.</p></div><div data-bbox=)

publica a coleção *Foreign Relations of the United States*<sup>3</sup> (FRUS): uma seleção dos documentos diplomáticos mais significativos de um determinado período da História Diplomática americana. Dividida por mandatos presidenciais e por temas “gerais” e específicos das relações dos EUA com cada país, a coleção está disponível de forma integral para a consulta pública em seu *website*. Por se tratar de uma iniciativa oficial, a FRUS envolve a seleção minuciosa dos documentos, não dando acesso à uma documentação mais “bruta” sobre os assuntos.

O projeto *Opening the Archives* (OtA) utiliza os mesmos conjuntos documentais que a coleção FRUS, mas os disponibiliza de forma integral para a consulta pública. Coordenado pelo Prof. Dr. James Green (Brown University) e pelo Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz (UEM), o projeto compôs um acervo que já conta com centenas de milhares de documentos produzidos pela diplomacia americana sobre o Brasil ao longo do século XX. Os arquivos digitalizados, provenientes do Departamento de Estado dos Estados Unidos, encontram-se originalmente depositados no Arquivo Nacional americano – *National Archives and Records Administration* (NARA). Quanto à sua forma material, os documentos foram organizados e gravados em microfilme pelo NARA, disponibilizados à consulta pública quando de sua “desclassificação” e posteriormente digitalizados pelo projeto.<sup>4</sup>

No Brasil, não há até o momento uma iniciativa semelhante com os documentos diplomáticos nacionais. O Centro de História e Documentação Diplomática da Fundação Alexandre de Gusmão (CHDD-Funag)<sup>5</sup>, responsável pela salvaguarda dos arquivos diplomáticos brasileiros, disponibiliza online apenas os catálogos de seu acervo, mas não os documentos na íntegra.

Estamos de acordo que, ainda que o conteúdo seja o mesmo, o suporte de uma fonte modifica sensivelmente seu tratamento, leitura e interpretação. O documento sucessivamente convertido de sua materialidade para o microfilme, e deste para o arquivo digitalizado disponível *online*, certamente alheia o pesquisador da “[...] abordagem tátil e imediata do material, essa sensação preensível de vestígios do passado” (FARGE, 2017, p. 22). No entanto, a mesma autora acrescenta que esta conversão agiliza a pesquisa e democratiza seu empreendimento, abrindo outras possibilidades de colocar questões aos textos.

De qualquer modo, a mudança no suporte não dispensa certos procedimentos básicos de pesquisa. Para evitar cair nas “armadilhas e tentações” da pesquisa documental, o historiador

---

<sup>3</sup> Literalmente, “Relações Estrangeiras dos Estados Unidos”;

<sup>4</sup> **Opening the Archives: US-Brazil relations 1910-1963.** Disponível em: <<http://www.comcap.uem.br/cdo/index.html>>.

<sup>5</sup> **CHDD – Funag.** Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/chdd/>>

deve, antes de tudo, munir-se de interrogações minimamente claras às quais suas fontes serão submetidas. As fontes não falam por si – é um certo lugar-comum do ofício, mas que deve ser constantemente lembrado. Isso porque a intencionalidade do documento pode seduzir pelo seu “efeito de real”: documentos produzidos sem a intenção de serem acessados posteriormente causam esse efeito de modo mais imediato; no entanto, mesmo o documento produzido com “intenções de posteridade” pode gerar esse efeito pela sua assertividade e caráter “oficialesco”. Para evitar um retorno indesejável à História Diplomática do século XIX, a pesquisa em História das Relações Internacionais deve saber reconhecer a “loquacidade do documento”, pois:

Quando o documento se anima a ponto de levar a crer que ele se basta a si mesmo, sobrevém inevitavelmente a tentação de não se desgrudar dele e de fazer um comentário imediato a seu respeito, como se a evidência de seu enunciado não devesse ser reinterrogada. Disso decorre uma escrita da história, descritiva e plana, incapaz de produzir outra coisa que não o reflexo (e mesmo o decalque) do que foi escrito há duzentos anos. A narrativa da história torna-se uma glosa entediante, um comentário positivista no qual os resultados obtidos não passaram pelo crivo da crítica. (FARGE, 2017, p. 73)

Deste modo, para melhor contextualizar a análise das fontes, optamos por subdividir as temáticas de nosso objeto de pesquisa ao longo dos capítulos desse trabalho.

No primeiro capítulo buscamos traçar um panorama do debate historiográfico sobre as relações entre militares e política no Brasil, considerando os principais debates teóricos em torno do tema e o próprio histórico dessas relações durante o período republicano. Em seguida, apresentamos uma contextualização sobre o ambiente político e militar do chamado “período democrático” (1945-1964) no qual o “Movimento de 11 de Novembro” está situado, assim como os debates sobre os conceitos de nacionalismo e legalismo que mobilizavam os meios militares e civis naquele momento. Finalmente, reconstruiremos a sucessão de acontecimentos que caracterizaram o movimento, considerando o perfil de seu principal ator – o general Lott –, o estopim do movimento, seu desfecho e repercussões.

No segundo capítulo, voltamo-nos para a compreensão da política externa dos Estados Unidos e da atuação de sua diplomacia historicamente. Assim, buscamos inicialmente identificar as tradições da política externa estadunidense e seu histórico de atuação global, especialmente no Brasil e na América Latina durante o período da Guerra Fria, para compreender seus padrões de média e longa duração assim como as mudanças que se introduziram em cada contexto. Em seguida, elaboramos uma reflexão sobre a forma como os diplomatas, enquanto categoria profissional intrinsecamente ligada às instituições nacionais, constroem uma cultura política e concepções de tempo histórico que frequentemente

reproduzem ou reelaboram as tradições da política externa e da cultura política de seu próprio país e meio social de origem.

No terceiro e último capítulo, embasados nas discussões desenvolvidas nos capítulos anteriores, procedemos à análise da documentação diplomática questionando a maneira como os diplomatas estadunidenses interpretaram o “Movimento de 11 de Novembro” em seus diferentes momentos, a compreensão que elaboram sobre as relações entre militares e política no Brasil e o que suas análises permitem inferir sobre sua cultura política e concepções de tempo histórico. Assim, pudemos distribuir a análise em cinco momentos e temáticas distintos que nos permitiram elaborar algumas conclusões parciais.

## **CAPÍTULO 1 – AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS E O “MOVIMENTO DE 11 DE NOVEMBRO”**

### **1.1. Forças Armadas e política no Brasil**

#### *1.1.1. Debates teóricos*

O tema das relações entre as Forças Armadas e a política no Brasil tem sido objeto de análise de diversos pesquisadores brasileiros em História e Ciências Sociais, ganhando força especialmente após 1964. Esses estudos se dividem em diferentes concepções sobre as relações entre o aparelho militar e as esferas mais amplas da sociedade e do Estado, como as que dão ênfase ao caráter instrumental ou ao caráter organizacional destas relações.

Apesar de o debate entre essas concepções já ter avançado na historiografia, consideramos importante retomá-lo partindo da premissa de que a atuação política dos militares brasileiros ao longo do século XX se deu em correlação com a construção do Estado nacional. Neste processo, as Forças Armadas foram atores centrais nas disputas entre diferentes projetos de país, com muitos de seus membros atuando em projetos políticos de relevo ou ocupando cargos administrativos nas três esferas de poder, como demonstraremos adiante. Portanto, retomar a discussão sobre o peso relativo das demandas próprias da organização militar e de sua permeabilidade às influências externas se mostra fundamental, ainda que necessite de um complemento à luz da historiografia mais recente.

A concepção instrumental vincula a atuação política das Forças Armadas aos interesses de classes ou grupos sociais, considerando a origem social dos militares como determinantes na explicação do comportamento político da instituição. Já a concepção organizacional enfatiza que são as características internas das instituições militares, seus interesses e necessidades estritamente institucionais e o distanciamento dos influxos sociais que constituem a base para seu papel intervencionista – tais interesses estariam ligados principalmente à sobrevivência e construção de uma identidade própria da organização.

A concepção organizacional sobre a atuação política das Forças Armadas brasileiras foi desenvolvida pioneiramente por Edmundo Campos Coelho (2000). Em sua obra, cuja primeira edição data de 1976, o sociólogo reconstrói a trajetória do Exército Brasileiro e suas relações com o meio político desde os tempos do Império, argumentando a favor de um enfoque que

tomasse esta arma enquanto organização como unidade de análise. Esta escolha teórica vai diretamente de encontro à chamada concepção instrumental, representada principalmente por Nelson Werneck Sodré (2010) em obra publicada originalmente em 1965.

Sodré (2010) desenvolve sua argumentação dividindo a história militar do Brasil em três fases. A “fase colonial” vai do início da colonização portuguesa até o início do Brasil império independente, tendo as Forças Armadas a missão de “assegurar a empresa da colonização” ampliando e defendendo o território (SODRÉ, 2010, p. 78). Ainda que com uma organização incipiente, os militares nesse período colocam-se a serviço dos interesses do latifúndio colonial – classe que permanece dominante mesmo após a independência.

Na “fase autônoma”, que se estende do período imperial até a Revolução de 1930, as forças militares estão empenhadas em assegurar a autoridade central sobre uma base territorial unificada, ainda como instrumento da classe dominante senhorial, que busca afastar do poder outras classes e camadas populares que entrem em confronto com ela. Contudo, esta fase também comporta um momento de transição, no qual as Forças Armadas se transformam de instrumento da classe latifundiária em “instrumento do latifúndio e da burguesia, ora conciliadas, ora em luta, até o momento em que a burguesia passa a ser dominante e denuncia essa supremacia participando do poder.” (SODRÉ, 2010, p. 287-8). A ascensão tardia da burguesia no cenário socioeconômico brasileiro explicaria sua dificuldade em fazer das Forças Armadas um “instrumento específico de sua repressão”, e Sodré entende que este atraso, somado à ausência de uma economia nacional fortalecida, prejudica mesmo as bases nacionais necessárias ao desenvolvimento material militar. (SODRÉ, 2010, p. 287-8)

Finalmente, na “Fase Nacional”, iniciada nos anos 1930, o autor descreve a missão das Forças Armadas como a de “assegurar ao país as condições para realizar-se como nação – ou seja, assegurar as instituições democráticas e a livre expansão econômica” (SODRÉ, 2010, p. 488-9), sendo imperativo para seu cumprimento que os militares se desliguem da “subordinação ao latifúndio e ao imperialismo” (SODRÉ, 2010, p. 488-9) e pensem a partir das demandas nacionais. O papel político das forças militares, neste sentido, não está excluído da interpretação de Sodré. Na realidade, o autor defende que o desenvolvimento em bases nacionais é uma missão política que só será bem-sucedida se empreendida ao lado das forças populares, e não de interesses ligados ao “imperialismo e ao latifúndio”. (SODRÉ, 2010, p. 493)

Portanto, para a leitura instrumental aqui representada por Sodré os militares não estão dissociados do processo político e nem alienados das influências sociais. Ao contrário, estão inseridos na sociedade, recebendo influências ao mesmo tempo em que a influenciam.

Historicamente, essa inserção se expressa pelas intervenções no processo político que acabam reproduzindo a própria dinâmica da luta de classes.

Em contraponto, segundo a leitura de Coelho (2000), a concepção instrumental propõe que o Exército (e, aqui, ampliamos: as Forças Armadas como um todo) seria mero “instrumento dos desígnios de determinadas classes sociais” (p. 32), sejam elas as oligarquias ou os setores médios, ou exerceria uma função moderadora dos conflitos sociais. Na visão do autor, esta concepção supõe “um elevado grau de ‘abertura’ do Exército aos influxos da sociedade civil” (2000, p. 38) e a falta de autonomia das Forças Armadas para formular suas relações políticas, o que resultaria na negação de suas especificidades militares e na compreensão do poder militar como fator do poder civil. Em suma, a concepção instrumental ignoraria as transformações operadas no Exército em sua evolução histórica e a existência de interesses próprios da organização.

José Murilo de Carvalho (2019, p. 29-30) corrobora com a visão de Coelho (2000). Em texto publicado originalmente em 1977, o historiador e cientista político adota a concepção das Forças Armadas enquanto organizações com “vida e características próprias” e “instituições totais”, que envolveriam todas as dimensões da vida de seus membros. Portanto, as interpretações instrumentais que ignoram estas características são criticadas pelo autor por gerarem explicações “mecanicistas” e restritas às especificidades de cada contexto ao analisarem o comportamento político dos militares.

A proposta da concepção organizacional é, portanto, a de compreender a trajetória histórica e as relações políticas das Forças Armadas brasileiras concebendo-as enquanto organizações dotadas de interesses e necessidades próprias, em cuja trajetória histórica observa-se uma crescente autonomia em relação à sociedade e grupos sociais específicos e um progressivo “fechamento aos influxos da sociedade civil” (COELHO, 2000, p. 41). Esta concepção, contudo, não exclui as relações entre a organização e o seu contexto político e social, mas sim analisa-as a partir de uma perspectiva histórica, que considere suas permanências e rupturas.

Neste sentido, Coelho (2000, p. 173) considera que, de fato, as Forças Armadas historicamente sofreram tentativas de controle por parte de diversos grupos sociais, visando atingir os propósitos privados desses grupos. No entanto, esta vulnerabilidade se deve, segundo o autor, à própria configuração débil da força política do Estado brasileiro:

Ela decorre, em medida considerável, da inviabilidade de formação de um grau razoável de consenso a respeito de quais sejam as regras do jogo político, aí incluídas as normas que definam os limites ao emprego legítimo da força militar. Em outros termos, teve sempre existência débil no Brasil o Estado como esfera distinta das associações civis, como instituição alicerçada na concepção, compartilhada por

governantes e governados, de uma ordem legítima a ser mantida pelo exercício da autoridade investida nos cargos formais de governo. (COELHO, 2000, p. 174)

Direcionando sua análise a dados quantitativos e históricos sobre as Forças Armadas, José Murilo de Carvalho (2019) desenvolve teses semelhantes. O autor parte de um amplo levantamento sobre as políticas de recrutamento e treinamento, os aspectos estruturais (como o efetivo, a distribuição geográfica, a constituição do corpo de oficiais), as ideologias e práticas de intervenção e o histórico de ocupação de cargos políticos e administrativos por militares principalmente durante a Primeira República - período de consolidação do Estado republicano e das próprias Forças Armadas. Dentre suas conclusões sobre a evolução das Forças Armadas e de seu papel político durante a Primeira República, o autor aponta para sua luta intensa neste período para se tornar uma organização nacional capaz de “planejar e executar a política de defesa” ao mesmo tempo em que seus membros se envolvem cada vez mais nas esferas políticas. Seria apenas a partir da década de 1930, conforme exploraremos adiante, que a “modernização pelo alto” do Estado brasileiro leva as Forças Armadas a assumirem um novo patamar em suas ações políticas. (CARVALHO, 2019, p. 90-4)

Neste sentido, segundo a compreensão dos autores citados, a atuação política das Forças Armadas brasileiras deve ser compreendida como desdobramento do desenvolvimento histórico dessas instituições enquanto organizações, com necessidades e interesses próprios. Assim, mesmo nos momentos em que sofrem influência e tentativas de controle por outros grupos sociais, é a debilidade organizacional do próprio Estado brasileiro que levaria os militares a assumirem responsabilidades políticas mais amplas.

Contudo, apesar da contribuição pioneira de Coelho e Carvalho para a compreensão das relações entre militares e política no Brasil, atualmente já observamos um desenvolvimento na historiografia no sentido de mesclar as contribuições de ambas as concepções e mesmo de ressignificar alguns aspectos da concepção instrumental.

Neste sentido, Karla Guilherme Carloni (2012, p. 25-7) identifica uma convergência na historiografia sobre o tema quanto à posição de autonomia e o papel de tutela historicamente assumido pelas Forças Armadas em relação ao Estado brasileiro. Contudo, é na compreensão de suas relações com a sociedade que as concepções instrumental e organizacional se distanciam. Assim, em seu estudo sobre o “Movimento de 11 de Novembro de 1955” a autora opta por um “terceiro caminho”, considerando tanto as singularidades do meio militar quanto suas interações com o meio social em seus diferentes grupos, já que, em seu entendimento “Reduzir a totalidade das ações das Forças Armadas a mero reflexo das ações e aspirações de classes ou admitir que formam uma instituição impermeável aos debates da sociedade

impossibilita entender a instituição em sua dimensão histórica e social”. (CARLONI, 2012, p. 26)

A ideia da “interação”, contudo, não é tomada de forma superficial. Através deste conceito, a autora identifica uma relação de intercâmbio por meio da qual o meio militar filtra e ressignifica através de seus próprios parâmetros internos (institucionais e corporativos) os elementos conceituais e ideológicos do meio social. Assim, as Forças Armadas formulam autonomamente suas estratégias de ação, incorporando as influências de grupos diversos ao mesmo tempo em que produzem elas mesmas mudanças nas estratégias políticas dos grupos civis. Ademais, o próprio meio militar não constitui um todo homogêneo - o que ocorre é que as cisões e conflitos, quando aparecem, são frequentemente silenciados pela hierarquia da corporação. (CARLONI, 2012, p. 26-7)

Finalmente, apontamos que a historiografia sobre a atuação política das Forças Armadas brasileiras não se restringe ao debate entre as concepções instrumental e organizacional. Sobretudo a partir da década de 1990, o campo de estudos da história militar passou por uma renovação que compreendeu a incorporação de novos conceitos, temáticas e abordagens, como demonstram os trabalhos reunidos na coletânea “Nova História Militar Brasileira” (2004), organizada por Celso Castro, Victor Izecksohn e Hendrik Kraay. Nesta obra, sob influência dos novos aportes da história social e da antropologia e livres do estigma imposto ao estudo sobre os militares no período anterior à década de 1990, os autores buscam compreender as Forças Armadas em suas interações mais amplas com a sociedade brasileira, não apenas em seus aspectos políticos, mas também econômicos, sociais e culturais.

Assim, com uma visão renovada sobre o tema, esses estudiosos se debruçaram sobre questões como as políticas de recrutamento, a vida cotidiana dos soldados e oficiais, sua origem social e interações políticas, reconhecendo que mesmo as demandas e características próprias da organização militar não excluem a importância de sua interação com a sociedade. Na realidade, a própria instituição também acaba moldada através da maneira como compõe seus quadros e molda através da forma como impõe os princípios da disciplina e da hierarquia militares. (CASTRO et. al., 2004, p. 25-7)

Da mesma forma, os trabalhos de Celso Castro (2002) e Eduardo Munhoz Svartman (2006) são exemplares da importância de se considerarem os aspectos simbólicos, culturais e geracionais construídos pelo meio militar e compartilhados por seus membros.

Inspirado em estudos antropológicos e historiográficos sobre a invenção das tradições, Castro analisa a construção histórica das homenagens a Osório e Caxias e das interpretações sobre a Intentona Comunista de 1935 e a Batalha de Guararapes no Exército. Assim, o autor

identifica as batalhas pela construção das narrativas oficiais do Exército sobre a História, que culminam em uma identificação do Exército à própria construção da Nação. Sua tese se baseia na proposta de que para fazer parte de comunidade, é necessário criar comemorações, agir e lembrar em conjunto. Assim, tais rituais dentro do Exército estabeleceram narrativas sobre pessoas ou eventos, mobilizando linguagens verbais e simbólicas e realizando seleções que privilegiam certas narrativas em detrimento de outras. (CASTRO, 2002, p. 66-7)

Já Eduardo Svartman (2006), em sua tese de doutorado, analisou as trajetórias de formação profissional e experiências políticas compartilhadas por um grupo de generais que tiveram participação ativa no golpe de 1964, confrontados com um grupo de controle constituído por generais alinhados à tradição varguista e ao nacionalismo. Em seu estudo, o autor identificou que esses militares “[...] operavam conforme estratégias e interesses que frequentemente não diziam respeito à instituição militar como um todo, sendo, inclusive, objeto de conflitos com outras frações da corporação” (SVARTMAN, 2006, p. 277), além de ampliar o entendimento sobre a ação política dos militares para além dos movimentos insurrecionais ou dos manifestos políticos: “Seja no exercício de funções governamentais, seja na tecnoburocacia, os agentes aqui estudados operavam como atores políticos desde muito antes do golpe de 1964.” (SVARTMAN, 2006, p. 277). Assim, a compreensão da atuação política das Forças Armadas se vê enriquecida com a ideia de que esta não se deu apenas no nível extralegal, acima das instâncias governamentais constitucionais, mas em muitos momentos se reproduziu em seu próprio interior:

Os diferentes perfis de ação indicam que não se tratavam de árbitros ou de moderadores do sistema político nacional, não faziam apenas intervenções pontuais no jogo político mas se mostraram, em diferentes momentos de suas carreiras, plenamente empenhados em ocupar cargos governamentais e na burocracia estatal, em disputar eleições, cumprir mandatos, tramar insurreições e derrubar governos. Suas ações desempenhadas na esfera política não eram contínuas e nem lineares. Elas eram intermitentes, afinal, os generais de 1964 nunca deixaram de ser militares e de cumprir os requisitos institucionais para acender ao generalato. (SVARTMAN, 2006, p. 276)

Assim, nesta pesquisa optamos por não desconsiderar as contribuições das concepções instrumental e organizacional para a compreensão das concepções e atuações políticas das Forças Armadas brasileiras, mas complementá-las às possibilidades explicativas desenvolvidas pela historiografia recente, inspirada nos aportes da antropologia, da ciência política e da história social.

### *1.1.2. Histórico*

Passaremos, agora, para um breve histórico da trajetória das Forças Armadas no Brasil, com o objetivo de compreender sua formação enquanto instituição e os laços políticos que estabelece.

Partimos do pressuposto de que a política nunca esteve ausente da ordem interna das Forças Armadas, conforme demonstra sua trajetória histórica. Apesar de as organizações militares estarem baseadas nos princípios da hierarquia e da disciplina, esses ideais foram reinterpretados e desafiados pelos atores militares de acordo com as contingências de cada época. Assim, em especial a partir do século XX, o panorama político brasileiro passa a contar com os militares como atores fundamentais.

A trajetória institucional das Forças Armadas no período republicano demonstra um esforço constante pela modernização em seus quadros, técnicas e armamentos. Considerando apenas o Exército, esta arma ficou marcada por “traumas” desde início do século XX ao ser empregada na repressão de movimentos sociais, como em Canudos e no Contestado, que expuseram suas deficiências estruturais e sua fragilidade organizacional. A ausência do serviço militar obrigatório, as constantes rebeliões em seus quadros, as deficiências no sistema de ensino e os desfalques frequentes em seus arsenais impediam que o Exército constituísse um corpo de oficiais e praças profissionalizados, garantindo unidade e estabilidade à instituição. Os primeiros planos de modernização do Exército foram feitos ainda no começo dos anos 1900, mas acabaram limitados pelo desinteresse político e pelas revoltas internas. Neste período, o Exército exerce um papel primordialmente de defesa interna, como fica ilustrado no caso dos movimentos salvacionistas e da guerra do Contestado. (MCCANN, 2007)

Segundo a leitura de Coelho (2000), é no período da Primeira República que o Exército começa a construir um sentimento de individualidade e identidade organizacional própria, baseadas na autoconsciência da singularidade da condição militar na sociedade e em uma suposta superioridade moral da ordem militar. Contudo, neste mesmo período, as deficiências na formação de oficiais, com a alta carga de disciplinas teóricas, a ausência de lideranças institucionais consolidadas e os constantes episódios de rivalidades, rebeldia e indisciplina que dividiam a força acabaram contribuindo para uma “degeneração” da organização. (COELHO, 2000, p. 79-82)

De fato, as revoltas militares foram constantes ao longo de todo o período da Primeira República (1889-1930), expressando a demanda dos militares por serem reconhecidos como atores políticos nacionais. Segundo Paulo Ribeiro da Cunha (2018), essas revoltas variavam em grau de mobilização militar, impacto social e pautas defendidas: enquanto algumas lutavam por demandas corporativas, denunciando as precárias condições operacionais e de recursos

humanos, outras já possuíam caráter político e ideológico mais claramente definidos. Quanto aos participantes, as revoltas na Primeira República envolveram oficiais de diversas patentes. Contudo, quando lideradas por praças, invariavelmente eram tratadas pelo oficialato superior como quebras da hierarquia e da disciplina. Normalmente vistas como sintomas de Forças Armadas pouco profissionalizadas, essas revoltas – no caso brasileiro – se intensificaram com os movimentos pela modernização das Forças Armadas, como os Jovens Turcos (1906) e a Missão Militar Francesa (1922) que, conforme veremos adiante, acabaram alimentando uma inspiração política de oposição às estruturas de poder da Primeira República. (CUNHA, 2018, p. 25-8)

Além das razões expostas por Cunha, Coelho (2000) chama a atenção para o fato de que, durante o período da Primeira República, falta ao regime político uma concepção clara do papel a ser exercido pelo Exército. Assim, a elite militar acabou sofrendo uma cooptação pelo aparelho político, e, como resultado, proliferaram-se as revoltas e rebeliões nas escolas militares, surgindo situações de oposição entre oficiais superiores e subalternos e acentuando a diferenciação de lideranças. Esta política de cooptação coincide ainda com uma situação de contenção de despesas e más condições de funcionamento do Exército, além do descaso com a preparação profissional. Os subalternos, assim, associam os oficiais superiores à precariedade, enquanto predomina o poder civil sobre o Exército. (COELHO, 2000, p. 84-9)

As tensões entre oficiais subalternos e superiores neste período está ligada, também, às mudanças no perfil de recrutamento de oficiais introduzidas com o advento da República. Segundo José Murilo de Carvalho (2019), este recrutamento perde parte do caráter aristocrático que o definia no período imperial para dar lugar a oficiais provenientes de famílias pobres e/ou de classe média, já que a carreira militar era pouco visada pela elite civil. O recrutamento de praças, contudo, sofre pouca alteração: invariavelmente é feito de maneira forçada entre as classes mais pobres. Apesar de as leis de sorteio militar já terem sido propostas desde o início da República, essas só começariam a se tornar efetivas após a Primeira Guerra Mundial; ainda assim, com frequentes episódios de insubmissões e resistências. Seria apenas com a consolidação do recrutamento em escala nacional que o Exército se tornaria uma organização “verdadeiramente nacional”. (CARVALHO, 2019, p. 31-44)

A formação dos oficiais do Exército, se concentrou, entre 1874 e 1904, na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. A forte influência positivista sobre os docentes militares e civis da escola tornavam seu ambiente “pouco militar”, com disciplinas focadas em ciências matemáticas, filosofia e literatura, produzindo “bacharéis fardados” mobilizados em torno da ideia do “soldado-cidadão” (CARVALHO, 2019, p. 48-51).

Fechada por ocasião de uma revolta militar contra o presidente Rodrigues Alves, em 1904, a Escola Militar da Praia Vermelha deu lugar a uma nova concepção de formação militar liderada pelos oficiais apelidados de “Jovens Turcos”. Entre 1906 e 1910, esses oficiais participaram de três missões de formação e aperfeiçoamento militar (com 2 anos de duração) juntamente ao exército alemão – um dos mais avançados da época. Ao retornarem para o Brasil, os oficiais participantes dessa “Missão Indígena” iniciaram uma campanha de aperfeiçoamento profissional em meio a tropa. Através da publicação da revista Defesa Nacional, em 1913, passaram a defender o serviço militar obrigatório, a modernização e padronização de equipamentos e táticas militares, além de expressarem seu inconformismo através da elaboração de um extenso programa de reformas na estrutura militar, como a diferenciação de funções entre o Ministério da Guerra (função política) e o Estado-Maior (função técnico-profissional). As propostas dos Jovens Turcos tiveram uma recepção mista, gerando tanto adesões quanto desconfianças: algumas propostas de reforma foram vistas com hostilidade pelos quadros superiores, enquanto os oficiais subalternos tendiam a recusar os valores de neutralidade e apolitismo propostos pela Missão Indígena. (CARVALHO, 2019, p. 48-50; COELHO, 2000, p. 92-6)

Seria apenas com o desenvolvimento e desfecho da Primeira Guerra Mundial (1914-18), que ganhariam força no Exército as propostas de modernização, baseadas no serviço militar obrigatório e nas melhorias dos equipamentos. A Grande Guerra demonstrou para as Forças Armadas do mundo todo que as guerras do século XX dependeriam cada vez mais da capacidade tecnológica e de mobilização social de cada nação. No Brasil, a década de 1920 seria marcada pelos esforços crescentes de modernização e profissionalização militar acompanhados pelo avanço de movimentos políticos que dividiram as Forças Armadas.

A profissionalização e modernização do Exército brasileiro ganha força apenas a partir da década de 1920, com a contratação de uma missão militar francesa que reestrutura o sistema militar de ensino, sua estrutura organizacional e as táticas então em vigência. Neste período, as rebeliões internas ao Exército se proliferam, alimentadas pela crescente politização dos oficiais subalternos recém-formados sob a égide da missão francesa. Esses oficiais, em sua maioria tenentes, propunham um papel mais ativo das Forças Armadas na condução política da sociedade, com vistas à modernização política e social do país. (MCCANN, 2007, p. 336-47)

A Missão Militar Francesa permaneceu no Brasil por 20 anos, de 1920 a 1940. Além dos trabalhos de consultoria, os oficiais franceses comandaram de fato, nos primeiros anos da missão, as escolas de Estado-Maior (ECEME), de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e o curso de Revisão de Estado-Maior. Defendendo um ensino mais técnico, a missão francesa teve

como impacto principal a formação nos oficiais de Estado-Maior de uma nova visão do conceito de defesa nacional, baseado em uma maior centralização e coesão do comando de forma a reduzir as possibilidades de quebra de hierarquia. (CARVALHO, p. 50-1)

Contudo, contrariando os objetivos de manutenção da hierarquia e da disciplina através da modernização das Forças Armadas, a atuação da missão francesa coincidirá com a onda de levantes do movimento tenentista. Embora as interpretações instrumentais tenham apontado para uma ligação entre a atuação dos tenentes e os interesses políticos e ideológicos das classes médias no Brasil, a perspectiva organizacional aponta para outro caminho que, em nossa interpretação, parece mais factível.

Segundo Edmundo Campos Coelho, as motivações dos tenentes se explicariam mais por fatores militares do que políticos:

[...] na origem dos movimentos militares de 1922 e 1924 estavam fatores tipicamente militares, de natureza política apenas no sentido restrito de que se inspiravam aqueles movimentos num enfoque crítico sobre as relações entre o Exército por um lado, e o regime político e o Governo, por outro. (COELHO, 2000, p. 97)

Portanto, de acordo com a concepção organizacional, a modernização e profissionalização das Forças Armadas brasileiras, ao encontrarem a resistência de quadros políticos e militares tradicionais, tiveram na atuação dos tenentes sua expressão mais direta. Longe de afastar os perigos da quebra de hierarquia e disciplina, a modernização forneceu aos tenentes a própria justificativa para seus movimentos de rebeldia:

[...] sua inspiração [dos tenentes] era o desejo de alterar aspectos do regime que constituíam um obstáculo real à formulação de uma política militar ajustada às aspirações dos quadros mais profissionalizados e modernizantes do Exército. Em suma, os interesses envolvidos eram os da organização militar, tal como os tenentes os percebiam, ainda que possam ter coincido com os interesses de qualquer outro setor da sociedade brasileira. (COELHO, 2000, p. 100)

Ao longo da década de 1920, portanto, as Forças Armadas brasileiras recebem um impulso de modernização que acabará refletindo em sua posição política e social. A introdução do sorteio militar faz aumentar a proporção de militares em relação à população civil, enquanto na estrutura do corpo de oficiais cresce o número de tenentes, graças à uma legislação de reformas e promoções que impediam a rápida ascensão no oficialato. A predominância de tenentes, somada ao baixo controle hierárquico, proporcionaram as condições ideais para a rebelião nos anos 1920, e seria em 1930 que esses movimentos armados encontrariam apoio de uma parcela importante das elites políticas nacionais. (CARVALHO, 2019, p. 52-62)

Com a Revolução de 1930 e posterior implementação do Estado Novo (1937), o Exército e as Forças Armadas no geral consolidam sua profissionalização e modernização através da industrialização e das melhorias no ensino militar, no sistema de recrutamento e nos

equipamentos. Esta consolidação se dá em relação estreita com um governo autoritário que ganha força especialmente a partir de 1937. O Estado Novo promoveu uma modernização seletiva e de cima para baixo na sociedade brasileira, beneficiando as Forças Armadas, com recursos para a formação de seus oficiais, aquisição e fabricação de equipamentos, e os próprios oficiais militares, que passaram a ocupar cada vez mais cargos de governo e administração pública sob o comando de Getúlio Vargas. (MCCANN, 2007)

O caminho até a estabilidade política interna às Forças Armadas, no entanto, foi árduo. A revolução de 1930 representou uma desintegração parcial na estrutura de comando do Exército, já que foi movida principalmente por oficiais subalternos mais jovens. Esta crise de comando explicaria os momentos de intensa instabilidade política entre os militares nos primeiros anos da Era Vargas (1930-1945). Paulo Ribeiro da Cunha (2018) contabiliza pelo menos 94 sublevações militares no período entre 1930 e 1932, motivados predominantemente por questões corporativas, mas já vendo surgir em seu seio a atuação de lideranças integralistas e comunistas.

Assim, entre 1930 e 1937, uma nova proposta de mudança na estrutura interna da organização militar e em suas relações com o Estado e a sociedade em geral começa a se tornar hegemônica no interior das Forças Armadas, tendo como marcos os eventos de 1932 (Revolução Constitucionalista), 1935 (“Intentona” Comunista) e 1937 (golpe do Estado Novo). Após a derrota das forças constitucionalistas, em 1932, a cúpula militar se renova quase totalmente, e as figuras dos generais Pedro Aurélio de Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra tornam-se predominantes na condução da política militar.

Com o levante comunista de 1935, cria-se a narrativa de uma Intentona Comunista articulada desde Moscou, que envolveu assassinato de colegas militares na calada da noite. Narrativa esta que se prolonga nas décadas seguintes, especialmente após a ditadura militar, intensificando a rejeição da esquerda entre os militares e sua associação a militares nacionalistas. Estaria aí um elemento explicativo para a polarização que se desenvolveu no pós-1945 entre os militares. Ressalta-se que, após 1935, as anistias entre os militares passaram a ser não apenas “socialmente limitadas” mas também “ideologicamente norteadas”, já que os militares de esquerda não seriam anistiados, enquanto os participantes do levante integralista de 1938 foram anistiados e reintegrados às Forças Armadas. (CUNHA, 2018, p. 29-30)

Após o malfadado Levante Comunista de 1935, portanto, as Forças Armadas aprofundam seu sentimento anticomunista, e há um endurecimento da disciplina militar contra as atividades políticas de seus membros (CUNHA, 2018, p. 30-2). Neste momento, ganha força a concepção de que seria somente eliminando a política “do lado de fora” que esta seria

eliminada no interior das Forças Armadas: estava aberto o caminho para a implementação do regime do Estado Novo, em 1937. É através de Góes Monteiro que esta mudança será enunciada de forma mais clara, propondo uma atuação política dos militares em bloco, no que chamou de política *do* Exército:

No livro *A finalidade política do Exército*, escrito depois da revolução, Góis, ex-aluno da Missão Francesa e brilhante oficial de Estado-Maior, via o Exército como uma organização nacional que devia desenvolver política própria: ‘Ficam só o Exército e a Marinha como instituições nacionais, únicas forças com este caráter, e só à sombra delas é que, segundo a nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade’. E com mais clareza ainda: ‘Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política *do* Exército e não a política *no* Exército’’. (CARVALHO, 2019, p. 68)

Paulo Ribeiro da Cunha (2018) vê também, na enunciação desta política, uma tentativa de reafirmar os valores da hierarquia e do comando no interior das Forças Armadas, fragmentadas desde a Revolução de 30:

A Doutrina [Góes Monteiro] norteou uma reconfiguração da instituição para uma nova identidade, procurando pavimentar uma cláusula de se deveria acabar com a política no Exército, e sim estabelecer a política do Exército, leia-se em última instância, a política seria uma exclusividade de manifestação da alta hierarquia através de seus comandantes. (CUNHA, 2018, p. 28)

A política do Exército não se referia a um projeto estritamente voltado à instituição militar, mas continha também propostas voltadas à política interna e defesa externa do Estado. A partir de um diagnóstico da situação social e política do país, Góes Monteiro enunciaria, em 1934, todo o projeto do intervencionismo controlador:

[...] ampla interferência estatal em todos os setores; ênfase na defesa externa e na segurança interna; preocupação com a eliminação do conflito social e político em torno da ideia nacional; industrialismo nacionalista; e a liderança das Forças Armadas, sobretudo do Exército, na condução das mudanças, a partir de uma posição hegemônica dentro do Estado. (CARVALHO, 2019, p. 141)

Carvalho (2019) caracteriza as mudanças nas relações do Exército com o Estado e a sociedade nos anos 1930 a partir de um duplo movimento: de “abertura da sociedade ao Exército”, através da ampliação do recrutamento, e de “fechamento do Exército à sociedade”, por meio da homogeneização ideológica e enrijecimento da hierarquia e da disciplina no interior da instituição. O autoritarismo do Estado Novo viria a coroar esse projeto na medida em que a eliminação da vida política “do lado de fora” do Exército permitiria também eliminá-la internamente a esta instituição. Com o Estado Novo, o Exército passa a coexistir com o Estado, como um elemento dinâmico deste, sempre ligado às ações desenvolvimentistas e nacionalistas,

como a ênfase no desenvolvimento econômico, na siderurgia, na indústria bélica, de construção naval, do petróleo e na indústria privada. (CARVALHO, 2019, p. 134-6, p. 142-6)

Na interpretação de Coelho (2000), esta amálgama entre a modernização autoritária das Forças Armadas e do Estado brasileiro se explica como uma dupla crise de identidade:

[...] A crise de identidade do Exército decorria, assim, da crise de identidade do Estado, da ausência de uma única instituição que por todos fosse aceita como incorporação da autoridade nacional. Na década dos trinta, entretanto, a distinção entre regime – os governos transitórios – e Estado – como expressão de algo permanente, a Nação – abriu a caixa de Pandora a que se refere Finer. A liderança militar criou e impôs sua própria concepção do Estado Nacional. E, no pós-45, a essência da disputa política sempre foram as questões relativas à constituição do Estado. (COELHO, 2000, p. 175)

A construção do Estado e a institucionalização do papel do Exército são, neste sentido, uma única empresa, na qual a consolidação prévia de uma concepção política hegemônica é indispensável: “Repete-se também a estratégia: a da formação da unidade interna na organização militar à qual dará propósito uma doutrina” (COELHO, 2000, p. 176)

Nota-se que com o advento do Estado Novo a política não desaparece das Forças Armadas, mas encontraria internamente suas bases de sustentabilidade pelo posicionamento do próprio comando militar. Nos anos iniciais do regime ditatorial, o alto oficialato demonstra fortes inclinações nazifascistas dando sustentação ao regime ditatorial de Vargas. No entanto, com o advento da 2ª Guerra e a inclinação do Brasil em favor dos aliados, os setores militares passam a se posicionar a favor da democracia. Além disso, a formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) trouxe uma série de desafios operacionais, levando o Alto Comando a aceitar oficiais comunistas punidos em 1935. Isso traz preocupações ao comando militar no final da guerra, apressando a desmobilização da FEB, mas “sua existência influenciou um ideário democrático de esquerda, e à esquerda entre os militares”, que condizia com o clima de democratização de 1945. (CUNHA, 2018, p. 30-2)

Com o Estado Novo, portanto, o Exército se torna simultaneamente um instrumento de controle do governo central e a vanguarda do próprio Estado. Isto fica demonstrado com o estabelecimento do intervencionismo conservador através de uma aliança entre tenentes e oficiais interessados na profissionalização; ao mesmo tempo, são feitos esforços para isolar os oficiais do partidarismo político. Após 1937, o Exército consolida sua coerência e unidade internas, aumenta seu efetivo, adquire novos equipamentos e se beneficia materialmente e politicamente da aliança brasileira com os EUA. Dutra e Monteiro seguiriam sendo figuras centrais na condução do Estado, e mesmo após o fim do regime ditatorial, o governo Dutra acabaria seguindo a égide do intervencionismo conservador. (MCCANN, 2007, p. 551-3)

Antes de prosseguirmos com a trajetória histórica das Forças Armadas brasileiras após o Estado Novo, cabe ressaltarmos a concepção de que este período representou a vitória de uma ideologia específica de intervenção das Forças Armadas na vida política nacional: a ideia da “intervenção moderadora”, que entrou em prática a partir da deposição de Washington Luís, em 1930, e se consolidou com o golpe do Estado Novo, em 1937 – nesta última ocasião, levada a cabo por Góis Monteiro através da ideia da política *do* Exército que justifica o intervencionismo dos generais. José Murilo de Carvalho (2019) distingue três ideologias de intervenção: a) a ideologia do “soldado-cidadão”, ou da intervenção reformista, desenvolvida desde a Questão Militar por nomes como Quintino Bocaiúva, Júlio de Castilhos e Rui Barbosa, que defende a concepção da cidadania como condição do militar; b) a ideologia do “soldado profissional”, ou da “não intervenção”, defendida pelos Jovens Turcos e pela Missão Francesa e tendo no general Leitão de Carvalho seu principal representante, que propõe o afastamento militar da política e dos cargos públicos, combate os programas políticos tenentistas, defendendo o Exército como órgão nacional dedicado à preparação da defesa e combate o problema da indisciplina; e c) a ideologia do “soldado-corporação” ou da “intervenção moderadora”, defendida por Bertholdo Klinger (integrante do grupo dos Jovens Turcos), na qual a intervenção militar na política é admitida abertamente, somada à busca por uma melhor preparação profissional das forças. Esta última se trata de uma proposta de intervenção controladora e moderadora, feita a partir da cúpula e que entende os militares como uma classe especial de servidores da pátria. (CARVALHO, 2019, p. 62-9)

A soma de fatores que levaria à vitória desta concepção se explicaria por questões organizacionais:

A nova concepção só se tornou viável graças às mudanças organizacionais: nacionalização do Exército efetivada pelo alistamento universal e pelo sorteio; aumento do contingente; desenvolvimento do Estado-Maior; formação de oficiais de Estado-Maior. (CARVALHO, 2019, p. 68)

Assim, a luta intensa do Exército para se tornar uma organização nacional capaz de planejar e executar política de defesa, o fim dos movimentos intervencionistas isolados e nocivos à hierarquia, a passagem da política *na* organização para uma política *da* organização e os próprios processos mais amplos de urbanização e industrialização, que reduziram a influência política e econômica das oligarquias rurais, abriram caminho para que através de uma intervenção moderadora no Estado as Forças Armadas se afirmassem como atores centrais e indispensáveis na condução de um governo nacional – situação que se confirmaria a partir de 1945.

## 1.2. O “período democrático” (1945-1964): contexto político e militar

Ao final do Estado Novo, com a deposição de Getúlio Vargas pelos seus próprios comandantes militares, as Forças Armadas já são indubitavelmente um dos atores com maior peso político na república. Fortalecidos pela modernização institucional e nacional durante o Estado Novo e pelo prestígio da participação vitoriosa na 2ª Guerra Mundial, os militares adentram o chamado “período democrático” (1945-1964) carregados de atribuições que iam muito além da mera defesa nacional. Este período, no entanto, também é marcado pela crescente polarização no debate público, no qual os militares tomarão parte ativa. Buscaremos, assim, analisar os elementos constituintes da ação política das Forças Armadas brasileiras que se desenvolveram e entraram em conflito nesse período.

A partir de 1945, há uma continuidade da identificação Forças Armadas-Estado, agora em um ambiente político democrático e polarizado que dá abertura para intensa politização no meio militar. Neste período, os desdobramentos do fim do Estado Novo e da 2ª Guerra Mundial e a configuração do quadro internacional da Guerra Fria darão a tônica dos debates internos às Forças Armadas e à sua avaliação quanto às suas relações com o Estado e a sociedade. (CUNHA, 2018, p. 32-3)

Conforme o mapa mundial da Guerra Fria se desenhava em cores mais fortes, a partir de 1947, o Partido Comunista Brasileiro foi posto na ilegalidade e seus parlamentares foram cassados. Os desdobramentos da Revolução Chinesa (1949) e a consequente polarização ideológica da Guerra Fria refletiram na polarização entre os próprios militares – estes, se raramente se assumiam abertamente comunistas, dividiam-se entre os de tendências “nacionalistas” e os “antinacionalistas” com relação aos rumos do desenvolvimento econômico nacional. Esta cisão se aprofundaria nos anos posteriores e está no âmago do processo político que culmina com o golpe de 1964. (CUNHA, 2018, p. 37-8)

A fundação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, reforçaria e demonstraria a capacidade autônoma desses militares para produzir e refinar ideias e ideologias, criando laços entre as elites militares e civis contra o comunismo. A ESG seria parte dos esforços de uma elite militar consciente da necessidade de as Forças Armadas alcançarem uma unidade institucional através dos altos estudos sociais, políticos e econômicos centrados em torno de questões como a segurança e a defesa nacional e a mobilização total da sociedade contra os problemas internos do país e pelo seu desenvolvimento. Reforçar-se-iam, então, os vínculos entre os objetivos de desenvolvimento da nação e os objetivos de segurança nacional, conforme enunciados e propostos pelos Estados Unidos ao hemisfério ocidental. As Forças Armadas

brasileiras, além de seu papel de contribuinte à defesa hemisférica, também deveriam se ocupar das questões internas ao país: o desenvolvimento econômico e o combate à subversão. (MARTINS FILHO, 2003, p. 108)

Portanto, as Forças Armadas continuavam parte integrante e indissociável do poder desde 1930, e após 1945 não dependeriam mais dos poderes civis para definir seus inimigos, doutrinas, objetivos de unidade institucional e de influência direta nos rumos do país. A trajetória de modernização das Forças Armadas brasileiras e suas relações políticas no período republicano nos dão algumas pistas de elementos que constituíram sua identidade enquanto organização. Neste processo, os militares mobilizaram representações, leituras do passado e projetos de futuro que, conquanto tenham sido apropriados de forma particular pela organização, também estavam em diálogo com seu meio social.

De início, destacamos que a nível institucional, as Forças Armadas e em especial o Exército se esforçaram para “inventar” símbolos e tradições que progressivamente as identificaram com a própria nação brasileira. Celso Castro (2002) analisa este processo argumentando que o calendário de comemorações, a ritualística, os patronos e os símbolos do Exército se inserem em um esforço consciente de vincular o Exército à nacionalidade brasileira. Um dos elementos mobilizados nesse processo, a celebração da derrota da “Intentona Comunista” e a homenagem aos militares mortos nesse levante, chama a atenção por seu conteúdo flagrantemente político-ideológico. Apesar de atualmente esta celebração ter perdido força, no período analisado neste trabalho era uma das comemorações mais importantes no calendário das Forças Armadas (CASTRO, 2002, p. 48-57). Este argumento nos sugere que o anticomunismo seria um dos elementos principais da identidade organizacional dos militares brasileiros no período em questão.

As Forças Armadas brasileiras não se constituem historicamente como um bloco monolítico, e seu anticomunismo característico tendeu a tachar como comunistas posições na verdade nacionalistas, democratas, legalistas, demandas corporativas de praças e marinheiros ou de fato comunistas (mas estes, numericamente minoritários). Nos anos da Guerra Fria, especialmente, o anticomunismo ganha força na agenda política militar:

[...] subsidiando concepções golpistas, refratárias a qualquer diálogo, e nessa linha de argumentação contemporânea sobre os militares e a política que se fizeram e fazem presentes contraditoriamente nesse quesito – a hierarquia, a disciplina e o anticomunismo – abortou qualquer possibilidade de diálogo democrático entre as várias facções ao longo da história republicana; agravado pela reemergência de novos atores militares – praças, marinheiros e mesmo policiais, inclusive policiais de esquerda – cujo epílogo contribuirá para o golpe de 1964. (CUNHA, 2018, p. 24)

Mauro Teixeira (2014) confirma esta visão ao argumentar que, apesar de as contínuas intervenções das Forças Armadas na política nacional não seguirem as mesmas motivações e padrões de ação, o anticomunismo serviu como elemento aglutinador de seus membros. Segundo Teixeira (2014, p. 156-8), o anticomunismo militar no Brasil é sistemático e elaborado, marcado pela experiência da insurreição de 1935. Esta experiência forneceu “elementos compartilhados por uma coletividade” que “expressam uma identidade coletiva, fornece leituras comuns do passado e inspiração para projetos políticos futuros”. Neste sentido, o anticomunismo militar se caracterizaria pela defesa da ordem como base doutrinal entendendo-a como vigência e estabilidade de padrões de relações sociais baseadas na desigualdade e hierarquia; pela defesa de uma ideia ampla e cristalizada da Pátria e da noção de “caráter nacional”; e pela projeção de uma sociedade ideal, baseada na colaboração de classes, com o Estado em posição de “garantidor da democracia” contra o “perigo comunista” e os militares como fiadores da política. (TEIXEIRA, 2014, p. 158-67)

Contudo, embora o anticomunismo encontrasse elevado grau de aceitação no meio militar brasileiro, sua intensidade não era a mesma entre os diferentes grupos militares. Conforme argumenta Karla Carloni, os militares identificados como “nacionalistas” nos anos 1940 a 1960 tendiam a matizar os perigos do comunismo e eram frequentemente acusados pelos colegas de tolerância ou mesmo adesão ao comunismo. Embora nenhum alto comandante militar do período se assumisse comunista, os militares nacionalistas mais à esquerda de fato se aproximaram dos trabalhadores e outros grupos sociais em defesa de pautas comuns, como a legalidade democrática e o controle estatal dos recursos naturais. Todavia, na disputa política interna às Forças Armadas nesse período os nacionalistas mais à esquerda acabaram derrotados e expurgados da Força com o desfecho do golpe de 1964. (CARLONI, 2012)

Conforme analisamos até aqui, as leituras e argumentos debatidos apontam que as relações entre militares e política no Brasil podem ser entendidas nos termos do debate entre as concepções instrumental e organizacional. Inseridas em um contexto político mais amplo, com debates abrangentes e compartilhados pela maior parte da sociedade brasileira, as Forças Armadas construíram ao longo do século XX uma identidade organizacional particular. Em sua trajetória de modernização e profissionalização, as instituições militares construíram representações que as identificam à própria Nação, como símbolos do caráter idealizado da pátria e da defesa de sua grandeza e soberania. Deste modo, uniram seus membros em uma visão compartilhada de mundo, que comporta uma leitura comum do passado e uma projeção compartilhada do futuro.

No entanto, em momentos de maior democratização e abertura mútua entre a sociedade e as Forças Armadas, como no período 1945-64, observou-se que o contato com os diferentes campos políticos em disputa e a própria evolução da conjuntura nacional e internacional rumo à polarização ideológica favoreceram a formação de diferentes tendências no interior das instituições militares. Ainda que compartilhando certos valores básicos da identidade organizacional militar, essas tendências diferiam em relação à leitura que faziam de seu presente e os projetos de nação que compartilhavam. Deste modo, “nacionalistas” e “entreguistas” em sua maioria estavam plenamente de acordo em sua visão das Forças Armadas como representantes da nação e responsáveis pela promoção de seu desenvolvimento, defendendo-a dos perigos da subversão comunista; em outras palavras, sua leitura do passado e os símbolos mobilizados eram convergentes. Contudo, essas duas tendências divergiam em relação aos projetos de futuro: enquanto um grupo buscava o desenvolvimento através da nacionalização dos recursos nacionais e promoção da industrialização por meio de um Estado fortalecido, outro defendia o alinhamento ao liberalismo estadunidense e a busca por investimentos estrangeiros como caminho para o desenvolvimento.

Tais divergências não eram exclusivas das Forças Armadas: em um período em que o debate público era razoavelmente democratizado e livre, as discussões que dividiam o meio militar permeavam toda a sociedade. Contudo, enquanto instituições de Estado, cujos valores de hierarquia e disciplina eram centrais, as Forças Armadas não poderiam admitir em seu interior tendências desagregadoras que colocavam em risco a unidade institucional. Assim, conforme o debate político se acirrou, a tendência nacionalista democrática foi aos poucos perdendo espaço, até ser completamente expurgada pelo Golpe de 1964 e o prevaletimento dos elementos autoritários e “entreguistas”. (CUNHA, 2018, p. 65)

As eleições presidenciais de 1955 no Brasil ocorreram nesta conjuntura de instabilidade política e em meio ao acirramento das disputas em torno dos diferentes projetos de desenvolvimento em pauta na década de 1950. No ano anterior, o país havia sido abalado pela sucessão de eventos que culminaram no suicídio de Getúlio Vargas – episódio que abriu a disputa entre os possíveis herdeiros de seu legado político e ensejou o combate ao getulismo por parte de seus opositores. (FERREIRA, 2020, p. 341-82)

Entre os anos de 1930 e 1945, o Estado brasileiro se afastou dos princípios do liberalismo político e econômico em nome de uma política interventora na vida social e econômica do país. Assim, com uma ideologia política crescentemente autoritária, a modernização e industrialização da economia nacional foram acompanhadas pela consolidação da legislação trabalhista e pelas primeiras políticas públicas sociais voltadas às classes

populares. Em 1945, com o fim do Estado Novo e início do processo de redemocratização, a continuidade do processo de desenvolvimento econômico era uma meta comum; no entanto, os diferentes grupos políticos divergiam quanto aos meios para se obter esse desenvolvimento. (FERREIRA, 2020, p. 341-82)

O projeto político do “getulismo”, institucionalizado especialmente no programa do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), defendia um desenvolvimento industrial nacionalista, baseado na estatização de setores econômicos estratégicos e na valorização do trabalho e do trabalhador através de legislações e políticas públicas sociais. As posições nacionalistas interpretavam a condição brasileira de subdesenvolvimento como fruto da dependência do país em relação às nações mais desenvolvidas e de seu caráter de economia agroexportadora, que reprimia a industrialização. Entre os nacionalistas encontravam-se tanto civis e militares herdeiros da tradição política varguista, como alguns setores do Partido Social Democrático (PSD), quanto movimentos trabalhistas mais à esquerda, como os sindicatos ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e aos comunistas. (CARLONI, 2009, p. 103-4; FERREIRA, 2020, p. 342)

Em contraposição ao projeto “nacional-estatista”, uma parte das elites empresariais, políticas e militares, além das classes médias conservadoras, defendiam maior abertura aos investimentos, empresas e capitais estrangeiros e um alinhamento quase incondicional aos Estados Unidos, valorizavam as virtudes do mercado e negavam a intervenção estatal na economia e nas relações de trabalho. Tratava-se de um projeto “liberal-conservador”, pois além de condicionar o desenvolvimento nacional à associação com o capital estrangeiro e à manutenção do caráter predominantemente agroexportador da economia brasileira, pregavam a desconfiança aos movimentos sociais populares e ao sindicalismo e enfatizavam uma ideologia antigetulista, moralista e anticomunista. Os aspectos ideológicos desse projeto atraíam em especial alguns setores militares e das classes médias conservadoras. No meio partidário, a União Democrática Nacional (UDN) era a maior representante deste pensamento, enquanto no meio militar a Escola Superior de Guerra (ESG) reunia oficiais adeptos do desenvolvimento associado. Apesar do caráter marcadamente anticomunista da proposta liberal, é importante ressaltar que a posição anticomunista também encontrava ressonância entre os adeptos das posições mais nacionalistas, em especial os militares. (CARLONI, 2009, p. 103-4; FERREIRA, 2020, p. 342)

Durante o segundo governo Vargas (1951-1954), o projeto nacional-estatista foi acolhido pelo governo federal. No entanto, a deterioração da situação econômica nacional, as dificuldades nas relações com o governo republicano nos Estados Unidos e a intransigência da

oposição impuseram dificuldades a um projeto que já não podia contar com o autoritarismo para sua aplicação. A partir de 1954, os ataques oposicionistas a Vargas recrudesceram, mobilizando simbologias que associavam sua figura – e, por extensão, o projeto nacional-estatista – à corrupção, ao autoritarismo e à tolerância com os grupos comunistas. Ganhavam força, entre os liberal-conservadores, as posições favoráveis à saída de Vargas do poder. Em agosto daquele ano, um atentado contra Carlos Lacerda, seu opositor político, resultou na morte do major da Aeronáutica Rubens Vaz e direcionou as suspeitas contra círculos próximos ao presidente. Acuado pelas investidas da oposição, que pedia sua renúncia, Vargas teve sua autoridade questionada pelos seus próprios chefes militares. Seu suicídio, em 24 de agosto, gerou uma comoção nacional que abortou os planos golpistas, mas, por outro lado, abriu a disputa pela sucessão de seu projeto político. (FERREIRA, 2020, p. 343-352)

Ao assumir a presidência, o vice de Vargas, João Fernandes Café Filho, reorganizou seu ministério de modo a incluir personalidades antigetulistas e udenistas no governo. Café Filho já havia rompido publicamente com Vargas dias antes de seu suicídio, portanto suas escolhas não surpreenderam. No entanto, a escolha do general Henrique Teixeira Lott para ocupar a pasta do Ministério da Guerra sinalizou uma preocupação com a crescente polarização nos quadros do Exército. Lott era reconhecido pela sua postura apolítica, profissional e legalista, intolerante à indisciplina militar, de modo que seria a escolha ideal para apaziguar a oficialidade mais numerosa das Forças Armadas. (CARLONI, 2012, p. 55-9; FERREIRA, 2020, p. 353)

A tensão política interna e externa às Forças Armadas, no entanto, continuaria a aflorar no ano seguinte. Com as eleições presidenciais previstas para 3 de outubro de 1955, o então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek (PSD) começa a articular sua candidatura à presidência buscando como vice-presidente o estancieiro gaúcho João Goulart (PTB). Herdeiro político das oligarquias aliadas de Vargas em seu estado, Kubitschek precisou negociar com setores mais liberais de seu partido a aliança com o PTB. Goulart, ex-ministro do Trabalho de Vargas e figura próxima dos sindicalistas, suscitava desconfiança e mesmo repúdio dentre as forças liberal-conservadoras, que através do presidente Café Filho passaram a defender a escolha de um candidato “de união nacional”, sem vínculos com os setores mais próximos do getulismo ou do udenismo. (BENEVIDES, 1976, p. 62-6).

O PTB e João Goulart, no entanto, eram a opção mais eleitoralmente favorável à candidatura de JK. Reunindo o apoio do operariado urbano nos grandes centros, inclusive com auxílio dos comunistas, o PTB se somaria à máquina eleitoral mantida pelo PSD no interior do país. A oficialização da chapa JK-Jango, em agosto, foi seguida pelas candidaturas rivais do general Juarez Távora (UDN), de Ademar de Barros (PSP) e de Plínio Salgado (PRP). A busca

por um candidato de união nacional havia fracassado, e as eleições vindouras anunciavam um enfrentamento direto entre os “getulistas” JK e Jango e o opositorista Juarez Távora.

### *1.2.1. Nacionalismo e Legalismo nas Forças Armadas*

Antes de abordarmos a sucessão de eventos que precedeu e se seguiu ao 11 de novembro de 1955, cabe demarcarmos o posicionamento dos atores militares envolvidos neste embate, assim como os elementos das tradições políticas militares que foram mobilizados.

Conforme abordamos anteriormente, o Estado Novo consolidou um projeto hegemônico das Forças Armadas, baseado em um nacionalismo autoritário, na modernização e profissionalização e na associação entre Exército e nação. Este processo modernizador e disciplinador das Forças Armadas acompanhou a própria modernização do capitalismo brasileiro, de modo que a partir dos anos 1930 tem origem uma cultura política civil que busca nos militares os aliados políticos para diferentes projetos de nação. Ao final do Estado Novo, com a inflexão política de Vargas em direção às classes populares, com a recente experiência de combate da FEB e o crescente anticomunismo resultante do contexto da Guerra Fria, uma ala das Forças Armadas se afasta da herança política do varguismo em direção a uma orientação mais economicamente liberal e socialmente conservadora, propondo a menor intervenção do Estado na economia nacional e um alinhamento político aos Estados Unidos no plano internacional. Todavia, outro grupo importante, embora menos organizado, dentro das Forças Armadas, defende a continuidade do projeto nacionalista de Vargas. Assim, as divergências políticas no meio militar se acentuaram, em especial na década de 1950, abalando os princípios de hierarquia e disciplina militar. Os temas do nacionalismo e do legalismo, que nos interessam mais diretamente nessa pesquisa, foram mobilizados de maneiras diversas pelos diferentes polos políticos militares.

De acordo com José Pedro Kunhavalik (2009), que em sua tese de doutorado faz um extenso estudo sobre a mobilização do conceito de nacionalismo pelos militares brasileiros na década de 1950, as disputas retóricas em torno desse conceito mobilizaram tanto militares do campo conservador quanto adeptos de ideais mais progressistas. Em um contexto de disputas sobre os rumos a serem tomados pelo desenvolvimento e industrialização brasileiros e de ampliação da capacidade interventora do Estado nacional, o debate intelectual em torno do nacionalismo ia desde um nacional-desenvolvimentismo de cunho mais liberal, prevendo a livre-iniciativa privada, até um nacionalismo econômico estatizante, mais vinculado à esquerda.

Durante o governo JK, é o nacional-desenvolvimentismo que ganhará corpo no programa de governo, sofrendo críticas pela oposição à esquerda por sua vinculação ao capital estrangeiro. (KUNHAVALIK, 2009, p. 136-50)

Dentre os militares, os debates entre os diferentes projetos de nacionalismo se expressaram através das eleições para o Clube Militar, em artigos publicados na imprensa e até mesmo em tentativas de movimentos golpistas. Entre 1944 e 1952, o Clube Militar foi “dominado” por um grupo de ativos oficiais nacionalistas, sendo presidido sucessivamente pelos generais José Pessoa (1944-1946), César Obino (1946-1950) e Estillac Leal (1950-1952). Durante a gestão de Leal, em especial, as publicações da Revista do Clube Militar estiveram centradas em campanhas nacionalistas estatizantes, como a favor da nacionalização do petróleo e contrária à participação brasileira na Guerra da Coreia. Estas publicações mobilizavam os conceitos de nação, pátria e democracia em defesa das leis e instituições, associando a soberania nacional à liberdade do cidadão e vinculando as Forças Armadas à vontade popular. Invocavam, assim, uma alegada tradição democrática das Forças Armadas brasileiras. Por outro lado, a ala liberal dos oficiais acusava a gestão nacionalista do Clube de estar infiltrada por comunistas. Neste debate, os sentidos atribuídos às noções de patriotismo e nacionalismo entraram em disputa: tanto os nacionalistas quanto os liberais lançavam mão das tradições nacionais e militares em defesa de sua leitura. Enquanto os opositores de Estillac Leal defendiam a tradição brasileira de defesa da liberdade e da civilização cristã, outros oficiais pregavam o não envolvimento do Clube em questões político-partidárias, em nome da unidade das Forças Armadas. (KUNHAVALIK, 2009, p. 168-79)

O nacionalismo desses oficiais, portanto, era matizado de acordo com outros conjuntos de ideias que defendiam:

As tradições exercem influência sobre os indivíduos, mas não determinam suas ideias e crenças. Os indivíduos fazem uso de uma tradição e desenvolvem suas crenças e práticas a partir desse uso. [...] Dentre os militares nacionalistas daquele contexto, existiam diferentes perspectivas. Alguns poucos eram comunistas, e poderiam estar pensando o nacionalismo como parte de uma fase do desenvolvimento nacional, a qual poderia levar a uma fase futura que seria o socialismo. Assim, também faziam uso de uma tradição que era a comunista. Existiam nacionalistas que eram anticomunistas e existiam nacionalistas que eram favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, tendo à frente um Estado com forte presença na economia. Ou seja, os nacionalistas presentes no Clube, neste contexto do início dos anos 1950, não tinham certamente ideias e crenças homogêneas, e faziam uso de determinadas tradições, bem como partilhavam, ao menos parcialmente, uma tradição que podemos denominar de nacionalismo. (KUNHAVALIK, 2009, p. 167-8)

Em 1952, uma chapa formada por oficiais de tendências liberal-conservadora venceu as eleições para o Clube Militar. A autodenominada “Cruzada Democrática”, composta pelos oficiais Canrobert Pereira da Costa, Juarez Távora, Alcides Etchegoyen, Castelo Branco e

Golbery do Couto e Silva, criticava o engajamento político da gestão anterior e reunia lideranças provenientes da ESG. Para estes oficiais, devido ao fato de a legislação trabalhista brasileira ter sido obra de um governo considerado autoritário e populista, a classe operária estaria moralmente corrompida em suas escolhas políticas, de modo que a plena legalidade democrática estaria condicionada ao afastamento dos valores relacionados ao varguismo da vida política nacional (CARLONI, 2012, p. 81-5). Os militares ligados à Cruzada conquistaram a reeleição para o Clube nas eleições de 1954, tendo, portanto, um papel ativo nas crises políticas entre o final do segundo governo Vargas (agosto/1954) e a posse de Juscelino Kubitschek (janeiro/1956).

Este grupo liberal-conservador, favorável ao alinhamento e aproximação com os Estados Unidos, observou uma tendência ao seu crescimento na primeira década do pós-guerra. Segundo João Roberto Martins Filho (2003, p. 105), o papel dos militares como avalistas da deposição de Getúlio Vargas como ditador do Estado Novo e da transição democrática demonstra uma tendência, durante a década de 1945 a 1955, de uma atuação política das Forças Armadas menos centradas em personalidades e mais voltada para uma intervenção orgânica: “A partir de 1947, o advento da guerra fria inauguraria uma fase em que o grupo militar conservador começaria a se preocupar com as perspectivas de uma intervenção mais orgânica dos militares na política”. (MARTINS FILHO, 2003, p. 106)

Assim, no período que interessa a esta pesquisa, os oficiais nacionalistas estão alijados da direção do Clube Militar, embora sua retórica ainda encontre força no meio civil e militar. Defendendo a ampliação da capacidade de protagonismo brasileiro no cenário internacional e condenando o imperialismo e as empresas estrangeiras, combatiam frontalmente o conceito de nacionalismo de seus oponentes, baseado na cordialidade e cooperação com os EUA em nome da civilização cristã, das liberdades e dos direitos individuais representados pela tradição nacional brasileira. Além disso, os militares nacionalistas defendiam a liberdade política do cidadão, o direito às divergências de opinião e o papel do Exército na defesa da democracia e soberania nacional, assegurando a livre manifestação de militares e sua primazia na preservação da soberania nacional e da democracia. (KUNHAVALIK, 2009, p. 188-91)

Neste contexto, foi criado no início de 1955 o Movimento Militar Constitucionalista (MMC), que através de ações e publicações no meio militar e a imprensa defenderia a legalidade democrática e as ideias nacionalistas. O MMC reunia tanto oficiais do Exército quanto sargentos e praça das outras duas forças que se identificavam com o getulismo, o nacionalismo e a legalidade democrática, advogando pela realização plena das eleições de 1955, pela defesa da posse dos eleitos e pelo cumprimento da Constituição. Era considerado pelos militares

liberal-conservadores e mesmo pelos moderados como um movimento de esquerda. O movimento tinha a liderança do coronel José Alberto Bittencourt, que servia na Inspetoria Geral do Exército sob comando do general Zenóbio da Costa, e atuava produzindo relatórios e boletins informativos sobre a situação política nacional – em especial, seus impactos nos quartéis. Apesar da defesa da legalidade, o MMC não agradava a Lott por constituir uma “organização paralela à organização oficial”. (CARLONI, 2012, p. 85-8)

De acordo com Carloni (2012, p. 85) o MMC e Cruzada Democrática constituíram-se em movimentos ideologicamente opostos, com alto grau de independência para atuar no meio militar. Ambos os grupos atuaram como verdadeiros partidos políticos, evidenciando as cisões verticais e horizontais nas Forças Armadas que acompanhavam as divisões políticas da sociedade e demonstrando a incapacidade da alta hierarquia militar em traçar uma estratégia comum e representativa dos segmentos existentes. Em 1955, portanto, estabeleceu-se um confronto aberto entre a necessidade de um posicionamento único das Forças Armadas e os interesses divergentes em seu interior.

Ademais, ambos os grupos disputavam o significado retórico dos conceitos de “nacionalismo” e “legalidade”, embora apenas os militares posteriormente vitoriosos em novembro de 1955 tenham sido consagrados no imaginário popular como “legítimos” defensores desses ideais. Neste sentido, é esclarecedora a análise de Carloni sobre a disputa em torno do conceito de legalidade neste contexto:

O conceito de legalidade constituiu-se por si em campo de disputa nas Forças Armadas e refletiu os interesses políticos e econômicos dos grupos militares e civis envolvidos no debate. Nos quartéis o debate assumiu dimensão singular para os militares “profissionais” da linha do general Lott. Entre estes, o profissionalismo das lições da Missão Militar Francesa e a influência do exército alemão ainda encontravam ressonância. A legalidade estava estritamente vinculada à defesa da Constituição, independentemente dos grupos políticos que estivessem no poder.

Já para os que associavam as Forças Armadas a um “quarto poder” na República, a legalidade e a democracia deveriam estar compatíveis com o projeto de nação específico. Essa forma de interpretar o papel militar encontrou sua sistematização, principalmente, na ESG, que a conciliou com os ideais liberais e com o anticomunismo.

Para esse último grupo, a legalidade não era um estado alcançável apenas pelo cumprimento da lei constitucional. A legalidade e a própria democracia estavam relacionadas à condição moral e à racionalidade política do povo que, desde o Estado Novo, se encontravam corrompidas. (CARLONI, 2012, p. 81)

O general Lott foi uma figura central neste debate, tanto pelo seu protagonismo no movimento de 11 de novembro quanto pela sua postura de “profissionalismo estrito” em meio aos debates acirrados daquele período. Defendendo a manutenção da disciplina e de uma orientação estritamente profissional no Exército, afastado de questões partidárias e livre da infiltração comunista, vigiou e puniu tanto os depoimentos e ações dos militares liberal-

conservadores quanto dos nacionalistas. Condenando os golpismos à esquerda e à direita, o general recorreu a um golpe “legal” para salvaguardar o que entendia ser a ordem política legítima a ser preservada pelo Exército. Por esses motivos, sua atuação chamou especial atenção da diplomacia estadunidense em suas considerações sobre os eventos. Assim, nos aprofundaremos a seguir mais detidamente em sua biografia e nos depoimentos que deixou à posteridade, de modo a traçar um breve perfil político e profissional de sua figura.

### **1.3. O “Movimento de 11 de Novembro”**

#### *1.3.1. O general Lott*

Filho mais velho de pai comerciante e mãe professora, Henrique Duffles Teixeira Lott (1894-1984) iniciou cedo sua formação militar, ingressando em 1905 no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Sentou praça em 1911, fazendo os cursos de engenharia militar, cavalaria e infantaria – arma na qual deu prosseguimento à sua carreira. Lott fez carreira discreta no Exército: com fama de estudante aplicado e disciplinado, ascendeu às patentes superiores comandando instituições de formação militar, participando de missões brasileiras no exterior (Europa e Estados Unidos) e com breve passagem pela Força Expedicionária Brasileira durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), chegando à patente de Marechal em 1959. A figura de Lott se tornou pública quando, em 1955, já general de Exército, foi convidado a assumir o Ministério da Guerra do governo interino de Café Filho (1954-55). Foi neste cargo que Lott se notabilizou pela sua atuação na liderança do “Movimento de 11 de Novembro. Lott foi mantido como ministro da Guerra ao longo do governo JK (1956-61), período no qual enfatizou a manutenção da disciplina no interior do Exército, contra as cisões políticas que ameaçavam a instituição. Contudo, o próprio Lott foi alvo de críticas severas por sua ligação a grupos nacionalistas herdeiros da tradição varguista. Em 1960, o Marechal lança sua candidatura à presidência da República, sendo derrotado por Jânio Quadros no pleito. Após as eleições de 1960, e em especial após o golpe civil-militar de 1964, Lott se mantém afastado da vida política nacional, em parte por escolha própria, em parte por não compartilhar dos ideais que moveram os militares à frente do movimento de 64. (CARLONI, 2010)

Karla Guilherme Carloni escreveu sua biografia sobre o Marechal Henrique Teixeira Lott em 2010, como uma tese de doutorado em História Social. Trata-se da mais recente e única biografia de Lott até o momento produzida e publicada como monografia acadêmica. O trabalho

é extenso, englobando desde os anos da infância do Marechal até seus últimos anos de vida, mas dando maior ênfase ao período entre 1955 e 1960, quando Lott teve uma atuação política mais destacada como ministro da Guerra e candidato à presidência da República.

Para complementar esta fonte bibliográfica, analisamos também uma entrevista concedida por Lott ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) entre 20 de outubro e 21 de novembro de 1978, no Rio de Janeiro. O depoimento foi coletado como parte do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde 1975. O material original constitui-se de 8 fitas cassete, com um total de 7h55min de gravação. Tivemos acesso online à versão transcrita da entrevista, que abrange os períodos da infância, formação educacional e profissional e atuação militar e política de Lott, com maior ênfase no período pós-1930. (LOTT, 2002)

Em nossa leitura do documento, observamos alguns aspectos centrais na elaboração feita por Lott sobre sua trajetória de vida. Em primeiro lugar, demonstra uma profunda identificação com a classe militar, frequentemente utilizando o pronome “nós” ao se referir aos militares. Em sua fala, valoriza aspectos da profissão militar que considera essenciais para a formação do caráter individual e de contribuição ao país:

[...] nós militares temos a vantagem de que nossa profissão nos obriga a estarmos servindo em todas as áreas, em contato com os problemas, as dificuldades da vida, as razões dessas dificuldades, e isso faz com que os militares fiquem com um conhecimento maior do Brasil não só em extensão, mas em profundidade. (LOTT, 2002, p. 7)

Além dos princípios básicos de hierarquia e disciplina, o Marechal também ressalta a importância da abnegação, o valor da hereditariedade e o patriotismo como elementos fundamentais na identificação entre o Exército e o povo.

Este sentimento de identificação leva à condenação do envolvimento do Exército em conflitos internos ao país, embora considere que em tais ocasiões de conflito civil o emprego da força militar tenha sido “lamentavelmente necessária”. Esta posição aparece ligada aos seus discursos que reforçam a imagem consolidada entre seus simpatizantes de que Lott estaria sempre ao lado do governo e da legalidade, como nas afirmações: “[...] o que nós militares pensamos não importa; o que importa é o que a lei estabelece. Eu agi no sentido de fazer com que a lei fosse obedecida.” (p. 74) e “[...] porque para mim desrespeitar a lei, mesmo respeitando um princípio superior, é muito desagradável. Considero-me um homem da ordem e da lei.” (p. 93). Quanto ao seu envolvimento em questões políticas, Lott afirma que sempre atuou em respeito ao dever como oficial do Exército, ainda que condenasse o envolvimento militar na

resolução dos problemas políticos, pois estes pertenceriam “[...] ao conjunto do povo brasileiro e não às Forças Armadas.” (p. 68)

Tais observações preliminares já evidenciam o caráter memorialístico e autobiográfico do depoimento de Lott ao apontar para uma idealização do passado e de sua trajetória de vida. Sua visão sobre a carreira militar e sua atuação pública são positivas e carregadas de considerações subjetivas, indicando a tendência de ser um “ideólogo da própria vida” imprimindo uma lógica e coerência aos eventos vividos. (BOURDIEU, 2006; ALBERTI, 2000)

O crescente envolvimento dos militares na política nacional, em especial após a década de 1920, constitui-se em uma das questões principais a serem abordadas por Carloni. Neste sentido, a autora recorre ao depoimento de Lott sobre os eventos políticos e militares nos quais tomou parte como forma de compreender sua “versão dos fatos” e reconstituir processos de tomada de decisão sobre os quais conhece-se mais os resultados do que os caminhos que levaram até eles. Este recurso é fundamental para se compreender a trajetória de Lott no período em que sua figura adquire maior relevo público: entre os anos de 1954 – quando assume o Ministério da Guerra e no ano seguinte lidera o Movimento de 11 de Novembro – e 1960, quando deixa o cargo de ministro para concorrer à presidência da República. Contudo, mais do que meramente buscar compreender esta sucessão de eventos, Carloni avalia a memória construída pelo próprio personagem sobre sua participação nesses eventos:

Diante das invocações feitas por grupos de oficiais e praças solidários ao general, Lott, segundo entrevista, chegou à conclusão de que, naquele momento, além de militar, ocupava um cargo político e estava em suas mãos a responsabilidade de evitar uma guerra civil, que seria consequência da reação à ação dos militares que desejavam um golpe militar. Em novembro de 1955, se o general Lott aceitasse o seu afastamento, todos aqueles que estavam em sua órbita também seriam afastados e, conseqüentemente, seus ideais anulados. (CARLONI, 2010, p. 114-5)

Assim, na interpretação de Lott, assinalada pela autora, sua atuação no Movimento de 11 de Novembro também se deu em caráter político, já que a situação exigia que fossem extrapolados os princípios militares de hierarquia e disciplina em nome de um objetivo maior. Garantir a legalidade constitucional, mesmo que através de uma medida extraconstitucional, se justificaria pelo papel que atribuía a si mesmo e às Forças Armadas perante a Constituição:

Para o ministro da Guerra, apesar de toda a oposição enfrentada, o episódio, que ficou oficialmente conhecido como Retorno aos Quadros Constitucionais Vigentes, demonstrou, a oposição da maioria dos oficiais do Exército a uma situação extralegal e fez prevalecer como ordem esta conduta. Lott garantiu o respeito à legalidade constitucional, encarando a tarefa como uma obrigação de sua posição de liderança e, mais ainda, uma obrigação das Forças Armadas perante a Carta Magna. (CARLONI, 2010, p. 126)

Posteriormente, Lott seria o “candidato oficial” do governo para concorrer à sucessão de JK nas eleições de 1960. Contudo, sua candidatura foi esvaziada, dentre diversos motivos,

pela sua inabilidade e inexperiência com campanhas políticas, pela falta de apoio direto de Kubitschek e pelo direcionamento dos apoios partidários à uma chapa “apócrifa” formada pelo udenista Jânio Quadros para presidente e por Jango (PTB) para vice – a chapa “Jan-Jan”. Em sua interpretação sobre este momento, são marcantes sua visão da vida pública e da política através do prisma da missão das Forças Armadas, por mais contraditórias que parecessem:

Na mesma entrevista, Lott reconstrói o passado de um ponto de vista muito curioso. Define a sua participação política como uma obrigação moral. Seu dever era, embora a contragosto, proteger o país de Jânio Quadros, que teria ligações diretas com o comunismo, segundo informações obtidas quando era comandante militar da Região de São Paulo. A contradição é embaraçosa: foram justamente os comunistas tanto civis como militares, junto aos grupos mais combativos do PTB, a principal força de sustentação da campanha de Lott.

[...]

Lott encarou a sua candidatura como tantos outros episódios seus na vida política. Era seu dever para com a pátria e, portanto, não deveria questioná-la. Se o povo o desejasse como o novo líder da nação, não seria a propaganda eleitoral, utilizada sem escrúpulos pelos políticos, que iria lhe dar a vitória. O marechal, como um oficial de caserna e muitos militares da sua geração, não tinha habilidade e se sentia pouco à vontade diante das negociações e acordos duvidosos do mundo político e reconstrói a sua vida pública como ato de sacrifício cristão. As agitações do mundo político em nada agradavam o mineiro de hábitos rígidos e formação militar. (CARLONI, 2010, p. 228-9)

### *1.3.2. O gatilho*

A campanha eleitoral de 1955 decorreu em meio aos clamores dos setores mais conservadores da UDN, em especial o jornalista Carlos Lacerda, pela ação militar visando o adiamento das eleições. JK e Jango eram atacados diariamente na imprensa oposicionista, que encabeçou uma campanha de difamação associando os candidatos a denúncias de corrupção e má-conduta administrativa. Sintomático da adesão de uma parcela da oficialidade militar ao golpismo foi o discurso pronunciado pelo general Canrobert Pereira da Costa, presidente do Clube Militar e chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, em solenidade no Clube Militar em homenagem ao aniversário de um ano da morte do major Rubens Vaz, no dia 5 de agosto. O general pregou abertamente o “restabelecimento da verdade e da moralidade democrática mediante uma intervenção aparentemente ilegal” contra uma alegada situação de “pseudolegalidade, imoralidade e corrupção”. O discurso de Canrobert recebeu forte repercussão na imprensa oposicionista, suscitando preocupação nos setores legalistas. (FERREIRA, 2020, p. 354)

Em apoio à preservação da legalidade democrática e da realização plena das eleições, a maior parte da imprensa, grupos organizados de estudantes, empresários, comerciantes, intelectuais e sindicalistas também passaram a se manifestar. Dentre os militares, os oficiais

ligados ao MMC, sob a liderança do coronel José Alberto Bittencourt, articularam-se em especial com políticos do PSD para mapear ações golpistas, lançar boletins informativos e manifestos e propor ações conjuntas entre civis e militares para deter quaisquer articulações visando contrariar a legalidade constitucional. (CARLONI, 2012, p. 85-86)

Em 3 de outubro de 1955, os resultados das eleições apontaram para uma vitória de JK e Jango com 35% e 44% dos votos<sup>6</sup>, respectivamente. Juarez Távora (UDN) obteve 30%, enquanto Ademar de Barros e Plínio Salgado receberam 26% e 8% dos votos, respectivamente. Imediatamente à divulgação dos resultados, a oposição udenista passou a defender a anulação da eleição e impedimento da posse dos vencedores. Sua argumentação baseava-se em três pontos principais: o apoio dos comunistas à JK e Jango era ilegal, já que o partido fora cassado em 1947; as fraudes eleitorais invalidariam a maior parte dos votos recebidos; e a falta de “maioria absoluta”, já que os vencedores não conquistaram mais de 50% dos votos. As duas alegações foram descartadas pelo judiciário, já que não foram encontrados indícios de atividade ilegal do Partido Comunista e nem de fraudes nas votações, enquanto a tese da “maioria absoluta” já havia sido invalidada na eleição anterior (1950), quando Vargas obteve 48% dos votos. A Constituição não previa segundo turno ou maioria absoluta: vencia o candidato que obtivesse maioria simples de votos. (FERREIRA, 2020, p. 356)

Neste cenário de questionamentos ao resultado das eleições, Lott e parte da cúpula do Exército envidaram esforços pela manutenção da disciplina e de uma orientação apartidária dentre os quadros militares. O ministro da Guerra considerava inapropriadas tanto as manifestações públicas favoráveis ao rompimento institucional quanto as que rechaçavam o golpismo. Assim, quando o inspetor-geral do Exército, general Euclides Zenóbio da Costa, lançou em 17 de outubro uma proclamação em favor da legalidade democrática, recebeu de imediato uma punição de Lott. Dirigida aos oficiais e praças do Exército, a proclamação de Zenóbio da Costa conclamou os militares a defender a legalidade com “o sangue e as armas”, de modo a preservar as liberdades fundamentais de voto, de trabalho, de pensamento, crítica e protesto. (FERREIRA, 2020, p. 357-8)

Todavia, foi uma declaração de cunho golpista que deflagraria o Movimento de 11 de Novembro. Em 31 de outubro de 1955, faleceu o general Canrobert Pereira da Costa. Seu funeral, celebrado no dia seguinte, reuniu diversos oficiais militares e membros do governo, dentre eles Lott. Sem estar escalado entre os oradores, o coronel Jurandir de Bizarria Mamede, ligado aos udenistas, proferiu um discurso inflamado, fazendo alusões ao discurso de Canrobert

---

<sup>6</sup> De acordo com as disposições da Constituição de 1946, o presidente e o vice-presidente da República eram escolhidos em votações separadas.

que atacava a “legalidade imoral e corrompida” vivida pelo país, a desonestidade do sistema político e questionando o resultado das eleições. O discurso de Mamede, conclamando à impugnação dos candidatos vencedores, recebeu apoio entusiasmado dos presentes que faziam oposição à JK e Jango, inclusive do presidente da Câmara dos Deputados Carlos Luz, mas também significou um ato grave de indisciplina pelo seu teor político, público e afrontoso à legalidade. (CARLONI, 2012, p. 100-1)

Buscando manter sua coerência disciplinar enquanto ministro da Guerra, Lott deu início aos expedientes para a punição de Mamede. A consideração inicial de Lott foi que, por estar servindo na ESG, subordinada ao Estado-maior das Forças Armadas e, por consequência, diretamente à presidência da república, Mamede não poderia ser punido pelo ministro da Guerra. No entanto, não conseguiu agendar uma audiência de imediato com o presidente Café Filho, que foi internado em 3 de novembro, vítima de um acidente cardiovascular. Lott também recebeu uma negativa do chefe do Estado-maior brigadeiro Gervásio Duncan, percebendo assim que alguns grupos da alta oficialidade das Forças Armadas, especialmente na Marinha e na Aeronáutica, corroboravam o discurso de Mamede. (CARLONI, 2012, p. 101-2)

Ainda convalescente e impossibilitado de reassumir suas funções, Café Filho transmitiu em 6 de novembro a presidência da República a Carlos Luz. No mesmo dia, ao se reunir com o presidente recém-empossado na presença dos outros ministros, Lott cobrou novamente a punição a Mamede. Luz respondeu que não tomaria nenhuma decisão no momento, e aguardaria os pareceres dos comandantes da ESG e do EMFA. Para Lott, nesta reunião ficou explícito que estava isolado dos outros ministros militares e civis ao ser o único que defendia abertamente a punição a Mamede e o respeito ao resultado das eleições. (CARLONI, 2012, p. 108-9)

Em 10 de novembro, os comandantes da ESG e do EMFA emitiram um parecer concluindo que Mamede não cometeu indisciplina e, portanto, não seria passível de punição. Contudo, reconhecendo a autoridade exclusiva do presidente da República sobre a matéria, remeteram o assunto para apreciação de Carlos Luz. Na tarde do mesmo dia, Lott foi convocado para uma reunião com Luz. Agendado para as 18h, o encontro só aconteceria mais de uma hora depois, causando incômodo em Lott. Na conversa com o presidente, Lott solicita o retorno de Mamede aos quadros do Exército para que pudesse ser punido pelo próprio ministro da Guerra. Luz, contudo, nega o pedido de Lott alegando que de acordo com os pareceres recebidos não haveria nada a punir. Ao ser desautorizado pelo presidente, Lott decide então entregar o cargo de ministro, o que é aceito prontamente por Luz, já indicando o general Álvaro Fiúza de Castro (presente no palácio presidencial naquele momento) para o posto. Lott ainda alerta Luz, sem

sucesso, para o perigo representado pelo posicionamento político de Fiúza de Castro, histórico e ativo opositor do varguismo, para a disciplina do Exército. (CARLONI, 2012, p. 110-12)

A rapidez com que sua renúncia foi aceita e a falta de apoio para obter a punição de Mamede fizeram com que Lott desconfiasse que sua saída já era esperada, como forma de abrir caminho à articulação de membros do alto escalão das Forças Armadas e as elites políticas civis para anular o resultado das eleições. Assim, “A unidade das Forças Armadas, principalmente do Exército, estava ferida; um general tinha sido derrubado por um coronel, e o ultraje a que foi exposto o general Lott foi encarado, pelos militares ligados a ele, como uma ofensa do presidente da república ao Exército.” (CARLONI, 2012, p. 112)

### *1.3.3. A reação legalista*

Lott, no entanto, não estava sozinho na defesa da legalidade. Enquanto envidava esforços para obter a punição de Mamede, diversos oficiais protestaram contra o discurso do coronel, em especial os ligados ao MMC. Ainda na noite de 10 de novembro, Lott recebeu em sua residência as visitas do general Odílio Denys, comandante da Zona Militar do Leste (RJ), e de um grupo de sargentos. Assim, foi informado de que tinha apoio entre a maioria dos oficiais e praças do Exército, que apenas aguardavam suas ordens para iniciar um movimento militar pela preservação da legalidade. Carloni (2012) explica essa união de oficiais e praças em torno de Lott também em termos de disputas pelo poder no campo militar:

Em uma crise político-militar, as Forças Armadas não sofrem a pressão somente da disputa política em jogo. A questão da legalidade democrática e o que ela representa na realidade também estão relacionadas à disputa pelo poder no campo militar. Um governo significa a ascensão de um determinado grupo de oficiais e o ostracismo de outros. Os oficiais, além de suas patentes, adquirem prestígio e poder pelos cargos de comando que ocupam na instituição militar e no próprio Estado, e, por conseguinte, a imposição de determinado projeto de nação depende da manutenção dos próprios cargos de comando. Em novembro de 1955, se o general Lott aceitasse seu afastamento, todos os que estavam em sua órbita também seriam afastados e, conseqüentemente, perderiam poder e prestígio, e seus ideais seriam derrotados. (CARLONI, 2012, p. 114-5)

Na madrugada de 11 de novembro, Lott decidiu pela ação direta. Dirigiu-se ao Ministério da Guerra acompanhado de Denys e outros oficiais, de onde entrou em contato com os comandantes militares de vários estados, além do vice-presidente do Senado Nereu Ramos e do líder da maioria na Câmara, José Maria Alkmin. Os comandantes militares e as lideranças civis responderam favoravelmente a Lott, concordando que a solução encaminhada seria a

preservação da legalidade democrática através de uma intervenção direta do Exército, mas com a manutenção de um civil na presidência da República. (FERREIRA, 2020, p. 361)

Lott revelou posteriormente que os planos prevendo a hipótese de uma ação armada do Exército diante da tentativa da Marinha e da Aeronáutica tentarem um golpe já estavam preparados desde julho de 1955. Assim, naquela mesma madrugada, os comandantes de tropa do Exército receberam suas ordens diretamente do Ministério da Guerra e entraram em ação. O arsenal da Marinha, o Campo dos Afonsos, o Departamento Federal de Segurança Pública e outros locais estratégicos que poderiam reunir militares da Marinha e da Aeronáutica contrários ao movimento foram cercados ou ocupados. Além disso, oficiais do Exército que se opunham ao movimento, como o general Fiúza de Castro, foram detidos no Ministério da Guerra e na Inspeção Geral do Exército. (CARLONI, 2012, p. 119-21)

Em São Paulo, onde o governador Jânio Quadros e o comandante do Exército Tasso Tinoco eram favoráveis às forças de oposição, Lott determinou o cerco do estado por tropas de Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso. Além disso, o porto de Santos e outras bases aéreas foram ocupadas por forças legalistas. Este movimento revelou-se fundamental para o desfecho do “contragolpe”: percebendo a situação desfavorável no Rio de Janeiro, Carlos Luz, acompanhado de alguns ministros, oficiais militares e figuras civis – dentre eles, o coronel Mamede e Carlos Lacerda – embarcou no cruzador *Tamandaré*, sob comando do almirante Penna Boto, e rumou para o porto de Santos, na expectativa de organizar um movimento de resistência a partir de São Paulo. Lott chegou a ordenar que a esquadra fosse intimada pelos canhões da baía de Guanabara a abortar sua movimentação, mas os tiros não atingiram as embarcações. O brigadeiro Eduardo Gomes, acompanhado de bombardeiros e caças da Força Aérea, também partiu de avião rumo a São Paulo. (CARLONI, 2012, p. 121-5)

No Rio de Janeiro, a intensa movimentação de tropas alarmou os moradores, e imprensa foi colocada sob censura. Os pontos estratégicos da cidade, como bases aéreas, docas e estações de rádio foram ocupados, enquanto nas ruas armavam-se barricadas prevendo uma situação de conflito civil. A correlação de forças, no entanto, era favorável aos legalistas, e em 13 de novembro o grupo embarcado no cruzador *Tamandaré* reconheceu a impossibilidade do movimento de resistência em São Paulo e decidiu retornar ao Rio de Janeiro. Carlos Luz, inicialmente, negou-se a reconhecer um governo alternativo ao seu, mas acabou aceitando a situação imposta por Lott e seus aliados. Assim, a Câmara dos Deputados aprovou o *impeachment* de Carlos Luz como forma de evitar a transmissão do cargo a um comandante militar, colocando o presidente do Senado Nereu Ramos na presidência da República. Na mudança, Lott permaneceu como ministro da Guerra e os ministros da Marinha e da

Aeronáutica foram substituídos por oficiais ligados às forças legalistas. (CARLONI, 2012, p. 125-8)

Em 20 de novembro, passados os momentos mais tensos do movimento, Café Filho, recuperado de sua enfermidade cardíaca, comunicou que reassumiria a presidência da República. Imediatamente, forças militares cercaram sua residência no bairro de Copacabana e Lott comunicou-o que seu retorno à presidência não era desejável aos chefes militares. No dia seguinte, o Congresso Nacional declarou Café Filho impedido de reassumir o cargo. As reações das forças oposicionistas ao desfecho do movimento deixaram claro que o sentimento de ressentimento e desprestígio, principalmente entre os oficiais da Marinha e a Aeronáutica, demorariam a arrefecer e, mesmo no Exército, o apoio a Lott não era unânime. Em vista desse cenário, Lott exigiu e a Câmara aprovou, em 23 de novembro, a decretação do estado de sítio, que se prolongaria até fevereiro de 1956, encerrado apenas após a posse dos eleitos. (CARLONI, 2012, p. 131-5)

Segundo Karla Carloni (2012), o Movimento de 11 de novembro atingiu severamente a unidade política e a hierarquia das Forças Armadas, já fragilizadas naquele contexto, e teria reverberações na década seguinte. Assim, a compreensão do comportamento político dos oficiais envolvidos no movimento deve levar em conta a cultura política de sua época, marcada pela pluralidade de interesses e identidades, muito além das meras distinções entre nacionalistas e “antinacionalistas”. A autora distingue, portanto, três orientações diferentes entre esses oficiais: 1) os oficiais integrantes do MMC, identificados com a herança nacionalista de Vargas e com as teses da esquerda política da época; 2) os oficiais conservadores anticomunistas, como Denys, que se alinharam a Lott principalmente para barrar a atuação do MMC; e 3) os oficiais conservadores (a maioria), com forte identidade profissional e defensores da coesão institucional do Exército, como Lott, que agiram em nome da legalidade e da Constituição. (CARLONI, 2012, p. 136-7)

A identidade nacionalista não foi o único elemento motivador do episódio, nem teve o mesmo significado para todos os participantes. A união provisória entre grupos legalistas, conservadores e de esquerda contra militares de orientação “liberal-conservadora”, defensores de uma intervenção autoritária, foi motivada, por um lado, pela defesa estrita da legalidade democrática e para conter a liderança de oficiais “esquerdistas”, e por outro em nome de objetivos nacionalistas ligados à herança do varguismo. Já o grupo derrotado no 11 de novembro acabou dispersado em funções de pouco prestígio ao redor do país, mas voltou a adquirir força e coesão nos anos seguintes, sistematizando sua ideologia através da ESG, em permanente contato com grupos conservadores da sociedade – em especial, reunidos na UDN

– e tendo como objetivo principal o combate à infiltração comunista nos quartéis e na vida política. (CARLONI, 2012, p. 138-9)

Com o início do governo JK, Lott é mantido no Ministério da Guerra. Seus esforços então se concentram na manutenção da hierarquia e da disciplina em todos os escalões do Exército, além da melhoria nas condições de trabalho dos sargentos. No entanto, enfrenta ao longo de todo o mandato forte oposição civil e militar por conta de suas ligações com setores nacionalistas. (CARLONI, 2010, p. 130-8).

#### *1.3.4. As repercussões*

O “Movimento de 11 de Novembro” recebeu amplo apoio de militares e civis, assim como de entidades trabalhistas e sindicais e do Partido Comunista. Em março de 1956, é formada pela articulação do coronel Nemo Canabarro Lucas a “Frente de Novembro”, uma organização que reuniu políticos petebistas, pessedistas e comunistas, militares, sindicalistas e trabalhadores em defesa da legalidade democrática e do nacionalismo. O general Lott foi escolhido como símbolo da organização, enquanto João Goulart foi convidado a ocupar a vice-presidência. Em junho de 1956, a Frente divulgou um manifesto defendendo a democratização econômica, social, política e das Forças Armadas, formando militares identificados com as demandas dos trabalhadores, como forma de combater as recentes crises políticas e econômicas. A oposição militar e civil reagiu à formação da Frente acusando-a de fomentar o ódio entre as classes e de solapar a hierarquia e a disciplina no interior das Forças Armadas. Também denunciavam a semelhança entre as pautas da organização com os pontos defendidos pelo Partido Comunista naquele contexto ilustrando “a forma de pensar dos setores civis e militares mais conservadores da sociedade, para os quais todo questionamento da ordem estabelecida estaria relacionado com o comunismo e seu ardiloso interesse de ‘desagregação nacional” (CARLONI, 2012, p. 147). Apesar da existência de fato de pontos em comum entre as duas organizações, Carloni (2012, p. 147) considera que “Os ideais proclamados pela Frente pertenciam às esquerdas militar e civil e ultrapassava os limites do PCB. Era a ideia de um capitalismo mais ameno e mais distributivo, aliada à defesa da democracia e da independência econômica da nação”.

A Frente de Novembro estaria no centro de uma nova crise que oporia os militares nacionalistas aos liberal-conservadores no ano seguinte ao Movimento de 11 de Novembro. Para comemorar o aniversário de um ano deste movimento, a Frente propôs a organização de

um evento em homenagem ao seu maior símbolo, o general Lott. Programada para o dia 12 de novembro de 1956, as celebrações contariam com a entrega de uma espada banhada em ouro ao general, simbolizando seu reconhecimento como um símbolo de um Exército amigo do povo, aliado do trabalhador e defensor da legalidade democrática. A convocação pública da celebração causou imediata reação na oposição conservadora civil e militar, que voltaria a denunciar a infiltração comunista nas Forças Armadas e a presença político-partidária, que seria nociva e contrária aos valores da organização. (CARLONI, 2012, p. 148)

## CAPÍTULO 2 - A POLÍTICA EXTERNA E OS DIPLOMATAS DOS ESTADOS UNIDOS

### 2.1. A política externa

Na organização governamental dos Estados Unidos, o órgão responsável pela elaboração e condução da política externa é o Departamento de Estado (*United States Department of State*). Criado em 1789, este departamento atualmente trata as questões relacionadas a representação, observação, reportagem, negociação, proteção dos interesses estadunidenses no exterior, defesa de fronteiras, comércio, alfândega, extradição, manutenção da paz, além de questões políticas, econômicas, financeiras e de segurança de interesse internacional. O Departamento de Estado é liderado pelo Secretário de Estado, que, por sua vez, é indicado diretamente pelo presidente dos Estados Unidos e confirmado pelo Senado, reafirmando o papel preponderante do Poder Executivo Federal estadunidense na condução da política externa do país. (RODEGHERO, 2002, p. 41)

Nos países com os quais os Estados Unidos mantêm relações estáveis, o Departamento de Estado é representado pelas missões diplomáticas e consulares. As missões diplomáticas reproduzem as funções de representação, observação, negociação, reportagem e proteção do Departamento de Estado no exterior, atuando como um canal de comunicação entre o governo dos EUA e o do país em que estão localizadas. Os diplomatas que atuam em missões diplomáticas no exterior articulam as grandes questões internacionais, a política externa dos Estados Unidos e a política interna do país em questão, também desempenhando funções de inteligência. Já as missões consulares possuem um escopo de atribuições mais reduzido, lidando apenas com os problemas envolvendo cidadãos dos Estados Unidos no exterior, sem um status de representação intergovernamental. (RODEGHERO, 2002, p. 42)

Em sua organização interna, o Departamento de Estado é dividido em diferentes setores de acordo com critérios geográficos e/ou temáticos. Assim, em geral, cada continente recebe uma subsecretaria, que por sua vez distribui países ou regiões em divisões específicas. No caso da América Latina e do Brasil no período pesquisado, a divisão é descrita por Rodeghero:

As questões relacionadas à América Latina são tratadas em um setor específico do Departamento. Numa reorganização geral efetuada em 1944, foi criado o posto de Assistant Secretary of State for American Republics Affairs [Secretário Adjunto de Estado para Assuntos das Repúblicas Americanas]. Em outubro de 1949 tal posto passou a ser denominado Assistant Secretary for Inter-American Affairs

[Subsecretário de Assuntos Interamericanos]. [...] O setor dirigido por estes funcionários era o Office of Inter-American Affairs (ARA) [Escritório de Assuntos Interamericanos] e possuía várias divisões, entre elas o Office of South American Affairs (OSA) [Escritório de Assuntos Sul-Americanos] e a Brazilian Affairs Division [Divisão de Assuntos Brasileiros]. Esta última, recebia o maior montante da correspondência que saía da Embaixada ou dos Consulados no Brasil, mas era comum que o mesmo despacho ou memorando passasse por vários outros setores do Departamento de Estado ou fosse para outros departamentos do governo norte-americano como o Federal Bureau of Information (FBI), a CIA, o Departamento de Defesa, etc. (RODEGHERO, 2002, p. 43)

Com base nessas considerações, analisaremos a seguir algumas das tradições que historicamente compõem a política externa dos Estados Unidos – em especial, suas configurações nas relações com o Brasil e a América Latina na primeira década da Guerra Fria. Em seguida, identificaremos a forma como essas tradições constituem e interagem com a cultura política e as concepções de tempo histórico específicos dos diplomatas estadunidenses, de modo a compor uma breve análise do perfil desses profissionais.

### *2.1.1. Tradições*

As renovações pelas quais passou a História Política no último terço do século XX reafirmaram a pertinência do político como dimensão organizadora da vida coletiva, e, portanto, indispensável para a compreensão dos problemas contemporâneos. Neste sentido, a dimensão internacional da vida política não passou despercebida pelos teóricos e historiadores – principalmente franceses – que construíram essa Nova História Política. A aproximação entre historiadores das Relações Internacionais e historiadores do Político se concentrou em uma temática que permitiu articular suas reflexões e renovar seu campo de pensamento: a problemática das relações entre a política interna e externa dos Estados (MILZA, 2003, p. 365-6)

De acordo com Pierre Milza (2003, p. 367-70), embora persista certo debate sobre a pertinência ou não de pensarmos a política externa como esfera autônoma do político, existe um consenso cada vez mais amplo de que “[...] não há diferença de natureza, tampouco separação estanque entre o interior e o exterior, mas interações evidentes entre um e outro, com, entretanto, uma primazia reconhecida do primeiro sobre o segundo.” (p. 370); ou seja, considera-se que embora possamos falar em acontecimentos de ordem política puramente interna, não podemos conceber qualquer acontecimento externo que não apresente dados da política interna dos países implicados. É justamente essa primazia da política interna sobre a

externa que aproxima as reflexões e pesquisas dos historiadores do político e das relações internacionais.

Desta forma, quando tomamos como objeto de nossa investigação o comportamento de determinado Estado e seus representantes no sistema internacional – seja em acontecimentos pontuais, seja numa perspectiva de longo prazo –, a compreensão dos fatores de política interna que condicionam seu comportamento externo se mostra incontornável. Pierre Milza sugere pensarmos esses fatores em dois âmbitos: a longa e a curta duração. O primeiro engloba aquelas forças profundas definidoras das características sociais, políticas, culturais e econômicas de cada país, como sua demografia, identidade, ideologia, características geopolíticas, entre outras. Já na curta duração, encontramos os aspectos mais conjunturais da política interna (mas ainda assim inseridos em elementos da longa duração), como a composição e características das famílias políticas e dos grupos parlamentares, e as tendências momentâneas do ambiente internacional.

Nesta pesquisa, buscamos partir da concepção de Milza sobre as relações entre política interna e externa dos Estados para empreender uma breve análise da política externa dos Estados Unidos e a atuação específica de seus agentes diplomáticos. Para os propósitos deste trabalho, nos concentraremos em dois aspectos da política interna na longa duração que possuem certo peso na política externa: a identidade da nação e a ideologia. Milza não enuncia explicitamente a sua definição desses conceitos, mas tece uma análise da maneira como operam nas relações internacionais. Por este motivo, recorreremos às definições trazidas por outros autores como forma de experimentarmos sua viabilidade teórica neste trabalho.

Longe de esgotarmos esta definição conceitual, cabe ao menos delimitarmos o que entendemos por “identidade da nação”. Recorreremos a Benedict Anderson (2008) que apresenta uma definição “antropológica” de nação em seu estudo teórico sobre os nacionalismos. Para o autor, uma nação seria: “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.” (p. 32). Tais comunidades são “imaginadas” na medida em que seus membros não conhecem uns aos outros em sua totalidade, “limitadas” por possuírem fronteiras finitas e não terem pretensões de abarcar toda a humanidade e “soberanas” por terem no Estado soberano a garantia de sua liberdade.

Embora os Estados Unidos atendam aos critérios de comunidade política “imaginada e soberana”, sua definição como “limitada” traz algumas possibilidades a mais de reflexão quando analisamos a forma como este país projeta sua política externa historicamente. Embora a noção de comunidade política estadunidense seja restrita aos seus cidadãos (naturais ou

naturalizados), sua identidade política será, como veremos, construída como um modelo universal e superior.

A construção da identidade por cada nação não se dá apenas de forma a atender a objetivos internos de coesão de sua “comunidade imaginada”. No plano externo, a identidade também serve como um “cartão de visitas” de cada país, além de garantia para a defesa contra os avanços de outros atores do sistema internacional, determinando sua política militar e estratégia global (MILZA, 2003, p. 371). Se para algumas nações esta função tem caráter meramente defensivo devido à sua fragilidade geopolítica, para outras assume um caráter de missão:

[...] a ideia que uma nação faz de suas ‘responsabilidades internacionais’ e da ‘missão’ que deve cumprir perante a História constitui uma injunção de longa duração cujos efeitos podem aliás ser diferentes, até mesmo contraditórios, segundo os períodos considerados e os indivíduos ou os grupos que baseiam suas concepções de política externa nesse messianismo de vocação universal. (MILZA, 2003, p. 371)

De que maneira, então, identificar a identidade de uma nação e a forma como esta se projeta em sua política externa? Conforme aponta Anderson, sendo a condição nacional e o nacionalismo “produtos culturais específicos”, sua compreensão em uma perspectiva histórica é incontornável:

[...] tanto a nacionalidade – ou, como talvez se prefira dizer, devido aos múltiplos significados desse termo, a condição nacional [*nation-ness*] – quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos. Para bem entendê-los, temos de considerar, com cuidado, suas origens históricas, de que maneira seus significados se transformaram ao longo do tempo, e por que dispõem, nos dias de hoje, de uma legitimidade emocional tão profunda. (ANDERSON, 2008, p. 28)

O segundo aspecto de política interna que apontaremos aqui exige igualmente uma compreensão em perspectiva histórica. Igualmente sem pretensões de nos aprofundarmos no conceito de “ideologia política”, defini-la-emos meramente como uma determinada concepção sobre a forma ideal de organização política adotada por um grupo que, uma vez no poder, passa a colocá-la em prática na medida em que as circunstâncias o permitem.

A projeção da ideologia na política externa se faz de forma mais clara em Estados totalitários, mas mesmo em regimes pluralistas poderíamos delinear certa ideologia predominante, de acordo com as configurações políticas do momento (MILZA, 2003, p. 379). Ainda mais, a política externa poderia mesmo ser utilizada como forma de atingir consensos mínimos em momentos de polarização ideológica da opinião pública, quando a ordem social se vê ameaçada por antagonismos políticos:

A busca do consenso pela política externa, visando a integrar as massas e a transcender as ideologias antagônicas e as lutas partidárias, pode inclinar os estadistas e os grupos dirigentes a propor ao país ‘um grande projeto’ mobilizador cujo objetivo principal é

construir a unidade da nação ou preservar a nação, diante do jogo dissolvente das forças centrífugas. (MILZA, 2003, p. 380)

A maneira como os Estados Unidos historicamente mobiliza sua política externa de forma a atingir consensos da opinião pública a favor de intervenções no sistema internacional nos leva a questionar se a ideia de “missão” em defesa da democracia, alegada por seus tomadores de decisão, não seria uma forma de ideologia historicamente predominante no poder político dos EUA. Em outras palavras, seria a ideia de “democracia” simplesmente uma ideologia interna a sustentar os princípios morais da política externa estadunidense? Se sim, em que medida isso afetaria o próprio funcionamento da democracia estadunidense?

Neste ponto, recorreremos à definição básica apresentada por Tzvetan Todorov (2012), segundo o qual democracia é um regime no qual todo o poder emana do povo. O povo, para Todorov, não corresponde a uma substância natural; é diferente da família, do clã ou da tribo e de “[...] toda entidade coletiva definida pela presença de um traço como a raça, a religião, ou a língua de origem” (p. 16). Neste sentido, a definição da democracia em Todorov se distingue da definição de comunidade imaginada, de Benedict Anderson. Para Todorov:

Fazem parte do povo todos os que nasceram sobre o mesmo solo, aos quais se acrescentam os que foram aceitos pelos primeiros. No seio de uma democracia, ao menos teoricamente, todos os cidadãos são iguais em direitos, todos os habitantes são iguais em dignidade. (TODOROV, 2012, p. 16)

Neste sentido, as democracias liberais modernas se caracterizariam por prezar pelo princípio da liberdade individual, cuidando para que um mal delimitado “bem-estar da coletividade” não venha a sobrepujar ao individual. Mesmo não prometendo à sua população a resolução definitiva de todos os males sociais, considerando *a priori* a imperfeição de toda ordem social, as democracias liberais admitiriam ao menos um melhoramento possível na ordem social e o exercício plural do poder. (TODOROV, 2012, p. 16-8)

Ainda assim, a democracia dependeria de um delicado equilíbrio em seus componentes para atender plenamente aos seus objetivos ideais. Se um dos elementos constituintes da democracia se exacerbar em relação aos outros, os resultados podem ser indesejados e mesmo perigosos:

Os perigos inerentes à própria ideia democrática surgem quando um dos ingredientes dela é isolado e absolutizado. O que reúne esses diversos perigos é a presença de uma forma de descomedimento. O povo, a liberdade, o progresso são elementos constitutivos da democracia; mas se um deles se emancipa de suas relações com os outros, escapando assim a qualquer tentativa de limitação e erigindo-se em único e absoluto, eles transformam-se em ameaças: populismo, ultraliberalismo, messianismo, enfim, esses inimigos íntimos da democracia. (TODOROV, 2012, p. 18)

O “messianismo político”, um dos “inimigos íntimos da democracia”, nos interessa mais diretamente, já que sua definição vai ao encontro da definição anterior da “missão” estadunidense frente ao resto do mundo. O messianismo seria caracterizado pela exacerbação do elemento “povo” nas democracias: o povo, acreditando estar imbuído de um caráter especial, busca conformar outras sociedades à sua maneira de entender e organizar o mundo político:

Impõe-se então a ideia de que a vontade humana, desde que se torne comum, pode fazer reinar o Bem e trazer salvação a todos; e esse feliz acontecimento não se produzirá no Céu, após nossa morte, mas aqui e agora. Assim é que o voluntarismo se torna messianismo. O messias, no caso, é o povo – uma abstração que permite a certos indivíduos apresentarem-se como sua encarnação. (TODOROV, 2012, p. 41)

O autor identifica três grandes ondas históricas de messianismo político: 1) o messianismo revolucionário originário da Revolução Francesa, materializado nas conquistas napoleônicas e nas independências das Américas; 2) o messianismo do projeto comunista e totalitário, após o triunfo da União Soviética e de seu avanço sobre o mundo; 3) o messianismo político recente da “Guerra ao Terror” e pela libertação de comunidades de regimes ditatoriais, como as intervenções ocidentais no Kosovo, Iraque, Afeganistão e Líbia a partir da década de 1990. Em cada intervenção política e militar, com resultados quase criminosos empreendidos por esses atores “Os grandes traços do messianismo político se instalam: programa generoso; divisão assimétrica dos papéis, ou seja, sujeito ativo de um lado e, do outro, beneficiário passivo – cuja opinião não é pedida; recursos militares postos a serviço do projeto.” (TODOROV, 2012, p. 47)

Todorov defende que o papel dos Estados Unidos como superpotência e “polícia planetária” ficou ainda mais evidente quando a Guerra Fria terminou, desmantelando o adversário soviético. No entanto, conforme buscaremos demonstrar aqui, a atuação histórica dos Estados Unidos em seu próprio continente indica que a ideia de “messianismo” já dava o tom de suas relações com as outras repúblicas americanas pelo menos desde o século anterior.

### *2.1.2. Histórico*

Os Estados Unidos declararam sua independência política frente à Grã-Bretanha no ano de 1776, aprofundando um conflito armado com a antiga metrópole que só terminaria em 1783, com a vitória dos ex-colonos. Com a ratificação de sua primeira e única Constituição, em 1787, a nova nação afirmaria os ideais que conduziram seu processo de independência e sua constituição como nação: a afirmação e defesa dos ideais iluministas do republicanismo, liberdade e democracia.

Nas décadas seguintes, os Estados Unidos empreenderam um longo processo de construção da nação, voltado para seu desenvolvimento econômico interno e expansão territorial. Ao final do século XIX, as antigas Treze Colônias já formavam um país de dimensões continentais, banhado por dois oceanos e com uma economia e sociedade em franco processo de modernização baseada na atividade industrial, o que o equiparava às potências europeias da época. No entanto, até o começo do século XX, o engajamento internacional dos Estados Unidos se limitava às relações comerciais e intervenções pontuais em seus países vizinhos.

Segundo Cristina S. Pecequillo (2011), ainda que os Estados Unidos do século XIX seja caracterizado pelo seu relativo isolamento dos problemas mundiais (digam-se, europeus), é neste período que se formam parte dos componentes históricos que seriam marcantes para a elaboração e execução da política externa americana ao longo do século XX. Neste sentido, a autora entende que a política externa dos Estados Unidos é historicamente marcada por um “alto grau de continuidade” em suas estratégias, sendo “[...] caracterizada por um acúmulo de tradições de comportamento internacional” (2011, p. 473).

A autora identifica o período de 1776, ano de sua independência, até 1945, quando assume a liderança na construção do sistema internacional ocidental pós-Segunda Guerra, como anos de formação dos chamados “componentes históricos da política externa americana”. Esses componentes seriam paulatinamente incorporados à tradição histórica da política externa americana, sendo mobilizados em menor ou maior grau de acordo com a conjuntura internacional do seu período “recente” (pós-1945). Neste sentido, a autora identifica como componentes históricos da política externa estadunidense os conceitos de: *experimento norte-americano, isolacionismo e unilateralismo, expansão das fronteiras, sistema americano, portas abertas e império norte-americano*.

A ideia de “experimento norte-americano” é o primeiro componente histórico a se formar, já no momento inaugural da nação. Ele diz respeito à profunda identificação entre a identidade nacional estadunidense com a sua experiência histórica singular e pioneira de emancipação política e construção da nação. Ao se constituir como nação livre, republicana e democrática, os Estados Unidos afirmam desde a assinatura de sua Declaração de Independência (1776) o excepcionalismo de sua experiência:

Com base nas verdades autoevidentes de que todos os homens e nações são criados iguais e livres e que possuem os direitos inalienáveis à vida, à liberdade e à procura da felicidade, a Declaração de Independência sinalizou o início da experiência norte-americana livre, republicana e democrática. Segundo a visão dos norte-americanos, todos os homens, e, nesse sentido, nações, têm o direito à sua autonomia e liberdade,

não podendo ser dominados e controlados por quaisquer forças externas que ameacem seu desenvolvimento e reprodução. (PECEQUILO, 2011, p. 39)

Subsequentemente, a Constituição de 1789 e os textos políticos dos “Pais Fundadores” reafirmariam a excepcionalidade e grandiosidade do destino norte-americano, ligando à sua experiência particular os destinos da própria forma republicana de governo em escala global. Caberia aos norte-americanos a responsabilidade de demonstrar a viabilidade e superioridade do republicanismo frente à decadência do Antigo Regime; os temas da democracia e da república inserem-se desde o início em uma situação de oposição entre o Novo Mundo e o Velho Mundo. Por terem adotado inicialmente uma postura isolacionista frente ao Velho Mundo, os Estados Unidos empreenderam sua missão em defesa da expansão da democracia, seus princípios e valores através da “força do exemplo”, inspirando revoluções políticas “à distância”. (PECEQUILO, 2011, p. 47-8)

Em maior ou menor grau inspiradas pela experiência estadunidense, a onda independentista e republicana de fato se espalhou pelo continente americano nas primeiras décadas do século XIX. O “excepcionalismo” de sua forma política não era tanto uma exclusividade estadunidense, na medida em que, segundo afirma Anderson (2008), os movimentos de independência nas américas como um todo foram convertidos em conceitos, modelos e projetos, prontos a serem adotados e mobilizados no contexto de formação dos nacionalismos europeus e asiáticos:

Do tumulto americano brotaram essas realidades imaginadas: estados nacionais, instituições republicanas, cidadania universal, soberania popular, bandeiras e hinos nacionais etc., e o fim dos seus opostos conceituais: impérios dinásticos, instituições monárquicas, absolutismos, vassalagens, nobrezas hereditárias, servidões, guetos e assim por diante. (ANDERSON, 2008, p. 124-5)

Assim, as experiências da Revolução Francesa e das independências nas américas teriam inspirado a formação de um ‘modelo’ para o Estado nacional, baseado em instituições republicanas e democráticas (ANDERSON, 2008, p. 125), ainda que, acrescentamos, ao serem transpostos ao contexto europeu ainda conservariam uma série de elementos do Antigo Regime, da mesma forma que os novos Estados da América seriam profundamente marcados por sua herança colonial. No entanto, dentre as novas nações surgidas na América no início do século XIX, nenhuma delas afirmaria a excepcionalidade de sua experiência política ligada à uma alegada “responsabilidade universal” de forma tão marcante e contundente quanto os Estados Unidos:

Tal percepção, a própria ideia do excepcionalismo (que nasce do processo de criação e consolidação do experimento), da maior sabedoria e dos padrões mais elevados da moral e das instituições norte-americanas, tem implicações diretas na forma como os Estados Unidos concebem sua relação com o mundo e o seu lugar dentro do sistema internacional. A consciência da diferença na criação e formação da nação é

representada, na prática, pela construção de um país de fato, diferente dos demais em seu perfil interno e externo. A América não segue os mesmos caminhos e prioridades de outros países e possui um destino próprio que a ela, e só a ela, cabe realizar, não podendo nem ser julgada e nem enquadrada nas práticas políticas e sociais do restante da comunidade internacional. Na verdade, a América encontra-se à parte dessa comunidade, e, dentro dela, é um modelo alternativo de inspiração a ser copiado. A América nasceu diferente e assim permanecerá por toda a sua história: esse é o seu destino, sua missão e, de certa forma, o seu fardo (McDougall, 1997; Huntington, 1996). (PECEQUILO, 2011, p. 50-1)

É digno de nota que, apesar de seus paralelos históricos, a situação dos Estados Unidos se distancia muito da de seus pares latino-americanos após suas respectivas independências. Enquanto os EUA constroem desde sua fundação como nação uma série de fundamentos de política externa que paulatinamente se consolidam nas décadas seguintes, os países latino-americanos têm dificuldades para construir uma noção de protagonismo internacional. Nas palavras de Joseph S. Tulchin:

Cada país tinha uma ideia clara de que pertencia a uma comunidade mundial bem conhecida, pelo menos em termos da participação no mercado internacional; mas não havia ali uma política externa nacional, propriamente dita, que pudesse guiar uma atuação nos assuntos internacionais. (TULCHIN, 2016, p. 458)

Este “fardo” dos Estados Unidos também introduz uma questão adicional sobre a orientação de sua ação externa: as frequentes contradições entre o idealismo e o realismo. Historicamente, todo engajamento e/ou intervenção direta dos EUA no sistema internacional são acompanhados por certa necessidade de justificativa moral, percebida com clareza nos discursos e pronunciamentos de seus líderes. Apesar de conceberem sua própria comunidade política como modelo superior a todas as demais, os Estados Unidos não se sentem confortáveis em assumir claramente posições de poder, devendo apresentar propósitos nobres para justificar suas ações (PECEQUILO, 2011, p. 51). Esta característica introduz até mesmo complicações na forma como é concebida a identidade da nação pelos seus membros: se as necessidades da *Realpolitik* acabam distanciando a atuação externa dos princípios apregoados, incorre-se no risco de a comunidade se ver em meio a crises de valores e questionamentos identitários (MILZA, 2003, p. 372-3).

A ideia do experimento norte-americano, portanto, define o perfil dos Estados Unidos e a forma como o país se apresenta ao mundo. “Uma República recém-nascida que deseja consolidar-se para, posteriormente, servir de exemplo e orientação para as demais sociedades, percebendo a si mesma e a seus desenvolvimentos políticos como algo excepcional e específico”. (PECEQUILO, 2011, p. 52-3). O isolacionismo e o unilateralismo definem o tipo de comportamento que os EUA assumirão no exterior, com o objetivo de “sustentar e aprofundar o experimento norte-americano sem a interferência ou a contaminação de poderes

estrangeiros e privilegiando a margem de manobra e independência da política externa dos Estados Unidos.” (PECEQUILO, 2011, p. 53)

Aqui, cabe a ressalva de que isolacionismo e unilateralismo não significam necessariamente uma postura de total distanciamento dos EUA do sistema internacional, mas sim uma posição de neutralidade e não envolvimento em conflitos e crises envolvendo as potências europeias. O isolacionismo é descrito por Pecequilo (2011) como um padrão de engajamento “estreito, limitado e pontual”, sendo um comportamento normal de um país que persegue seus próprios interesses no sistema internacional, ao contrário de um comportamento internacionalista que significaria um engajamento ativo e efetivo nesse sistema, como através de instituições de cooperação multilateral. Em outras palavras, o isolacionismo implica a rejeição de compromissos permanentes com outros atores em nome da liberdade de ação; um “não-engajamento” estratégico, que tem no unilateralismo a sua forma de ação preferencial visando a manutenção e ampliação da liberdade de ação. (PECEQUILO, 2011, p. 54-6)

Uma vez consolidadas a independência e o governo republicano, os EUA voltam-se para o desenvolvimento econômico interno e a busca de ampliação de seu território. De 1800 a 1850, as Treze Colônias inicialmente confinadas ao litoral leste da América do Norte estenderam seus domínios até a costa do Pacífico, através de negociações diplomáticas, projetos de colonização e ações militares. A expansão seria justificada pela doutrina do Destino Manifesto: conjunto de ideias que naturalizava a ação expansionista estadunidense como expressão de seu direito divino à recompensa pelo trabalho virtuoso, dedicado e empreendedor dos colonos e predestinação geográfica do território:

Em linhas gerais, o Destino Manifesto considerava que a expansão territorial representava um direito divino dos Estados Unidos de se espalhar por toda a América do Norte, com o apoio de Deus para a conquista, pois ela possibilitaria levar a liberdade e a democracia a locais em que ainda não existiam. Dotada de um sentido de propósito, a expansão territorial era racionalizada e explicada não por interesses materiais, mas pelo dever que os norte-americanos tinham de espalhar e afirmar seu espírito e visão, sintetizados no par democracia/república. Aí, a combinação de cruzada e interesse, também característica de toda a política externa norte-americana, encontrou sua primeira expressão. (PECEQUILO, 2011, p. 59-60)

Acompanhando a ideia do Destino Manifesto, a política externa estadunidense do século XIX desenvolveu uma relação com os outros países do continente baseada no estabelecimento do “sistema americano”. Através da Doutrina Monroe, enunciada pelo presidente James Monroe em mensagem ao Congresso, em 1823, os Estados Unidos afirmaram sua posição de representantes da identidade republicana e livre das intervenções europeias no continente, colocando os demais países dentro de sua zona de influência imediata. Esta doutrina se afirmou em um contexto de encerramento vitorioso dos processos independentistas na América, a

maioria deles sob influência dos ideais republicanos e com apoio dos EUA. Assim, o republicanismo das novas nações criaria uma “afinidade natural” com os EUA, que, exercendo seu papel excepcional, buscaria afastar o perigo da criação de novas colônias europeias na América. A Doutrina Monroe, vale ressaltar, não previa a possibilidade nem a necessidade de intervenção direta na região, e apesar de associar diretamente a segurança dos EUA a de outros países do continente, não prevê meios militares e estratégicos para sua garanti-la. (PECEQUILO, 2011, p. 69-72)

Neste primeiro momento, o desdobramento prático da Doutrina Monroe se deu através do conceito de “Panamericanismo”. Baseado nos princípios de cooperação, solidariedade e parceria econômica e política, o panamericanismo foi uma política que atingiu seu auge na segunda metade do século XIX, tendo seu foco direcionado a temas econômicos, comerciais e financeiros. Tratou-se, em outros termos, de uma ofensiva comercial dos EUA, institucionalizando sua hegemonia econômica no hemisfério. (PECEQUILO, 2011, p. 73-4)

No início do século XX, com sua economia industrial já plenamente desenvolvida e buscando espaço no cenário internacional, a política externa dos Estados Unidos passa a servir como sustentáculo para seu poder. Neste período, há um fortalecimento do poder Executivo sob a concepção de que a expansão seria vital para o contínuo desenvolvimento econômico e político do país. A construção de uma marinha mercante e de guerra poderosas e o fortalecimento de suas capacidades militares seriam as condições necessárias para garantir a ampliação das fronteiras norte-americanas. No contexto internacional da corrida imperialista entre as grandes potências, os EUA elegem as regiões do Pacífico e das Américas como o terreno preferencial para esta expansão. (PECEQUILO, 2011, p. 77-82)

A Guerra Hispano-Americana (1898) foi um marco nesta postura mais ativa dos Estados Unidos na esfera internacional. Ao promover uma intervenção direta em Cuba, visando garantir a independência da então colônia espanhola, o país combinou o idealismo da Doutrina Monroe com uma atitude pragmática, buscando afastar os poderes extracontinentais e preservar a estabilidade regional sob sua hegemonia. No mesmo período, os Estados Unidos expandiram seu domínio sobre as ilhas do Pacífico (Havaí, Filipinas, Guam, Ilhas Wake e Samoa) mas de forma indireta, sem institucionalizar vínculos coloniais com esses territórios. Do ponto de vista retórico, esta atitude seria coerente com a ideia do experimento norte-americano de promoção da democracia e liberdade dos povos. Já sob uma visão pragmática, o não estabelecimento de vínculos coloniais favorecia uma maior independência e margem de manobra dos EUA, preservando seu isolacionismo e unilateralismo internacional. Neste sentido, a chamada “política das portas abertas” seria a postura predominante do país em relação às outras potências

imperialistas: a defesa de um sistema comercial e financeiro aberto, livre e igualitário, de modo a internacionalizar sua economia sem recorrer à guerra. (PECEQUILO, 2011, p. 82-8)

Neste contexto, os Estados Unidos começam a assumir abertamente sua condição de poder mundial em ascensão, e é na América Latina que esse futuro poder hegemônico tem seu ponto de partida. Em 1904, o presidente Theodore Roosevelt enunciou o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, que previa a atuação direta dos EUA de modo a garantir a ordem e a estabilidade no continente, segundo uma concepção de “civilização ocidental democrática” contra a barbárie. Pela primeira vez, a política externa estadunidense contava com mecanismos práticos para intervir política e economicamente nos assuntos internos dos países do continente, em uma lógica de tutela que se manteria até os anos 1930:

[...] o Corolário representou uma nova abordagem para os assuntos hemisféricos e era um reforço à Doutrina Monroe que até então não possuía mecanismos palpáveis e reais de implementação. O Corolário não trazia implícitas quaisquer reivindicações territoriais sobre a América Latina, mas assegurava aos Estados Unidos o direito de intervenção e interferência nos assuntos hemisféricos. Tal direito, e o papel de ‘polícia hemisférica’, seria exercido caso se comprovasse que uma nação era incapaz ou não desejava conduzir sua política de forma responsável, ameaçando a estabilidade do hemisfério. (PECEQUILO, 2011, p. 90)

Segundo Joseph Tulchin (2016), as intervenções mais frequentes se davam em casos de países inadimplentes contra cidadãos ou o próprio governo dos Estados Unidos. A busca da estabilidade na região traduzia, nesse sentido, um interesse puramente comercial e geopolítico. Já sob o ponto de vista das nações latino-americanas, a hegemonia estadunidense poderia trazer mesmo alguns benefícios a curto prazo, afastando as ameaças europeias e promovendo a modernização de suas economias. Apesar de se tratar de uma relação assimétrica, os países da América Latina ainda possuíam certa autonomia e capacidade de protagonismo reais. (TULCHIN, 2016, p. 971)

Com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os EUA abandonam seu histórico isolacionismo para intervir diretamente na situação europeia, com o envio decisivo de tropas nos meses finais do conflito. A proposta do presidente Woodrow Wilson ao final da guerra de construir um novo sistema internacional com protagonismo ativo dos EUA (política do “wilsonianismo”) tem vida curta, face à pressão interna pelo retorno ao isolacionismo, mas será o primeiro passo para uma postura que se tornaria definitiva no próximo conflito mundial. Assim, entre a Primeira e a Segunda Guerra mundial os EUA tem uma postura isolada das questões internacionais, mas o contrário se verifica na América Latina, que sofre intervenções constantes. (PECEQUILO, 2011, p. 92-106)

Durante a década de 1920, os EUA aumentam exponencialmente seus investimentos na América Latina, explorando petróleo no México, Colômbia e Venezuela e cobre e ferro no

Chile, além de investir em utilidades públicas nestes países, ampliar seu sistema bancário e o mercado consumidor para seus produtos. Neste período, aumentam as instabilidades políticas e econômicas no mundo, enquanto na América do Sul, há um crescimento dos sentimentos antiestadunidenses causados por ideologias nacionalistas e nativistas. (SCHOULTZ, 2000, p. 307-12)

O avanço da hegemonia estadunidense sobre a América Latina no início do século XX se dá, assim, mobilizando componentes históricos de sua política externa e se aproveitando das fragilidades estruturais dos países da região. Ainda que as resistências a essa hegemonia não tenham estado ausentes, para a diplomacia dos EUA assegurar um mínimo de controle sobre os processos políticos e econômicos da região era vital para sua própria segurança nacional e global.

Desse modo, a atuação dos diplomatas estadunidenses na América Latina incorporou muitas das visões implícitas em seus fundamentos de política externa. Lars Schoultz (2000) sinaliza que enquanto o interesse dos EUA sobre a América Latina se explica muito em termos de segurança nacional e ganhos financeiros, a política doméstica e a própria estrutura mental estadunidense sobre a região não podem ser deixadas de lado nesta análise. Segundo o autor, esta estrutura mental é frequentemente negativa e depreciativa, reafirmando uma ideia de inferioridade latino-americana traduzida em termos como “corrupção” e “subdesenvolvimento”. Desenvolvida desde o século XVIII – portanto, simultaneamente à construção dos primeiros fundamentos de nação e da política externa dos EUA -, este conjunto de ideias tem longa permanência na política externa estadunidense para o subcontinente:

A crença na inferioridade latino-americana é o núcleo essencial da política dos Estados Unidos em relação à América Latina, porque ela determina os passos precisos que os Estados Unidos assumem para proteger seus interesses na região. [...] As pesquisas de opinião pública atuais indicam que os contornos deste mind-set relativo à América Latina são compartilhados por um amplo espectro do público dos EUA. A iniciação de novos funcionários no estabelecimento de políticas é em grande parte um processo de refinamento desta coleção rude de crenças pela incorporação de informação adicional sobre a região e, ao mesmo tempo, pela organização, avaliação e interpretação desta informação de modo que ela se adapte à busca dos interesses dos EUA. O resultado é uma orientação mental específica que os funcionários usam para interpretar o desconcertante conjunto de incidentes e problemas que constituem os dados brutos das relações internacionais. (SCHOULTZ, 2000, p. 13-14)

Ao analisar as conferências dadas por funcionários de primeiro escalão do Departamento de Estado dos Estados Unidos em 1924, quando da formação da Escola de Serviços Exteriores, o autor sinaliza que estas demonstram sua visão predominante sobre os latino-americanos motivada por uma noção determinista da raça, do clima e do passado colonial hispânico: seriam povos inferiores, corruptos e instáveis politicamente. Tais valores estão

presentes na maioria dos documentos produzidos pelo Departamento de Estado no início do século XX, especialmente aqueles que se referem à América Central e ao Caribe. (SCHOULTZ, 2000, p. 312-6)

É apenas na década de 1930 que a política externa dos EUA para o continente viria a sofrer maiores mudanças em suas estratégias. Eleito em 1933, no auge da Grande Depressão, o presidente Franklin D. Roosevelt buscava superar a crise econômica através de um amplo conjunto de reformas internas, conhecido como *New Deal*, mas não deixaria de lado a dimensão externa da reconstrução: buscava ativamente reengajar os Estados Unidos no sistema internacional. O advento da 2ª Guerra Mundial, em 1939, e o ataque japonês a Pearl Harbor, em 1941, forneceriam a motivação e a justificativa para este engajamento. Com atuação decisiva nas frentes de batalha no Oceano Pacífico e no continente europeu, os EUA veriam sua zona de atuação e influência sofrer uma expansão sem precedentes ao final da guerra. A nova configuração do sistema mundial exigiria de sua maior potência uma política externa abrangente e ativa, e o abandono definitivo do isolacionismo.

O continente americano, que já conhecia este lado ativo e hegemônico da política externa estadunidense há pelo menos três décadas, viu as intervenções custosas e contraproducentes das décadas anteriores darem lugar a uma política de defesa contra as ameaças externas e busca de estabilidade interna no continente através da cooperação enunciada na “Política da Boa Vizinhança” de Roosevelt. Esta política ativou o fluxo comercial e financeiro entre os países latino-americanos e a potência do Norte, criando esperanças de uma mudança real e definitiva nos padrões do relacionamento hemisférico. (PECEQUILO, 2011, p. 115-9)

A Política da Boa Vizinhança introduziu uma mudança fundamental na política externa estadunidense para a América Latina. Tratava-se de uma política baseada no diálogo, na busca pela acomodação política, pela reciprocidade no campo econômico e pelo aumento do intercâmbio comercial e financeiro. Politicamente, o relacionamento ficaria marcado pelo reconhecimento da soberania nacional dos países latino-americanos e pela promoção da não-interferência e não-intervenção em assuntos internos. Economicamente, incrementaria a promoção do comércio continental, a aplicação de investimentos e a concessão de empréstimos. Os objetivos estratégicos históricos dos Estados Unidos de afastar as influências estrangeiras (neste contexto, em especial, das forças do Eixo) e manter sua hegemonia sobre o continente se mantiveram; contudo, agora esses objetivos seriam perseguidos pela cooperação, e não mais pela coerção:

[...] embora tenham mudado as formas, não se alteraram os conteúdos da política norte-americana, não podendo se falar em uma real renovação do relacionamento. A despeito do abandono do intervencionismo e da retórica da cooperação, não existiram medidas concretas para a construção de arranjos que garantissem tal cooperação ou que relativizassem a liderança norte-americana, incentivando possibilidades de parceria, permanecendo intactos os preceitos da Doutrina Monroe. Com isso, a redefinição do relacionamento pode ser entendida como uma mudança tática da política externa dos Estados Unidos, sem que se alterassem conteúdos ou prioridades estratégicas continentais. (PECEQUILO, 2011, p. 118)

Com a Política da Boa Vizinhança, a atitude geral dos funcionários diplomáticos dos EUA transitaria para uma linguagem mais respeitosa e amigável. Nos últimos anos, já se percebia um clima de crescente hostilidade e ressentimento dos países latino-americanos contra os EUA, e a busca de mecanismos mais “moderados” de pressão política, persuasão e dissuasão era desejada (SCHOULTZ, 2000, p. 330-40). Neste contexto, é sintomático que o empresário e futuro vice-presidente dos Estados Unidos Nelson Rockefeller, após uma viagem pela América Latina em 1937, se alarma com crescente influência nazista e em 1940 obtém de Roosevelt a criação *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*. Esta agência propagandística promotora do panamericanismo contaria com grande número de pessoal e orçamento elevado, investindo na divulgação de materiais de propaganda estadunidense e na infraestrutura básica das repúblicas americanas. (SCHOULTZ, 2000, p. 340-7)

Os laços militares também são parte importante da Política da Boa Vizinhança, como esforço para a articulação de uma resposta hemisférica unificada contra o Eixo. A postura de intolerância estadunidense frente a presença do Eixo no continente levaria mesmo à perseguição e insatisfação das repúblicas aliadas. No entanto, com a entrada dos EUA na guerra, uma série de alianças são forjadas através da construção de bases militares e compra de suprimentos de suprimentos. Nos anos do conflito, a América Latina teria seu lugar estratégico no esforço de guerra Aliado, já preparando caminho para uma cooperação contínua no pós-guerra:

Para enfrentar a possível ofensiva alemã, a administração Roosevelt passou a incrementar relações com os militares latino-americanos. Historicamente, tais relações mal existiam fora das nações ocupadas do Caribe; quando FDR assumiu a presidência, o único relacionamento militar-a-militar era uma missão naval no Brasil (a missão naval anterior no Peru havia terminado), mas por volta de 1939 diversos grupos de conselheiros militares dos EUA haviam se estabelecido na América Latina, e as escolas militares dos EUA estavam aceitando estudantes de nove países latino-americanos. Este ritmo foi acelerado quando Hitler marchou através da Europa, e mais de cem conselheiros militares dos EUA estavam trabalhando em todas as nações da América Latina, quando Pearl Harbor foi atacada em dezembro de 1941. Depois da guerra, esses vínculos militares facilitaram a transmissão de valores anticomunistas para os militares latino-americanos, substituindo instrumentos de política externa menos sutis como o Corolário Roosevelt e a Emenda Platt. (SCHOULTZ, 2000, p. 342-3)

O Brasil teria um lugar especial nessa cooperação militar: dada a importância geopolítica e estratégica do nordeste brasileiro para a Força Aérea e Naval estadunidense, a

região abrigou bases militares dos EUA. Além disso, o envio de 25 mil soldados da Força Expedicionária Brasileira à Itália serviria tanto para reforçar a posição e prestígio do Brasil no conflito quanto para modernizar os recursos materiais e humanos das Forças Armadas nacionais. Ao final da Guerra, o Brasil poderia contar com um Exército mais bem equipado, com experiência de combate, além de saldos comerciais positivos e aumento das reservas cambiais em decorrência da intensificação do intercâmbio comercial com os EUA. (MCCANN; FERRAZ, 2011)

Assim, através de estratégias indiretas, os EUA aprofundaram sua hegemonia no hemisfério durante a Guerra. O novo tipo de relacionamento ficou visível na retórica da diplomacia estadunidense, visando a cooperação igualitária com as outras repúblicas. Contudo, a manutenção dos interesses unilaterais não passaria despercebida:

Fica bem claro que a política de Boa Vizinhança não alcançou as mentes dos líderes e do público dos EUA para mudar a visão que eles tinham dos latinoamericanos. Tratava-se de uma política que exigia um novo respeito, ainda que fosse superficialmente, pelas sensibilidades latino-americanas: nada de fuzileiros navais desembarcando em portos caribenhos, freqüentes reuniões de alto nível, visitas elaboradas por chefes de Estado e uma nova burocracia para institucionalizar o relacionamento pan-americano. Nenhuma mudança significativa ocorreu abaixo da superfície, nem houve uma mudança nos interesses dos EUA, que enfocavam na década de 1930 expansão econômica e segurança nacional. A afirmação de Tucídides – “grandes nações fazem o que querem, enquanto pequenas nações aceitam o que devem” – permanecia o princípio orientador das relações interamericanas. Talvez porque suavizava esta realidade, a nova atitude de respeito superficial foi bem recebida por muitos latino-americanos. Mas esta atitude, também, estava para mudar, quando os Estados Unidos começaram a moldar o hemisfério no pós-guerra. (SCHOULTZ, 2000, p. 347)

Nos momentos finais do conflito mundial já se planejava o caráter do relacionamento hemisférico no pós-guerra. Apesar de as nações latino-americanas, pragmaticamente, continuarem como atores menores no sistema internacional, sem terem colhido grandes benefícios de suas relações com os EUA, a balança de poder global estava em movimento. No período da Grande Depressão e no conflito mundial subsequente, todas as nações latino-americanas haviam desempenhado um papel mais autônomo nos assuntos mundiais, e sua nova percepção de protagonismo não se reconciliaria facilmente com o controle dos EUA e sua prática contínua de “hegemonia sem coerção” em tempos de paz e cooperação.

Assim, a Política da Boa Vizinhança promoveu uma transformação real e imediata no relacionamento hemisférico, gerando esperanças de mudanças definitivas na relação dos EUA com o continente, menos hegemônica e mais cooperativa. No entanto, a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, juntamente com a ascensão da União Soviética, passou a exigir dos Estados Unidos um papel mais ativo na construção da ordem internacional do pós-guerra. O abandono definitivo do isolacionismo no cenário mundial é acompanhado por uma deterioração

das relações hemisféricas, que voltariam a conviver com as intervenções diretas e indiretas e, de maneira pior, com a negligência do antigo aliado. (PECEQUILO, 2011, p. 115-9)

### *2.1.3. Brasil, América Latina e Guerra Fria*

Com o advento da Guerra Fria, a partir de 1945, os Estados Unidos assumem o papel de construção da nova ordem internacional no ocidente, considerando a nova realidade de poder global: a ascensão correlata da União Soviética, o declínio da Europa e as iniciativas de descolonização na África e na Ásia. Neste papel, o país manteve os elementos do padrão histórico de sua política externa, mas acrescentou novas direções voltadas à (re)construção do mundo capitalista e à contenção do avanço do bloco socialista. (PECEQUILO, 2011, p. 125-7)

O período do imediato pós-guerra é conturbado para a política externa estadunidense. Neste momento, retoma-se no imaginário popular a ideia do “perigo vermelho” representado pelos comunistas, agora mais poderosos após a vitória soviética na guerra e a ocupação do leste europeu pelo Exército Vermelho (MUNHOZ, 2020, p. 2593-669). É neste contexto que o então presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, lança em 1947 aquela que viria a ser conhecida como Doutrina Truman. Este conjunto de ideias parte do reconhecimento do Estado soviético como uma ameaça aos interesses internacionais dos EUA e à manutenção da paz global, exigindo à política externa estadunidense maior engajamento externo e disposição para suprir as necessidades materiais dos países mais suscetíveis à influência soviética, de forma a conter esse avanço. (PECEQUILO, 2011, p. 139-46)

A lógica da contenção, que sustentava a Doutrina Truman, está baseada nas ideias do diplomata estadunidense George Frost Kennan, que atuou na embaixada dos Estados Unidos em Moscou durante a Segunda Guerra Mundial. Kennan argumentava que o principal desafio imposto pela URSS aos EUA era sua capacidade de atração ideológica e sua lógica expansionista motivada por um mundo externo hostil ao comunismo. Para o diplomata, os interesses dos dois países eram intrinsecamente “antagônicos e irreconciliáveis” considerando a postura de nação líder do mundo democrático assumida pelos EUA. Assim, o principal papel da política externa estadunidense seria evitar o conflito direto e priorizar o combate à ideologia soviética, através de auxílios materiais e propaganda direcionados aos países mais suscetíveis ao avanço comunista, como na Europa e na Ásia. (MUNHOZ, 2020, p. 2776-906)

Ao final da década de 1940, no entanto, a lógica da contenção sofreu uma progressiva militarização, que culminou na elaboração da diretriz de segurança nacional NSC-68, em 1950.

Este documento propunha uma extensão prática da Doutrina Truman em âmbito global, considerando a necessidade de uma ação mais intensa, mobilizando para a guerra e militarizando a política externa dos EUA. A diretriz partia da avaliação que os Estados Unidos haviam se empenhado aquém do necessário na contenção do comunismo, resultando inclusive em uma revolução comunista vitoriosa na China, no ano anterior. Assim, seria necessária uma nova estratégia baseada na militarização, no incremento do arsenal nuclear e na conscientização doméstica sobre o estado de guerra para assegurar o redirecionamento de recursos e esforços necessários à manutenção do papel de liderança mundial dos EUA. (PECEQUILO, 2011, p. 156-63)

A guinada militarista da política externa estadunidense neste período desagradou inclusive o “pai” da doutrina da contenção: Kennan manifestou sua discordância e advogou pela importância do estabelecimento de diálogos construtivos, sendo progressivamente colocado à margem do governo Truman (MUNHOZ, 2020, p. 2964-98). Vale ressaltar, no entanto, que as ideias defendidas por Kennan e aquelas presentes na NSC-68 possuíam em comum a idealização do lugar dos EUA no mundo, buscando liderar e fortalecer o “mundo livre”, e o sentido de projeção da sociedade estadunidense para o exterior, indo além de um mero impedimento à expansão da URSS. (PECEQUILO, 2011, p. 156-63)

Assim, nos primeiros anos da Doutrina Truman, a estratégia de contenção foi marcada pela formação de instituições, organismos e acordos que regeriam uma ordem econômica e militar mundial patrocinada pelos Estados Unidos, que estabeleceu redes de ligação entre países aliados e incentivou a formação de blocos regionais sob sua própria tutela, como forma de conter não apenas a URSS, mas também possíveis rivais dentro do próprio sistema capitalista ocidental. Em 1950, com a deflagração da Guerra da Coreia, os EUA expandem definitivamente sua zona de atuação para a região do Pacífico e consolidam a base militar da doutrina da contenção. (PECEQUILO, 2011, p. 156-63)

A partir de 1953, sob a presidência de Dwight D. Eisenhower (1953-61) e com John Foster Dulles no comando do Departamento de Estado (1953-59), é anunciado que a política de contenção seria incrementada com uma atuação externa ainda mais assertiva e ativa, enfatizando a libertação dos povos sob o domínio comunista. Assim, passaria de uma política antissoviética para uma política anticomunista, o que implica em uma extensão ilimitada dos compromissos dos EUA no mundo. As táticas predominantes nessa nova fase da contenção seriam baseadas na retaliação massiva e na ameaça, significando o compromisso em usar o poder de destruição nuclear, caso fosse necessário (PECEQUILO, 2011, p. 176-84). Esses compromissos, no entanto, não se traduziram integralmente em engajamentos reais: Pecequilo

(2011, p. 179) descreve a política externa dos EUA nesse período como “confusa”, resultando mais em um estado de aceitação mútua do espaço de poder de cada uma das potências, apontando para uma situação de coexistência.

Para além da busca de superioridade militar e política, a doutrina de contenção também contou com um caráter de fomento ao desenvolvimento e modernização dos países dentro de suas esferas de influência. Entre as décadas de 1940 até 1960 tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética vislumbraram as crescentes demandas mundiais pela modernização econômica. Assim, ao menos retoricamente, os EUA buscaram promover o desenvolvimento capitalista e a democracia política nos países de sua influência, especialmente nas Américas, e a URSS mirou no Terceiro Mundo para combater as políticas imperialistas europeias e estadunidenses. (MUNHOZ, 2020, p. 3820-941)

Na América Latina, o início da Guerra Fria significou uma mudança de postura por parte dos EUA, passando da parceria estratégica à negligência das relações hemisféricas. Na nova configuração de poder global, o continente não era percebido como uma área de risco ou prioritária para a estratégia estadunidense:

[...] A Guerra Fria marcou uma reversão total nas tendências de concentração das iniciativas externas dos Estados Unidos em seu continente, levando o país a uma maior e quase que exclusiva preocupação com as demais regiões do mundo. Além de marcar o auge da política externa norte-americana em sua fase internacionalista e a sua consolidação definitiva como perfil de atuação do país no mundo, a Guerra Fria também significou o declínio das políticas latino-americanas, com uma subordinação, um descaso e interferências crescentes por parte dos Estados Unidos sobre a região. (PECEQUILO, 2011, p. 218)

O clima de parceria e cooperação resultante do período final da Segunda Guerra, herdado da Política da Boa Vizinhança, sustentou iniciativas multilaterais na região, buscando preservar os ideais de identidade e parceria continental, mas que logo se mostraram aquém das necessidades latino-americanas. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado no Rio de Janeiro, em 1947, previa um acordo de defesa mútua e segurança coletiva entre todas as repúblicas americanas, enquanto a formação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, criaria um espaço de cooperação política no continente. Ambos os acordos implicavam a renúncia pelos EUA às políticas intervencionistas sobre o continente. No entanto, em sua aplicação prática, a superpotência americana frequentemente confundiu o papel de liderança com a tutela. (PECEQUILO, 2011, p. 219-21)

Assim, no início da década de 1950, enquanto se empenhavam na reconstrução da Europa e do Japão, os Estados Unidos não viam na América Latina quaisquer ameaças e instabilidades que exigissem ajuda econômica de vulto para conter o perigo soviético. Esta percepção começa a mudar com a presidência de Eisenhower, que, criticando o governo

Truman por seu “descaso” com a região, assinou uma série de acordos bilaterais de cooperação econômica e militar. No entanto, essas medidas foram pouco efetivas, e a insatisfação latino-americana para com os EUA e o aprofundamento da crise social e econômica no continente se deram em escala crescente ao longo da década de 1950. Este cenário proporcionou o fortalecimento das esquerdas na região e colocou a diplomacia estadunidense em constante estado de alerta. (PECEQUILO, 2011, p. 221-4)

Empenhados no combate ao avanço do comunismo, os diplomatas estadunidenses lotados nos países latino-americanos transformaram a identificação e combate da “subversão” como razão de ser de seu ofício. Contudo, como observa Tulchin (2016), a noção de “subversão” tem definição vaga e subjetiva, e sua interpretação se deu de acordo com padrões ideológicos que acabaram corroendo as relações hemisféricas:

Quando havia provas de subversão ou de ameaça dela, a política externa dos EUA repetidamente sacrificava as questões de governança democrática, direitos humanos, direitos civis, contestação política e desenvolvimento econômico e social, justo no momento em que adquiriam maior importância para cada vez mais pessoas na América Latina.

É impossível exagerar o prejuízo causado por esse cálculo míope, de soma zero e ideológico dos interesses da segurança nacional dos EUA para os povos do hemisfério e para as relações entre América Latina e Estados Unidos. As Forças Armadas de diversos países da região revestiram-se da ideologia do anticomunismo, criaram Estados de segurança nacional e assassinaram milhares e milhares de seus cidadãos com o intuito de extirpar a subversão. O avanço da governança democrática e do Estado de Direito foi interrompido por décadas. Muitos na região que antes simpatizavam com os EUA e adotavam seus valores centrais como modelo em seus países logo passaram a ver o governo em Washington como inimigo de sua luta por democracia, por desenvolvimento e por progresso social. (TULCHIN, 2016, p. 1625)

Contudo, para a maioria dos países latino-americanos, sua visão de mundo era impulsionada pelo desejo de desenvolvimento econômico, o que gerou preocupações nos Estados Unidos na medida em que isso significava o controle nacional dos recursos internos, incremento da produção industrial interna e um papel privilegiado do Estado na condução da economia. Desta forma, a saída encontrada pela diplomacia estadunidense para garantir que o “experimento norte-americano” fosse preservado das instabilidades na América Latina foi o apoio a medidas antidemocráticas e antinacionalistas no continente. A garantia de controle sobre o “sistema americano”, assim, seria obtida em nome das tradições históricas de política externa dos EUA e da crença no caráter pouco democrático dos latino-americanos. (SCHOULTZ, 2000, p. 379-83)

Segundo a interpretação de Luiz Alberto Moniz Bandeira (1978), após a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos intensificaram o processo de submeter as nações mais fracas à sua hegemonia. No Brasil, isto ocorreu tanto no âmbito político e econômico quanto no âmbito cultural, com a modificação de hábitos, costumes, padrões de comportamento e consumo

segundo os parâmetros estadunidenses. É sintomático, neste sentido, que as Forças Armadas brasileiras também tenham promovido a padronização de suas táticas e equipamentos de acordo sob influência dos Estados Unidos, como mencionamos anteriormente. (BANDEIRA, 1978, p. 309-10)

Os principais alvos dos interesses estadunidenses no Brasil, no entanto, eram as oportunidades de exploração econômica de serviços essenciais e recursos naturais abertas pelo processo de redemocratização iniciado com o fim do Estado Novo. Bandeira (1978) aponta que na Assembleia Constituinte de 1946, a diplomacia dos EUA acompanhou de perto e influenciou os debates relacionados às concessões de serviços de comunicações e à exploração de minérios e jazidas de petróleo. O petróleo brasileiro era especialmente importante para a estratégia estadunidense do pós-guerra, já que o controle de reservas localizadas na América do Sul poderia reduzir a dependência do óleo do oriente, no caso de um novo conflito global. O Brasil, no entanto, buscava industrializar sua produção petrolífera de modo a reduzir sua dependência de importações. (BANDEIRA, 1978, p. 310-20)

Assim, entre o governo Dutra (1946-51) e o segundo governo Vargas (1951-54), as indústrias estadunidenses iniciaram uma investida econômica, política e publicitária para obter privilégios de exploração do petróleo brasileiro. Essa investida suscitou uma reação por parte de amplos setores da sociedade civil e dos militares em defesa do monopólio estatal e da nacionalização da exploração do petróleo, naquela que ficou conhecida como “Campanha do petróleo”. A campanha mobilizou tanto comunistas quanto os setores mais conservadores da UDN e das Forças Armadas em defesa de uma solução nacionalista, culminando na criação da Petrobras, em 1953, que representou uma vitória dos grupos defensores do monopólio estatal. (BANDEIRA, 1978, p. 317-22)

A diplomacia estadunidense, contudo, não deixou de ler esta vitória como um perigoso sinal da força de tendências comunistas e nacionalizantes no Brasil. De fato, os comunistas haviam crescido em expressão política com a redemocratização, e a partir da segunda metade do governo Dutra, o ambiente político interno do Brasil é marcado por uma forte onda anticomunista, que em certos momentos excede o próprio anticomunismo estadunidense. Seguindo os ideais de alinhamento ao liberalismo econômico estadunidense, Dutra promoveu a repressão ao movimento operário de modo a assegurar uma situação de garantia e segurança para os investimentos dos EUA. (BANDEIRA, 1978, p. 313)

Segundo Carla Rodeghero, a leitura feita pela diplomacia estadunidense sobre o comunismo no Brasil se dava em termos relativamente pragmáticos, mas que não deixavam de considerar o movimento uma ameaça aos interesses dos EUA:

Quando os norte-americanos falavam sobre o perigo do comunismo revelavam preocupações situadas dentro dos quadros da disputa mundial entre Estados Unidos e União Soviética, do papel do Brasil na manutenção da hegemonia norte-americana no continente, da defesa dos interesses econômicos e de um modo de vida. Apesar de perceberem que a força do partido comunista no Brasil era bastante limitada e seu número de adeptos era pequeno, os norte-americanos se preocupavam com a difusão de idéias críticas ao seu próprio país, ao capitalismo, à livre iniciativa, ao capital internacional e prestavam atenção aos diversos grupos que, na sociedade brasileira, defendiam a presença maior do Estado na regulamentação da economia e a busca de justiça social. Em meio a isso, foi possível perceber que as críticas ao comunismo se estendiam àqueles indivíduos ou grupos que assumiam uma postura anti-americanista. (RODEGHERO, 2002, p. 407)

Neste contexto, quando é deflagrada a Guerra da Coreia (1950-1953), os Estados Unidos buscam o apoio do Brasil e de outras repúblicas sul-americanas para o envio de tropas ao conflito. Parte da estratégia de contenção ao avanço soviético, a intervenção estadunidense na Coreia representou o primeiro enfrentamento militar direto entre os blocos capitalista e socialista nos quadros da Guerra Fria, e a aliança dos países americanos em torno dos esforços dos Estados Unidos demonstraria um apoio fundamental na luta contra o avanço comunista. A solicitação dos EUA, no entanto, foi recebida no Brasil com resistência. Já durante o segundo governo Vargas, o envio de tropas brasileiras à Coreia foi seguidamente adiado, sob a exigência de um acordo favorável às demandas do Brasil em termos de equipamentos militares. Com a forte pressão dos setores nacionalistas no governo, nas Forças Armadas e na sociedade civil brasileira, o Brasil acaba se negando a contribuir com tropas para o conflito. (BANDEIRA, 1978, p. 327-34)

Apesar da recusa brasileira em participar do conflito, em 1952 é assinado o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, que estabelecia o fornecimento de equipamentos estadunidenses às Forças Armadas brasileiras em troca de minerais estratégicos, como os minérios radioativos. O acordo visava realizar no Brasil os objetivos de duas leis estadunidenses: a Lei de Assistência e Defesa Mútua (*Mutual Defense and Assistance Act*), de 1949, e a Lei de Segurança Mútua (*Mutual Security Act*), de 1951, colocando o governo brasileiro como financiador de sua execução. Assim, na avaliação de Moniz Bandeira (1978) foi um projeto sem reciprocidade, baseado na unilateralidade, que obrigava o Brasil a aderir às ações dos EUA, incondicional e indiscriminadamente (BANDEIRA, 1978, p. 334-7). O acordo também estava afinado às concepções de política externa estadunidenses para o continente:

Ela consubstanciava o espírito do Tratado do Rio de Janeiro de Assistência Recíproca, firmado em 1947, pelos Estados Unidos e todas as nações latino-americanas, obedecendo à mesma orientação que gerou a OTAN e a OTASE. O imperialismo norte-americano, assumindo a vanguarda da contra-revolução mundial, ampliava o seu *poder internacional de polícia*, conjugando a *diplomacia do dólar* à força do *big stick*, ou seja, do *grande cassetete*, numa série de atos e instrumentos que o Governo de Truman elaborou, ao deflagrar a *guerra fria* contra a União Soviética. (BANDEIRA, 1978, p. 334)

Na Guerra Fria, a situação política interna aos países latino-americanos era de grande interesse para a diplomacia dos EUA. Durante a campanha para as eleições do Clube Militar em 1952, a vitória de Alcides Etchegoyen sobre a chapa nacionalista agradou Washington por sua defesa da “estreita colaboração militar e econômica com os Estados Unidos, em defesa do Hemisfério Ocidental, e por medidas enérgicas contra os comunistas do Brasil” (BANDEIRA, 1978, p. 339). Ao longo do segundo governo Vargas, o Brasil buscou equilibrar a busca de capitais estadunidenses com as medidas nacionalistas visando ao desenvolvimento do país. O resultado foi a crescente retração dos EUA e sua reticência em relação aos nacionalismos:

O nacionalismo dos países atrasados, coloniais ou semicoloniais e o comunismo identificavam-se, perante os Estados Unidos, na contestação ao status. O imperialismo norte-americano, refreado na Coreia, intensificou a guerra subversiva contra os Governos que lhe resistiam ao predomínio. A CIA tornou-se eficiente empresário de golpes e sublevações. Os Estados Unidos entraram em guerra com quase todos os povos [...] num esforço para voltar à ordem mundial do passado. (BANDEIRA, 1978, p. 353)

A sucessão de crises que levou ao fim do governo Vargas e ao seu suicídio teve um forte componente anti-Estados Unidos. Em sua carta-testamento, Vargas alude à pressão de “grupos internacionais” somada à de grupos internos, e nas revoltas populares que se seguiram ao suicídio, as instituições representantes dos Estados Unidos no Brasil, como a Embaixada e empresas, foram os alvos principais da fúria popular. Entretanto, com o início do Governo Café Filho, sob forte influência da UDN, intensificam-se os contatos com os EUA, retomando os debates sobre os privilégios de importação a empresas estrangeiras e a exploração estrangeira do petróleo e minérios nucleares. (BANDEIRA, 1978, p. 361-72)

Em 1955, conforme se definiam os candidatos à sucessão presidencial e Juscelino Kubitschek despontava como o favorito, o governo estadunidense voltou a colocar em dúvida a continuidade de uma situação favorável aos seus interesses no Brasil. Kubitschek não atraía grande simpatia dos EUA, principalmente por defender alguns princípios do nacionalismo varguista, por receber apoio dos comunistas e ter João Goulart como seu companheiro de chapa. (BANDEIRA, 1978, p. 373-5). As eleições daquele ano e o Movimento de 11 de Novembro seriam acontecimentos definidores para as relações Brasil-Estados Unidos nos anos seguintes.

## **2.2. Os diplomatas**

Se a renovação da história política promovida pela historiografia francesa a partir dos anos 1980 serviu para desconstruir muitos dos antigos vícios da historiografia política clássica,

como sua atenção excessiva à esfera governamental oficial, às elites e aos acontecimentos, em nome dos diversos atores sociais e suas múltiplas atividades políticas, por outro lado a compreensão do trabalho dos governantes e burocratas de Estado não deixa de ser relevante. Inseridos na estrutura do Estado, responsáveis por seu controle e funcionamento, esses atores tomam diariamente decisões que afetam a vida cotidiana de milhões de pessoas, mesmo em uma atividade aparentemente tão distante da vida do cidadão comum como a diplomacia.

Os diplomatas são funcionários governamentais de alto escalão, indispensáveis para a existência do Estado moderno enquanto entidade reconhecida internacionalmente por seus pares. Dentre suas atribuições, listamos a responsabilidade de manter o contato entre seu país de origem com países estrangeiros, reunir e transmitir informações que auxiliem a tomada de decisão em política externa, conduzir negociações e acordos bilaterais e multilaterais que vão ditar os rumos das relações internacionais de seu país e, não menos importante, defender de forma mais ou menos ativa os interesses de seu país de origem no exterior.

A atividade diplomática, portanto, realiza-se no tempo imediato, devendo estar atenta e preparada para quaisquer ocorrências e imprevistos que possam afetar as relações entre os países. Contudo, esta atividade não é orientada única e exclusivamente para o atendimento das demandas do presente da forma mais proveitosa possível. A atuação internacional de todos os Estados modernos é regida por um conjunto de tradições diplomáticas nacionais, por uma cultura política em constante e lenta transformação, que orientam as tomadas de decisão no tempo imediato. O diplomata em sua atividade cotidiana se vê, assim, imbuído da responsabilidade de fazer escolhas imediatas face a acontecimentos imprevisíveis ao mesmo tempo em que preserva o máximo possível as tradições que regem sua conduta e busca conduzir seus resultados para as possibilidades de futuro mais favoráveis ao seu país. Ao mesmo tempo em que essas escolhas são tomadas no presente, as tradições do passado e as possibilidades de futuro também se alteram.

Considerando as tradições que historicamente compõem a política externa dos Estados Unidos, identificaremos a forma como estas constituem e interagem com a cultura política e as concepções de tempo histórico específicos dos diplomatas estadunidenses, de modo a compor uma breve análise do perfil desses profissionais. Antes, no entanto, faz-se necessário uma conceituação teórica sobre os conceitos de cultura política e concepções de tempo.

### *2.2.1. Cultura política*

Buscar uma definição para o conceito de cultura política nos leva a uma trajetória que perpassa o desenvolvimento das ciências sociais – mais especificamente, a ciência política - e da historiografia ao longo da segunda metade do século XX. Ainda que o tempo em que o debate vem acontecendo favoreça a formação de pontos consensuais em torno de sua definição, a pluralidade de perspectivas e aplicações sob as quais a ideia de “cultura política” foi trabalhada impede uma definição rígida e definitiva. Contudo, esta mesma pluralidade se mostra mais favorável à soma do que à exclusão, de modo que buscaremos aqui apontar os caminhos tomados pela definição do conceito e seus desenvolvimentos na historiografia.

Buscamos inicialmente a definição de “cultura política” trazida por um dicionário especializado: o “Dicionário de Política”, organizado por Norberto Bobbio, cujo verbete em questão foi escrito pelo cientista político italiano Giacomo Sani. Sani atribui a origem da expressão “cultura política” ao aumento no interesse pelas crenças, ideais e tradições que dão significado à vida política – fenômeno que ganha força a partir da segunda metade do século XX. A cultura política seria definida como composta por:

[...] conhecimentos, ou, melhor, sua distribuição entre os indivíduos que a integram, relativos às instituições, à prática política, às forças políticas operantes num determinado contexto; as tendências mais ou menos difusas, como, por exemplo, a indiferença, o cinismo, a rigidez, o dogmatismo, ou, ao invés, o sentido de confiança, a adesão, a tolerância para com as forças políticas diversas da própria, etc; finalmente, as normas, como, por exemplo, o direito-dever dos cidadãos a participar da vida política, a obrigação de aceitar as decisões da maioria, a exclusão ou não do recurso a formas violentas de ação. Não se descurem, por último, a linguagem e os símbolos especificamente políticos, como as bandeiras, as contra-senhadas das várias forças políticas, as palavras de ordem, etc. (SANI, 1998, p. 306, grifo nosso)

O cientista político ainda tece algumas considerações e ressalvas sobre a aplicação do conceito de cultura política: esta não pode ser pensada como algo homogêneo, mas sim como constituída por um conjunto de subculturas, diferenciadas em suas atitudes, normas e valores, ou dependentes da existência de correntes de pensamento, símbolos e mecanismos de organização; também é possível uma distinção entre cultura política das elites e cultura política de massas, sendo que no caso das elites, deve-se levar em conta sua posição no poder ou na oposição.

De início observamos que, conforme destacamos, para Sani (1998) a cultura política é composta por elementos que se inter-relacionam: conhecimentos, tendências, normas, linguagem e símbolos. O caráter desses elementos está distribuído de maneira desigual em qualquer sociedade: há, por exemplo, grupos como as burocracias civis e militares de Estado que possuem conhecimentos mais específicos sobre as instituições, práticas e forças políticas operantes do que o restante da sociedade civil. Embora as normas de atividade política nas sociedades democráticas sejam construídas visando a isonomia, os sujeitos que ocupam

posições no aparato estatal frequentemente estão em posição de poder em relação às “massas”. Neste sentido, os diplomatas se distinguiriam de outros grupos sociais pela sua ligação ao aparelho de Estado e pela mobilização de linguagens e símbolos característicos, relacionando sua atuação profissional à representação da nação como um todo perante a comunidade internacional.

Ainda segundo Giacomo Sani (1998), a cultura política tomada como objeto de estudo teve seus primórdios na ciência política estadunidense da década de 1960 – mais especificamente com os trabalhos de Gabriel Almond e Sidney Verba – que a definiram como um “conjunto de tendências psicológicas dos membros de uma sociedade em relação à política” (SANI, 1998, p. 306).

Almond e Verba (2001) pensaram a cultura política em um âmbito de larga escala, englobando nações e grandes grupos sociais dentro dessas nações. Esses autores elaboram uma tipologia das culturas políticas com base em uma metodologia “psicocultural” que considera a orientação cognitiva, afetiva e avaliativa dos membros de uma comunidade face aos papéis e estruturas de governos, seus titulares e aos princípios de governo e de tomadas de decisão. Com base nisso, distinguem as culturas políticas entre os modelos paroquial, de sujeição e de participação. Esta classificação não supõe uma homogeneidade desses sistemas, mas sim uma sobreposição de sistemas baseada em sua evolução cultural.

O objetivo de Almond e Verba seria o de avaliar o nível de congruência entre cultura e estruturas políticas em diferentes sociedades. Contudo, esta abordagem sofreu diversas críticas posteriormente por parte de outras vertentes da ciência política e da historiografia devido à sua tendência em “idealizar a liberal democracia como modelo superior” e por pensar as culturas políticas “em termos de espaço nacional (alemão, italiano, inglês, etc.), provocando a tentação do etnocentrismo” (MOTTA, 2018, p. 112).

Ainda que válidas e fundamentadas, as críticas a Almond e Verba não apagam as contribuições desses autores à compreensão do conceito de cultura política. Dentre elas, destacamos para os objetivos deste trabalho a compreensão da cultura política como laço de união entre micro e macropolítica. Ao propor a compreensão da “base motivacional das atitudes políticas e da conduta de indivíduos e grupos” (ALMOND & VERBA, 2001, p. 194-5) como fundamento dos estudos sobre culturas políticas, os autores abrem espaço para o entendimento da conexão entre indivíduos e grupos de indivíduos com a estrutura e processos políticos mais amplos. Assim, propõem que qualquer corpo político pode ser descrito e comparado em termos de suas características estruturais e funcionais em relação com suas características culturais, subculturais e de papéis dos atores. A trajetória individual de atores pertencentes a um grupo

social específico e suas práticas de socialização, permitiriam compreender tanto as estruturas políticas nas quais estão inseridos quanto as especificidades da cultura política de seu grupo. Em outras palavras, essa noção abriria espaço para compreender como os diplomatas estadunidenses, em suas trajetórias individuais e relações sociais, construíram subculturas políticas particulares que, pela força de seu ofício, mantém importante correlação com as culturas políticas mais amplas de seu país de origem.

Na historiografia, o conceito de cultura política passou a ser empregado com frequência no bojo da renovação da História Política francesa, a partir da década de 1980. Jean-François Sirinelli (1997) aponta que a história política e a história cultural apresentaram um movimento simultâneo de renovação e ascensão, respectivamente, na cena historiográfica francesa. Para o autor, o ponto positivo dessa aproximação seria uma historiografia que leva em conta as crenças e representações que orientam a ação política dos grupos sociais. Seu argumento em relação à validade da história cultural do político se baseia na ideia de que esta história é capaz de reconstruir representações da realidade e rearticular o político ao social, sendo que a cultura política seria justamente o conjunto das representações que unem certo grupo humano no plano político: “Podemos llamar así, en efecto, al conjunto de las representaciones que unen a un grupo humano en el plano político, es decir una visión compartida del mundo, una lectura común del pasado, una proyección compartida del futuro. (1997, p. 6)”.

Neste mesmo sentido, o historiador Serge Berstein, já uma referência para este debate, faz uma ampla defesa do emprego do conceito de cultura política na historiografia, reforçando sua utilidade para a explicação dos comportamentos políticos. Para Berstein, a cultura política seria “[...] um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político.” (2009, p. 31). Enfatizando o papel das representações como expressões de uma cultura política e seu caráter plural, o autor lista os componentes desse conceito, entendendo-o como “[...] um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama.” (1998, p. 350) e que apresenta como elementos constitutivos:

[...] uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como a vêem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante.” (BERSTEIN, 1998, p. 350-1, grifo nosso)

Seguindo os elementos sugeridos, consideramos que a classe dos diplomatas estadunidenses pode compartilhar de uma cultura política particular na medida em que se baseiam em uma “base filosófica ou doutrinal” e uma “leitura comum e normativa do passado” inspiradas na identidade e ideologia predominantes em sua nação de origem e nas tradições de política externa construídas por ela. Assim, no exercício cotidiano de suas funções, expressam uma “visão institucional comum” e uma “concepção de sociedade ideal” (esta última, frequentemente, através de julgamentos de valor sobre o país onde atuam) através de um “discurso codificado” que dá significado às suas visões de mundo.

Berstein ainda avança na compreensão do conceito. Para o autor, a cultura política está estreitamente ligada à cultura global de uma sociedade, pois “se inscreve no quadro das normas e valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro” (1998, p. 352-3). É um fenômeno plural e evolutivo, já que uma mesma nação pode comportar diferentes culturas políticas que se modificam ao longo do tempo. Estas modificações se dariam principalmente em função das respostas dadas pela sociedade face aos problemas e crises em sua história. Também não é um fenômeno imóvel, já que se enriquece com contribuições das outras culturas políticas e da evolução da conjuntura. Dentre os vetores de formação das culturas políticas, Berstein lista: a família, as instituições de ensino, os grupos sociais (exército, trabalho, partidos) e as mídias (1998, p. 355-7).

Finalmente, Serge Berstein também entende a cultura política como fenômeno individual e coletivo – neste último caso, atuando como “cimento da identidade de um grupo” (2009, p. 43), reunindo postulados, grades de leitura, interpretações, proposições, discursos, símbolos e ritos compartilhados por grupos de diferentes gerações. Em suma, constitui a base do pertencimento político pelo seu caráter emocional, ainda que não seja proveniente meramente dos instintos, emoções e sensibilidades, já que:

[...] a sua aquisição faz supor um raciocínio, que pô-la em prática com um dado facto implica análise ou, pelo menos, a adesão a uma análise proposta e que, se o compromisso é um acto do ser profundo, ele não é nem impulsivo, nem irreflectido. Simplesmente, e todos têm consciência disso, a interiorização das razões de um comportamento acaba por criar automatismos que são apenas o atalho da diligência racional anteriormente realizada. (1998, p. 360-1)

Na cena historiográfica brasileira, o conceito de cultura política ganha espaço também a partir dos anos 1980, em estudos centrados no mundo do trabalho e nos movimentos sociais. A historiografia brasileira mantém um diálogo próximo com seus pares franceses, também entendendo as culturas políticas como sistemas de representações coerentes que se constituem na média e longa duração, construindo identidades, incorporando uma leitura do passado e com

o objetivo de explicar “o comportamento político de atores individuais e coletivos privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades” (GOMES, 2005, p. 30). Conceção semelhante é partilhada por Rodrigo Patto de Sá Motta, que entende cultura política como um

[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.” (MOTTA, 2018, p. 114).

O autor ainda faz a ressalva de que a cultura política não deve ser tomada como “coringa”, que serve em qualquer ocasião, para explicar qualquer coisa, mas é relevante para entender comportamentos políticos e o peso das relações estruturais em conexão com estratégias ideológicas. (MOTTA, 2018, p. 131-4)

A adoção do conceito de cultura política pela historiografia brasileira, no entanto, não se deu de forma unânime e sem debate. *Ciro Flamarion Cardoso* (2012) teceu uma série de críticas à construção e emprego do conceito, especialmente direcionadas à abordagem de *Serge Berstein*. *Cardoso* criticou nesse autor o que considera deficiências metodológicas e contradições argumentativas, como o apagamento das identidades dos sujeitos sociais ao serem inseridos em um arcabouço de representações mais amplo a consideração de *Berstein* das mentalidades como antônimos da realidade. Além disso, segundo *Cardoso*, o historiador francês alegaria que a cultura política não pretende explicar tudo, mas ao mesmo tempo a colocaria como elemento determinante em processos históricos. (CARDOSO, 2012, p. 50-2)

Ainda que as críticas de *Cardoso* sejam pertinentes, há que se considerar que os estudos sobre cultura política foram enriquecidos e ampliados consideravelmente a partir de seus precursores franceses. Consideramos que o emprego do conceito se dá muito mais na forma de instrumento de análise, devendo ser testado, ajustado e combinado a outras ferramentas metodológicas do que como fator de explicação final. Nas palavras de *Rodrigo Motta*, o emprego da noção de cultura política serve para aprimorar a análise de forma a dar sentido a decisões que nem sempre são óbvias ou plenamente explicadas apenas pelos discursos dos próprios atores históricos:

A afirmação da relevância do fator cultural, entretanto, não implica imaginar que todos os integrantes do grupo se comportem de modo uniforme, como se fossem movidos por uma força atávica. Os sujeitos não são peças inertes diante de estruturas sociais perenes. O campo da política supõe o protagonismo de agentes que fazem escolhas: há sempre margem para a opção entre diferentes caminhos de ação. Assim, não há que supor oposição entre a influência de padrões culturais e o arbítrio dos agentes políticos. O argumento é que as escolhas podem sofrer a influência da cultura política, que oferece aos agentes alguns padrões de ação já inscritos nas tradições, mais atraentes e viáveis por terem gerado sucesso em ocasiões anteriores. Por outro lado, embora cultura política implique relações sociais, valores e imaginários

estruturados, bem enraizados na sociedade, isso não significa a impossibilidade de mudança. (MOTTA, 2018, p. 113)

### 2.2.2. *Concepções de tempo histórico*

Refletindo sobre as categorias de tempo e espaço no trabalho do historiador, John Lewis Gaddis (2003) dá indicações importantes para a forma como pensamos o tempo na historiografia. Segundo o autor, a impossibilidade de apreensão total do tempo leva à necessidade da sua representação. Esta representação é: seletiva, gerando diferentes significados segundo quem a constrói; simultânea, pois coloca diferentes temporalidades lado a lado; e opera em diferentes escalas, conectando eventos micro a transformações estruturais macro. Assim, mesmo sendo um *continuum*, o tempo é interpretado como uma divisão entre passado, presente e futuro, no qual o presente é uma singularidade, um ponto de conexão entre a fluidez do futuro e a fusão do passado. (GADDIS, 2003, p. 37-41; 45-7)

Ainda que a preocupação de Gaddis seja investigar a forma como os historiadores interpretam o tempo, este autor dá indicações valiosas sobre como as pessoas no geral o pensam, embora, obviamente, com menor preocupação teórica. Os diplomatas também parecem construir representações do tempo, mas com o diferencial de que sua ação no presente é orientada pela leitura do passado feita de acordo com as tradições diplomáticas construídas pelo seu país. Para o diplomata, o futuro é um campo de possibilidades em aberto, e sua ação no presente deve ser guiada por tradições e experiências do passado, que, em si, também contém e justificam um projeto de futuro. O diplomata tenta construir o presente que ainda está por vir, enquanto o historiador não tem esse projeto como objetivo principal.

Enquanto o historiador busca manipular o tempo abstratamente, mas com a preocupação da comprovação, o diplomata parece se preocupar menos com a comprovação e mais com a segurança que a inserção em uma tradição diplomática pode trazer a sua tomada de decisão. Mesmo na história diplomática, em que a cronologia e a sucessão de eventos parecem assumir maior importância, é a interpretação da inserção de seu país na ordem internacional historicamente que leva o diplomata a tomar tal e qual decisão, a construir determinada visão sobre um acontecimento, a interpretar de uma forma e não outra aquilo que vê. Em suma, embora entenda que sua atividade é inalienável das contingências do presente, o diplomata se vale das interpretações do passado que subjazem sua formação profissional para tomar decisões no presente cujos resultados futuros sejam o mais próximo possível daquilo que está proposto na interpretação histórica de sua tradição diplomática.

Neste sentido, faz-se necessário compreender o papel do tempo presente no tempo histórico, e a forma como este é abordado pela historiografia.

O historiador Julio Aróstegui (2004) parte do princípio de que o presente é o “tempo real da história”, de modo que qualquer explicação histórica deve buscar “reconstruir o presente dos atores históricos”. Segundo Aróstegui, o tempo histórico se move entre a experiência e a expectativa, e o tempo presente é o “tempo subjetivo por excelência” (2004, p. 91).

Para o autor, o tempo presente comporta a dialética entre acontecimento e duração sendo o passado pura duração e o futuro caminho para o acontecimento. O acontecimento é o mecanismo decisivo e o elemento determinante do processo histórico, indo além do mero “instante” e sempre capaz de engendrar uma mudança de estado. Está identificado à ação humana, e é capaz de modificar a estrutura do todo existente e a própria estrutura temporal, inaugurando um “presente novo”. Já a duração designa a persistência de estado dado. (ARÓSTEGUI, 2004, p. 91-101).

A reflexão de Aróstegui vai ao encontro de uma proposta consagrada na historiografia ocidental que é a elaborada por Fernand Braudel (2005): introduzir as estruturas na historiografia através das noções de duração. Braudel, defende que a historiografia deve se ocupar da longa e da longuíssima duração, além do mero evento e da conjuntura. Sua proposta é a da articulação do tempo presente com o passado, da ocupação pela história social dos “atores silenciosos” e da redução de toda realidade social ao espaço.

Por fim, Aróstegui apresenta a proposta de que, sendo o presente a história vivida por cada pessoa e pelo coletivo social, este une-se à memória em uma dialética inseparável. O presente não tem o mesmo significado para todos os membros de uma sociedade, em razão da particularidade de suas memórias. (2004, p. 101-7)

[...] el presente es historia por nuestra voluntad de *historiarnos*. La Historia, como recuperación y análisis del pasado, como bien cultural que el hombre adquiere y reproduce, no es sino una *dimensión del presente*, uno de los contenidos de la cultura de cada presente.

Por lo expuesto hasta aquí, habría también de concluirse que si la idea misma de presente es, según se ha visto, muy polivalente y responde en buena medida a una construcción (socio) cultural, es cierto asimismo que, como construcción humana, ha de tener necesariamente, como cree una buena parte de la historiografía de hoy, una *dimensión histórica*. No obstante, para mostrar inequívocamente que el presente tiene su historicidad propia, que la percepción de un presente histórico es uno de los rasgos más patentes de la historicidad misma, es preciso mostrar que objetivamente existe tal percepción, para pasar luego a algo más pragmático como es la reconsideración de un presente *reflexivo*, campo real de una historiografía. Lo que abordamos de hecho son, pues, dos tareas complementarias: mostrar que hay un presente histórico subjetivo percibido, y también que existe la posibilidad de construir objetivamente un presente del que la historiografía hace un discurso particular. (ARÓSTEGUI, 2004, p. 107, grifo nosso)

Neste sentido, consideramos que Aróstegui habilita a historiografia a colocar o tempo presente em lugar privilegiado em sua análise. Enquanto dimensão subjetiva da existência humana, o presente vivido e estudado como tal permitiria reconstruir a ação dos diplomatas estadunidenses no fazer cotidiano de seu ofício. Ao invés de uma visão determinista e fatalista do processo histórico, entender o presente como “tempo real da história” permite apreender que os processos de decisão não são moldados de maneira determinante pelas tradições e objetivos prévios, nem são fadados a um resultado dado. A percepção dos diplomatas sobre seu papel no processo histórico em que estão inseridos está sendo constantemente refeita de acordo com as demandas do presente, e cabe ao historiador fazer a reconstrução desse processo.

Esta noção de tempo presente permite até mesmo uma melhor compreensão da afirmação de Karl Marx (2011), segundo o qual:

Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. (MARX, 2011, p. 25, grifo nosso)

Em uma primeira leitura da passagem, pode parecer que Marx corrobora com a tese da repetição da história. Contudo, a passagem grifada no trecho tem uma importância capital para compreender a crítica contundente do autor aos usos e deturpações que são feitas da história tendo em vista a manipulação e justificação de medidas adotadas no presente. No contexto em que escreve, Marx tem em vista entender como a burguesia utilizou de discursos que distorciam o passado histórico de modo a justificar escolhas autoritárias no presente. Mesmo se tratando de um texto com objetivos muito diferentes deste trabalho, serve para demonstrar como sendo parte do poder político vigente e responsável por parte de suas decisões mais fundamentais, os diplomatas podem fazer sua leitura do passado conforme a prática criticada por Marx.

Em passagem um pouco mais adiante, destacada a seguir, a crítica fica ainda mais clara ao abordar a forma como decisões aparentemente inovadoras na verdade escondem o peso conservador de forças estruturais, das tradições ou, acrescentamos, dos discursos que criam as representações sobre essas tradições. Como veremos, esta prática é recorrente na atividade diplomática, ao invocar ideias sobre as tradições de seu país para justificar decisões e atitudes em outros países.

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de

representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial. (MARX, 2011, p. 25-6)

O que foi exposto até aqui teve como objetivo destacar a importância da reflexão sobre o tempo histórico e seus usos para compreender a ação dos diplomatas no fazer cotidiano de seu ofício. A necessidade de representação do tempo na forma do discurso histórico não é privilégio do historiador, e esta representação sofre grande influência das contingências às quais está submetida no presente. Nos processos de tomada de decisão, os diplomatas recorrem frequentemente a representações das tradições históricas da diplomacia às quais se submetem, e frequentemente essas representações se dão na forma de simulacros que justificam ideologicamente, e sem preocupações com a metodologia historiográfica, as consequências dessas decisões.

Enquanto agentes históricos, os diplomatas constroem (e reconstróem) constantemente representações sobre o tempo histórico que guiam e justificam suas atitudes no presente. As próprias contingências do presente imprimem novas orientações nessas representações, de modo que as tradições, os costumes e as estruturas de longa duração que parecem conduzir a interpretação de informações e a tomada de decisões em política externa são alteradas. O diplomata carrega em sua bagagem intelectual uma série de elementos que o conectam à noção de tempo histórico compartilhada por seu país de origem e, mais especificamente, por seus colegas de profissão. Na prática cotidiana de seu ofício, as tradições que vai incorporando em seu aparato mental servem como lentes para analisar as realidades com as quais se depara e, conscientemente ou não, reproduz práticas e discursos ao mesmo tempo em que cria novos direcionamentos de acordo com o “inesperado” do presente.

Contudo, diferentemente de outros agentes históricos, o diplomata está inserido em uma estrutura de poder político mais abrangente. Suas decisões cotidianas têm o poder de afetar milhões de indivíduos e a própria dinâmica das relações internacionais. Neste sentido, compreender as noções de tempo histórico desses agentes, como essas concepções são mobilizadas, alteradas e colocadas em prática em seu cotidiano é tão importante quanto buscar entender as concepções de tempo histórico em outros grupos sociais aliados das esferas do poder estatal. Mesmo que compartilhe muitos elementos da mentalidade comum de seus concidadãos, o diplomata incorpora noções específicas de seu ofício e dos meios por onde circula, que devem ser tomadas como objeto de estudo da historiografia.

### 2.3. Perfil dos atores diplomáticos

Os documentos selecionados e analisados neste trabalho foram produzidos por quatro diplomatas que ocupavam diferentes funções na Embaixada dos Estados Unidos no Brasil: o embaixador James Clement Dunn, o segundo-secretário William T. Briggs, o conselheiro para assuntos políticos George H. Owen e o ministro-conselheiro William C. Trimble.<sup>7</sup>

James C. Dunn (1890-1979) foi o 11º Embaixador dos Estados Unidos no Brasil. Natural do estado de Nova Jersey, graduou-se em arquitetura, mas provavelmente exerceu o ofício por pouco tempo, já que entre 1917 e 1919, no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-18), serviu a Marinha dos Estados Unidos como adido naval assistente em Havana. Após esse período, ingressou definitivamente no Departamento de Estado, exercendo funções burocráticas, até assumir seu primeiro posto de primeira classe, como encarregado de negócios interino no Haiti (1922-24).<sup>8</sup>

Dunn foi o primeiro diplomata a ocupar o recém-criado posto de Chefe de Protocolo, servindo em duas ocasiões (1928-1930 e 1933-1935). Nesta função, era encarregado de organizar as datas e agendas da participação dos Estados Unidos em conferências internacionais e emitir declarações cerimoniais aos funcionários de outros países. É provável que neste período, Dunn tenha experimentado a maior ascensão em sua carreira, já que em 1934 foi designado como assistente especial do secretário de Estado Cordell Hull. Durante a Segunda Guerra Mundial, Dunn foi um dos principais conselheiros do secretário de Estado Hull, também dirigindo o escritório de assuntos europeus do Departamento de Estado. Além de aconselhar Hull, ele foi conselheiro dos secretários de estado Edward Reilly Stettinius Jr. (1944–1945), James Francis Byrnes (1945–1947), George Catlett Marshall (1947–1949) e Dean Gooderham Acheson (1949–1953).<sup>9</sup>

Dunn foi membro das delegações dos EUA em várias conferências importantes durante e após os anos de guerra. Elas incluíram a reunião de Dumbarton Oaks em Washington (1944), a conferência de Berlim em 1945 e a conferência de San Francisco que estabeleceu as Nações

---

<sup>7</sup> Poucas informações biográficas e profissionais mais detalhadas sobre esses diplomatas puderam ser encontradas através da pesquisa online. A ausência pode ser explicada pelo fato de que essas figuras não chegaram a ocupar o posto de secretário de Estado, e sua atuação não chegou a adquirir tanto relevo público (com exceção de um deles). Assim, o acesso a arquivos pessoais que permitiriam analisar as visões de mundo elaboradas por esses diplomatas poderiam ter grande contribuição em pesquisas futuras.

<sup>8</sup> **Office of the Historian**. Disponível em: <<https://history.state.gov/departmenthistory/people/dunn-james-clement>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

<sup>9</sup> Idem.

Unidas. Ele também participou da Conferência de Paz de Paris e das conferências de ministros das Relações Exteriores em Paris, Londres e Nova York em 1945 e 1946.<sup>10</sup>

Nos anos do pós-guerra, Dunn consolidou sua carreira diplomática chefiando importantes embaixadas dos Estados Unidos, como na Itália (1946-1952), França (1952-1953) e Espanha (1953-1955). Assumiu a embaixada no Brasil em janeiro de 1955, ocupando o cargo até julho de 1956, quando se aposentou do serviço externo estadunidense. Em 1957, recebeu o cargo honorário de “embaixador de carreira”, concedido pela presidência dos Estados Unidos em reconhecimento pelo tempo de serviço e trabalhos prestados ao Departamento de Estado.<sup>11</sup>

William Cattell Trimble (1907-1996) graduou-se em História pela Universidade de Princeton em 1930, ingressando no serviço diplomático via concurso no ano seguinte. Durante sua carreira, atuou nas representações estadunidenses na Espanha (1931-32), Argentina (1933-1936), Estônia (1936-38), França (1939-40), México (1940-41), Islândia (1946-48), Inglaterra (1948-1951), Holanda (1951-1954), Brasil (1954-56) e Alemanha (1956-59), ocupando diferentes postos e funções. Encerrou sua carreira servindo como embaixador no Camboja (1959-1962) e vice-secretário adjunto no continente africano (1962-8).<sup>12</sup>

Durante seu período como ministro-conselheiro da embaixada no Brasil, Trimble relatou ter tido dificuldades de convivência com o embaixador James S. Kemper, descrito por ele como “constantemente ébrio, dominador e muito desagradável”. Ao final de 1954, convenceu o sub-secretário de Estado a substituir Kemper por James C. Dunn.<sup>13</sup>

Em seu testemunho, Trimble relata uma suposta ascendência brasileira que remontava aos tempos do Primeiro Reinado (1822-1831), baseada na união de um antepassado, comerciante de café, com uma mulher brasileira. O diplomata ressalta esta informação como um ponto positivo em sua atuação no Brasil: “Então, quando eu fui para o Brasil, [...] logo depois do suicídio de Vargas, pude dizer que também tenho sangue brasileiro e laços que remontam ao período [imperial]. E isso me ajudou muito.”<sup>14</sup>

George Hodges Owen (1912-1974) graduou-se em ciência política pela Universidade de Paris e em Direito pela Universidade Fordham (EUA). Serviu como capitão do Corpo de Fuzileiros Navais na Segunda Guerra Mundial, nos teatros de operações do norte da África,

---

<sup>10</sup> **The Washington Post**. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/archive/local/1979/04/14/james-c-dunn-88-us-ambassador-to-four-countries-after-war-dies/cbce7e8e-38a2-4bd8-986e-d819a8782bbe/>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> **AMBASSADOR WILLIAM C. TRIMBLE**. Interview to The Association for Diplomatic Studies and Training Foreign Affairs Oral History Project. Disponível em: <<https://adst.org/OH%20TOCs/Trimble,%20William%20C.toc.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

<sup>13</sup> Idem, p. 45-8.

<sup>14</sup> Idem p. 48.

Itália, sudeste asiático e China. Iniciou sua carreira diplomática em 1946, participando da delegação estadunidense na Assembleia Geral das Nações Unidas e de diversas conferências multilaterais nos anos do pós-guerra. Aposentou-se na década de 1970.<sup>15</sup>

Não encontramos informações biográficas e profissionais sobre o segundo-secretário William T. Briggs nas fontes e bibliografia disponíveis.

De maneira geral, este breve perfil dos diplomatas que produziram a documentação analisada nesta pesquisa demonstra que eram figuras experientes dentro do serviço externo estadunidense, com passagens por postos importantes em países europeus e atuação de relevo nos anos da Segunda Guerra Mundial. Todos ingressaram na carreira entre os anos 1920 e 1940, período em que os Estados Unidos viu crescerem sua influência e atuação global, culminando com a situação de potência hegemônica após-1945. Assim, podemos inferir que todos compartilhavam de uma visão de mundo mais ou menos semelhante, calcada no excepcionalismo da experiência histórica estadunidense e a sua missão “democratizante” a nível global.

Também é relevante apontar o trabalho prévio ou posterior desses diplomatas em países ibéricos e latino-americanos, demonstrando que o conhecimento – mesmo que básico – da cultura e da linguagem ibero-americana foram fatores determinantes para sua lotação em postos no Brasil.

Deste modo, buscaremos analisar no capítulo seguinte a forma como as concepções de tempo histórico e a cultura política dos diplomatas estadunidenses, baseadas nas tradições e na história da política externa dos EUA, entraram em ação nas leituras feitas sobre os eventos do “Movimento de 11 de Novembro”.

---

<sup>15</sup> **The New York Times**. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1974/09/06/archives/george-h-owen-62-of-foreign-service.html>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

### **CAPÍTULO 3 – O “MOVIMENTO DE 11 DE NOVEMBRO” E AS ANÁLISES DA DIPLOMACIA ESTADUNIDENSE**

Nesta pesquisa, utilizamos partes de um conjunto documental referente ao período de 1955 a 1959, intitulado “*National Archives Microfilm Publication, nº M1511, “Record of the Department of State Relating to Internal Political and National Defense Affairs of Brazil” (1955-1959)*”, arquivo decimal do NARA nº 732, compilado e microfilmado em Washington no ano de 1987. A coleção faz parte do *National Archives Record Group 59, General Records of the Department of State*, que também engloba outros períodos nas relações Brasil-Estados Unidos durante o século XX. Todo o conjunto foi digitalizado e disponibilizado ao público pelo projeto *Opening the Archives* entre os anos de 2018 e 2019.

Este conjunto documental contém aproximadamente 8.112 páginas de documentos microfilmados e agora digitalizados em formato “*PDF*”. De acordo com a descrição apresentada no início dos rolos de microfilme, todo o conjunto comporta 8 rolos relacionados a assuntos internos do Brasil, que agrupamos sob as seguintes classificações de acordo com os assuntos discriminados: a) assuntos políticos, condições políticas e eleições (rolos de 1 a 3); b) relatórios semanais sobre as condições políticas e econômicas do país, (rolos 4 e 5); c) temas variados (comunismo, agentes do Brasil nos EUA, governo e território, governadores dos estados e distritos, gabinete ministerial, programa de segurança mútua, missão militar dos EUA no Brasil, visitas ao Brasil por militares dos EUA) (rolos 5 a 8).

Os documentos são, em sua maioria, instruções e despachos produzidos por e para oficiais consulares e diplomáticos, muitos na forma de telegramas e aerogramas, incluindo notas entre o Departamento de Estado dos EUA e as representações diplomáticas estrangeiras atuantes nos Estados Unidos. Também constam memorandos preparados por oficiais do Departamento e correspondências com oficiais de outros departamentos governamentais, companhias privadas e indivíduos.

A classificação interna utilizada pelo Departamento de Estado em relação aos seus documentos é baseada em um sistema decimal, que se manteve praticamente inalterado entre 1910 e 1963. O conhecimento dessa classificação interna em detalhes foi crucial para identificar e agrupar os assuntos tratados nos documentos, assim como sua organização cronológica. Neste sistema numérico, o assunto principal é identificado com um número de 0 a 9, seguido por um número que identifica o país em questão. Nesta documentação, o Brasil é identificado pelo número “32”. Em seguida, a numeração indica o assunto específico sobre o qual o documento

trata e a data em que foi criado, ou a data do documento que deu início à linha de comunicação. Em alguns casos, a data assinalada no documento é posterior ao período em que ele foi realmente criado, por questões de burocracia interna. Apenas para ilustrar o que foi exposto, tomemos como exemplo um documento identificado com o número “732.20/1-455”: este documento trata de assuntos internos (7\*\*.) do Brasil (\*32.), especificamente assuntos militares (.20/), sendo produzido no dia 4 de janeiro de 1955 (/1-445).

Alguns documentos foram removidos e não aparecem na publicação – são documentos mantidos em sigilo por razões de segurança, recebidos e/ou postos em sigilo por governos e agências estrangeiras ou pelo próprio Departamento de Estado dos EUA. Neste caso, uma nota indicativa sinaliza a identificação numérica do documento e os motivos gerais para sua remoção.

Inicialmente, procedemos a um levantamento temático e quantitativo da documentação selecionada. Já neste momento inicial do trabalho, notamos o quanto a leitura prévia da bibliografia disponível sobre o tema e o período da documentação se revela essencial: é apenas consciente dos processos e acontecimentos cruciais, dos sujeitos e instituições em atividade em determinado período histórico é que se pode proceder a uma classificação diferente daquela originalmente aplicada ao conjunto documental. Se “O arquivo supõe o arquivista; uma mão que coleciona e classifica” (FARGE, 2017, p. 11), a pesquisa historiográfica também supõe uma reclassificação do material documental pelas mãos do historiador, e esta nova classificação é feita com base no arcabouço teórico e historiográfico que ele carrega assim como é demarcada pelo objetivo de sua pesquisa. Assim sendo, à classificação segundo os critérios técnicos específicos do arquivo, o historiador pode e deve sobrepor sua própria classificação, que variará em seus critérios de acordo com os objetivos de pesquisa e, possivelmente, muitas outras variáveis.

Para os fins desta pesquisa, utilizamos como fontes três tipos de documentação diplomática que, por suas características específicas, mereceram tratamento e análises distintos. O primeiro tipo, o telegrama, é o mais comum dentro da comunicação diplomática. Trata-se de um método de enviar mensagens curtas (de 1 a 3 páginas, embora em alguns casos pode haver telegramas mais longos) e que devem ser lidas quase imediatamente. Assim, são utilizados principalmente para o relato factual de acontecimentos que comportam mudanças repentinas em um curto espaço de tempo, como foi o caso da sucessão de eventos que marcaram o Movimento de 11 de Novembro.

Os telegramas que utilizamos neste trabalho foram enviados pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento de Estado, e em sua maioria assinados pelo

embaixador James Clement Dunn. Além do destino principal, o telegrama também tinha cópias enviadas a outras agências e órgãos governamentais dos Estados Unidos, identificadas por siglas nas laterais do documento. Dentre essas instituições, as mais frequentes eram a Agência de Informação dos Estados Unidos (*United States Information Agency – USIA*), a Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency – CIA*), o Gabinete do Secretário de Defesa (*Office of the Secretary of Defense – OSD*), o Departamento do Exército (*Department of the Army – ARMY*), o Departamento da Marinha (*Department of Navy – NAVY*) e o Departamento da Força Aérea (*Department of Air Force – AIR*).

Considerando suas especificidades, os telegramas são importantes para se investigar o quanto a diplomacia estava informada sobre os acontecimentos em curso, quais eram suas principais fontes de informação, suas primeiras impressões e preocupações imediatas. Por se tratar de um documento produzido “no calor dos acontecimentos”, permite que sejam avaliadas as reações espontâneas dos diplomatas a um determinado evento. No entanto, devido ao seu caráter sumário e factual, o telegrama geralmente não comporta análises mais completas e aprofundadas e comentários pessoais por parte do diplomata que o produziu. Assim, recorreremos a outros tipos documentais que atenderiam mais diretamente aos nossos objetivos de pesquisa.

Os relatórios semanais, nesse sentido, foram peças cruciais para nosso levantamento de dados. Esses documentos constituíam em compilados dos principais acontecimentos da semana, acompanhados de comentários do diplomata que os produziu. Sempre remetidos às sextas-feiras, via despacho aéreo, da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, no Rio de Janeiro, ao Departamento de Estado, em Washington, os relatórios eram divididos em uma seção sobre temas políticos e outra sobre temas econômicos. Além do Departamento de Estado, os Departamentos da Marinha, do Exército e da Força Aérea dos Estados Unidos também eram colocados como os destinatários principais. Cópias do documento também eram remetidas a outras agências do governo estadunidense, a depender da relevância do conteúdo para cada uma, mas os consulados dos EUA no Brasil, a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos (*Joint Brazil-United States Military Commission – JBUSMC*) e as Embaixadas dos Estados Unidos em outros países latino-americanos estavam constantemente na lista de destinatários.

Os relatórios sobre assuntos políticos eram produzidos por algum funcionário subordinado da Embaixada. No período analisado, foram produzidos pelo segundo-secretário William Trimble, com a aprovação do conselheiro George Owen, ou pelo próprio Owen. O conteúdo dos relatórios era dividido em tópicos que, salvo raras exceções, contemplavam: aspectos gerais, questões trabalhistas, atividades comunistas, atividade da imprensa, Exército, Marinha e Aeronáutica. Dentro de cada tópico eram relatados os acontecimentos mais

relevantes naquela área, informando a sucessão de eventos, as repercussões e, por vezes, as fontes da informação. Cada relato era seguido por um comentário, no qual o diplomata apresentava suas considerações sobre os significados do evento relatado e seus possíveis desdobramentos. O nível mínimo de classificação dos documentos era “confidencial”, embora o conteúdo recebesse tratamento diferente de acordo com seu teor: o relato factual dos documentos poderia receber a categoria “não-classificado”, enquanto os comentários eram invariavelmente classificados como confidenciais.

Apesar do caráter de relato factual dos relatórios semanais, o teor dos textos, a ênfase em determinados aspectos do acontecimento relatado e os comentários do diplomata impedem que essa documentação seja tratada como fonte “neutra” de informações. Assim, nossa investigação se viu contemplada pela possibilidade de analisar as interpretações da diplomacia estadunidense sobre o Movimento de 11 de Novembro através de uma documentação que contempla tanto a narrativa factual quanto as análises e considerações dos agentes diplomáticos.

Esta possibilidade também é contemplada pelos memorandos, um tipo de comunicação interna comum em agências e órgãos governamentais, e amplamente utilizada no contexto estudado como forma de tecer análises e considerações mais aprofundadas sobre temas específicos que ocupavam a diplomacia estadunidense. Assim como os relatórios semanais, os memorandos também eram remetidos pela embaixada no Rio de Janeiro ao Departamento de Estado via despacho aéreo, recebendo diferentes classificações de confidencialidade e endereçados a diferentes instituições governamentais de acordo com o conteúdo do documento. Comumente, os memorandos utilizados em nossa pesquisa receberam classificação “confidencial”, foram produzidos por diplomatas subordinados e enviados com cópias aos Departamentos do Exército, Marinha e Força Aérea.

Em nosso processo de análise das fontes, questionamos de que forma os diplomatas dos Estados Unidos lotados no Brasil interpretaram as movimentações políticas e militares que precederam, compuseram e sucederam o “Movimento de 11 de Novembro” e de que forma essas interpretações se relacionam à cultura política e às concepções de tempo histórico da diplomacia e da política externa estadunidense como um todo. Buscamos, para isso, documentos que privilegiassem os comentários particulares dos diplomatas, embora o relato factual dos acontecimentos também tenha relevo para uma avaliação do que merecia alguma ênfase ou omissão na comunicação diplomática.

Deste modo, pudemos subdividir nossa análise em cinco momentos que apresentam semelhanças e contrastes nas visões construídas pela diplomacia estadunidense sobre o “Movimento de 11 de Novembro”. São eles: 1) uma leitura *a posteriori* da sucessão de eventos

do movimento, que servirá como ponto de referência para nossa análise; 2) o clima de crescente tensão política e militar que antecedeu o movimento; 3) o estopim para o movimento, aceso pelo discurso do coronel Jurandir Mamede; 4) a sucessão de acontecimentos no dia 11 de novembro e nos dias seguintes, em especial as tentativas de Café Filho em reassumir a presidência; e 5) a atuação do general Lott durante a crise.

### 3.1. Ponto de partida

Em 14 de dezembro de 1955, pouco mais de um mês após a sucessão de eventos do Movimento de 11 de Novembro, o conselheiro George H. Owen remetia por via aérea, desde a Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro ao Departamento de Estado, um memorando<sup>16</sup> de 8 páginas, no qual reconstruía os acontecimentos do último mês. Intitulado “Comentários sobre as convicções políticas brasileiras e as motivações do General Lott na crise atual”, o documento traz uma ampla contextualização do ambiente político brasileiro que precedeu o Movimento de 11 de Novembro, acompanhada de comentários que reproduzem a opinião geral do serviço diplomático estadunidense sobre esses eventos. Por este motivo, tomaremos este documento como ponto de referência de nossa análise como forma de compreender a concepção de tempo e a leitura histórica elaborada por esses agentes que acabaram orientando a interpretação dos acontecimentos de novembro. O fato de ser uma fonte produzida posteriormente aos eventos de nosso interesse também sugere a possibilidade de apontarmos contrastes com a documentação produzida “no calor dos acontecimentos”.

O memorando é dividido em 9 itens, que abordam sucessivamente: a polarização política entre “getulistas” e “antigetulistas” (item 1); as crises políticas após o suicídio de Vargas (item 2); a formação das chapas eleitorais em 1955 (item 3); os conflitos entre grupos “golpistas” e “antigolpistas” (item 4); as possíveis intenções pessoais e políticas de Lott ao comandar o movimento militar e impedir o mandato de Café Filho (itens 5 ao 8); e as relações entre os problemas econômicos brasileiros e os eventos políticos recentes (item 9). Os quatro primeiros itens fornecerão os pontos de partida para nossa compreensão sobre como a diplomacia estadunidense interpretava o ambiente político brasileiro no contexto dos acontecimentos do 11 de Novembro.

---

<sup>16</sup> Documento nº 732.00/12-1455 (p. 1-8). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_01, p. 537-44.

Owen inicia sua análise apontando que apesar da existência de diversos partidos e facções políticas no Brasil, na prática, a opinião pública estaria dividida em duas correntes distintas: a dos “getulistas” e a dos “antigetulistas”. Deste modo, a expressão das lutas políticas se daria segundo este esquema “simplificado, porém prático”: os opositores de Jango e JK veriam neles a continuação do legado de Vargas sob apoio da classe trabalhadora “liderada por políticos mais ou menos demagogos”, de importantes interesses empresariais “incluindo aqueles comandados por empresários mais ou menos inescrupulosos”, de elementos nacionalistas “que por ignorância ou malícia tendem a ser pouco amigáveis face aos EUA”, de políticos profissionais e burocratas que “estavam indo bem sob Vargas e gostariam da continuação do regime” e de “companheiros de bordo” e elementos da linha comunista “cujas aspirações encontram clima propício no campo getulista”. Enquanto dentre os inimigos das forças getulistas, listava: “o que resta de uma aristocracia no Brasil”, as classes médias “conservadoras e educadas”, os católicos mais fervorosos e, “mais ativos dentre estes”, muitos líderes e outros oficiais das Forças Armadas. (p. 1-2)

Os maiores fatores de descontentamento dos grupos antigetulistas, especialmente no segundo governo Vargas (1951-54) seriam: a falta de políticas públicas consistentes e desinteressadas por parte do governo; o alastramento da corrupção e da defesa de interesses privados entre os funcionários públicos e apoiadores do governo; a “exploração demagógica” da classe trabalhadora pelo governo; e a tolerância e inação do governo face ao crescimento da influência comunista entre a classe trabalhadora. (p. 2)

Em sua interpretação, de fato Owen faz uma análise acurada do ambiente de polarização política daquele momento, resgatando a disputa em torno da continuidade ou rejeição do legado de Vargas como ponto de tensão fundamental dentre os diversos grupos em conflito. No entanto, em sua descrição desses grupos, enfatiza de forma negativa as características dos apoiadores de Vargas: são “políticos demagogos”, “empresários inescrupulosos”, “nacionalistas ignorantes e maliciosos”, “políticos profissionais”, “burocratas comissionados” e “comunistas”. Enquanto a oposição, mesmo que descrita de maneira simplificada, quase não é adjetivada: são as classes médias “conservadoras e educadas”, os “católicos mais fervorosos”, “o que resta de uma aristocracia” e muitos dos líderes e oficiais das Forças Armadas. Assim, entendemos que a visão sobre as forças políticas brasileiras, conforme exposta pelo diplomata, é marcada por um referencial ideal de democracia e debate político que ainda estaria longe de ser atingido no Brasil. Em especial, os elementos pró-Vargas, que teriam “vencido a batalha” no 11 de novembro (nacionalistas e comunistas, em especial), seriam um fator de preocupação, já que poderiam representar uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos no Brasil, além de

reunirem classes nocivas ao bom funcionamento da democracia (políticos, empresários e burocratas inescrupulosos).

Ao abordar a crise política que se seguiu ao suicídio de Vargas, Owen demonstra uma visão ainda mais negativa das instituições políticas brasileiras. Inicia criticando as ações dos grupos antigetulistas que, em sua análise, falharam no combate à influência getulista – que poderia ter sido bem-sucedido se tivessem exposto “a extensão da má administração e da corrupção que prevaleceram no governo [de Vargas]” – e não tomaram nenhuma ação enérgica contra as atividades do partido comunista. Em sua visão, o governo de Café Filho teria sido ineficaz na resolução dos problemas políticos e econômicos crônicos do país, atuando como um “governo tampão” até as próximas eleições, enquanto o Congresso passou o último ano absorvido nas intrigas políticas internas ao invés de praticar uma “boa legislatura”. (p. 3)

O diplomata chama a atenção especialmente para o relevante apoio dado pelos comunistas à candidatura de JK, considerando que “não seria errado afirmar que ele [Kubitschek] ‘deve sua eleição’ aos comunistas, independente de qual seja sua atitude face ao comunismo”.<sup>17</sup>

A sucessão de eventos compreendidos entre as eleições de 3 de outubro de 1955 e o Movimento de 11 de novembro recebe um tratamento mais factual por parte de Owen. O diplomata ocupa-se em reproduzir as declarações emitidas por forças militares e civis que se alinhavam aos campos “golpistas” e “antigolpistas”, culminando no discurso de Jurandir Mamede que desencadeou a ação militar liderada por Lott. Assim, para dar conta das interpretações da diplomacia sobre essa sucessão de eventos, voltaremos nossa análise inicialmente aos documentos produzidos nas semanas que antecederam ao Movimento.

### 3.2. Antecedentes

A documentação produzida neste período indica que, ao menos desde o momento em que as candidaturas para as eleições de 1955 foram confirmadas, o serviço diplomático estadunidense já estava atento às movimentações militares visando a impedir a eleição e a posse de JK e Jango. É exemplar, neste sentido, um despacho aéreo<sup>18</sup> remetido em maio de 1955 pelo segundo secretário da Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro, William T. Briggs, ao

---

<sup>17</sup> Tradução de: “*it is not untrue to say that he [Kubitschek] ‘owes his election’ to the communists, irrespective of what his own attitude toward communism may be.*” (p. 3)

<sup>18</sup> Documento nº 732.55/5-2655 (p. 1-3). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_08, p. 454-6.

Departamento de Estado. Aprovado por George Owen, o documento tinha como título “Ministro da Guerra conclama à cooperação e respeito mútuo entre líderes militares” e relatava um discurso público de Lott em uma celebração militar realizada no dia 24 de maio, no Forte de Copacabana, com a presença dos ministros militares e de generais. No discurso, Lott atribuía a vitória brasileira na Batalha de Tuiuti, ocorrida no contexto da Guerra do Paraguai (1864-1870), ao “espírito de cooperação e coesão no Exército” que se fazia necessária nos tempos atuais. Após reproduzir a fala de Lott a partir de um recorte de jornal, anexado ao despacho, Briggs comenta que o discurso:

Foi significativo principalmente como uma tentativa do Ministro e seus associados de promover a unidade das Forças Armadas, ameaçadas pela crescente tensão política. A realização desta comemoração especial e as falas do ministro mostraram que ele e a maioria dos generais que hoje ocupam cargos de comando mantêm a concepção tradicional do papel das Forças Armadas brasileiras como guardiãs dos processos constitucionais, mas que também se preocupam com a crescente fragmentação das forças políticas e a conseqüente tendência em alguns círculos políticos e militares de considerar soluções extremas.<sup>19</sup>

O comentário de Briggs é relevante para demonstrar que a diplomacia estadunidense estava a par das “concepções tradicionais das Forças Armadas brasileiras como guardiãs dos processos constitucionais”, conforme o desenvolvimento histórico que descrevemos no primeiro capítulo. Assim, um movimento armado que se colocasse alegadamente em defesa da Constituição não representaria surpresa a esses diplomatas. O que chama a atenção de Briggs, em especial, é o momento que ele descreve como sendo de “crescente fragmentação das forças políticas” e a “tendência em alguns círculos políticos e militares de considerar soluções extremas”. Portanto, o que transparece na fala de Briggs é uma certa normalização da situação política do Brasil como mais uma das repúblicas latino-americanas em que as Forças Armadas têm papel proeminente na defesa das instituições políticas, mas cuja estabilidade democrática estaria ameaçada pela crescente “fragmentação” e “tendência a soluções extremas” que se avizinhava. A preocupação do diplomata, neste sentido, não é tanto com o papel político das Forças Armadas brasileiras, mas sim com os prejuízos para o relacionamento com os Estados Unidos que o momento político anunciava.

Como mencionado anteriormente, apesar da crescente tensão política, as eleições de 3 outubro de 1955 foram realizadas de forma pacífica e ordeira. No entanto, conforme os

---

<sup>19</sup> Tradução de: “*It was principally significant as an attempt by the Minister and his associates to promote unity of the Armed Forces, which is threatened by the increasing political tension. The holding of this special celebration and the Minister’s remarks showed that he and most of the generals now in command positions hold to the traditional concept of the role of the Brazilian Armed Forces as the guardians of constitutional processes, but that they are concerned with the growing fragmentation of the political forces and the consequent tendency in some political and military circles to consider extreme solutions.*” (p. 1-2)

resultados parciais da contagem de votos foram sendo divulgados, tornando cada vez mais certa uma vitória da chapa JK-Jango, os conflitos políticos recrudesceram. A diplomacia estadunidense acompanhou atentamente esses movimentos, interpretado os resultados e suas implicações principalmente através dos relatórios semanais.

No “relatório semanal nº 40”<sup>20</sup>, remetido em 7 de outubro por William C. Trimble, o diplomata aponta que as Eleições Nacionais ocorreram em “atmosfera calma e ordeira” graças ao envio de pequenos contingentes das Forças Armadas a “cidades onde poderia haver dificuldades”. Os resultados parciais apontavam para uma abstenção menor que o esperado e para a liderança de JK na corrida eleitoral. Trimble chama a atenção, no entanto, para um movimento que se iniciou simultaneamente às eleições e que mirava em João Goulart: as acusações de cumplicidade entre João Goulart e Juan Domingo Perón promovidas por Carlos Lacerda – no episódio da “Carta Brandi”<sup>21</sup> – culminaram no envio do General Emilio Maurell à Argentina para que investigasse as acusações. Antes mesmo do encerramento da investigação, no entanto, Lott divulgou à imprensa, na manhã de 3 de outubro, um telegrama no qual alegava que as investigações preliminares de Maurell sugeriam que as alegações de Lacerda eram procedentes. As possíveis intenções de Lott com esta divulgação são colocadas sob suspeita por Trimble:

O objetivo da ação do ministro provavelmente foi de reduzir as perspectivas de Goulart nas pesquisas. Parece provável que um esforço considerável será feito para obter provas na Argentina que comprovem as acusações dos opositores de Goulart, na tentativa de lançar bases para impedir sua posse como vice-presidente por meios legais. De todo modo, caso a eleição de Goulart se confirme, parece provável que a situação política atinja novo pico de tensão.<sup>22</sup>

O comentário de Trimble reforça a ideia de que Lott não era visto, nem pela diplomacia dos Estados Unidos, como um aliado incondicional de Jango, mas sim um ator que poderia agir politicamente e de forma autônoma por meio das Forças Armadas e em nome de sua função ministerial. Dentro da cultura política da diplomacia estadunidense, este posicionamento

<sup>20</sup> Documento nº 732.00(W)/10-755 (p. 1-5). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_04, p. 389-93.

<sup>21</sup> De acordo com o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CHBB) da FGV/CPDOC: “Carta divulgada em setembro de 1955, endereçada a João Goulart, candidato a vice-presidente da República, e atribuída ao deputado argentino Antônio Jesús Brandi. O documento aludia a supostas articulações de Goulart com o governo argentino, chefiado por Juan Domingo Perón, visando à deflagração no Brasil de um movimento armado de cunho sindicalista. Um inquérito policial-militar, instaurado em outubro do mesmo ano, comprovou tratar-se de um documento apócrifo, forjado por falsários argentinos para ser vendido aos opositores de Goulart.” (Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/carta-brandi>>. Acesso em: 26 jan. 2023)

<sup>22</sup> Tradução de: “*Purpose of Minister’s action probably was to reduce Goulart’s prospects at polls. It seems likely that considerable effort will be made to obtain evidence in Argentina substantiating charges of Goulart’s opponents, in attempt to lay foundation for prevention of his installation as Vice President by legal means. In any case, should Goulart’s election be confirmed, it seems probable that political situation will reach new peak of tension.*” (p. 3)

político de forma autônoma por um ministro militar constituía algo estranho em uma democracia “saudável” – portanto, era algo digno de atenção.

No relatório da semana seguinte<sup>23</sup>, desta vez assinado por George Owen e remetido no dia 14 de outubro, a contagem dos votos já estava próxima de se encerrar, indicando uma “vitória incontestável” de JK e Jango. Owen, então, alerta que a configuração dos resultados eleitorais poderia intensificar a tensão política crescente no momento: dado o “apoio fundamental” dos comunistas para a votação recebida por JK e Jango e a falta de maioria dos votos, a oposição já se movimentava para anular os votos da chapa vencedora ou, ao menos, impedir a posse de Goulart. O diplomata descreve a situação nos seguintes termos:

Agora está claro que Kubitschek e Goulart venceram em virtude do PSD e das máquinas [eleitorais] comunistas e que o Partido Comunista deu margem de vitória a ambos. O fato de Kubitschek ser um presidente minoritário com apoio de apenas cerca de 30-35% do eleitorado total parece um presságio desfavorável para a estabilidade da nova administração.<sup>24</sup>

A força dos sentimentos golpistas nas Forças Armadas também recebe atenção especial do diplomata, que comenta:

Acredita-se que o sentimento favorável ao golpe seja mais forte na Marinha e na Força Aérea, com o Exército dividido. Os golpistas no Exército são liderados pelo 'Grupo de Coronéis', que carecem de liderança de alto escalão e são contestados pelo Ministro da Guerra Lott e pela maioria dos generais, que, embora fortemente contrários a Goulart, parecem não querer impedir sua posse por meios legais ou pseudolegais. Um dos meios possíveis seria através dos supostos laços de Goulart com o regime de Perón. Se tal estratégia for bem-sucedida, o golpe provavelmente será evitado e a posse de Kubitschek assegurada. Caso contrário, a intervenção armada de golpistas continua sendo uma possibilidade.<sup>25</sup>

Neste relatório, mais factual, sobressaem-se novamente a preocupação da diplomacia estadunidense com a crescente influência política dos comunistas sobre a eleição de JK que, além disso, estava prestes a se tornar presidente com apoio minoritário do eleitorado. Possivelmente, Owen via isto como mais um sinal da fragilidade da democracia brasileira, ameaçada internamente pelo crescimento comunista e a falta de coesão eleitoral. Além disso, a mobilização de sentimentos golpistas dentro das Forças Armadas tinha chances reais de se

---

<sup>23</sup> Documento n° 732.00(W)/10-1455 (p. 1-6). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo n° 1511\_04, p. 398-403.

<sup>24</sup> Tradução de: “*It is now apparent that Kubitschek and Goulart won by virtue of PSD and communist machines and that Communist Party provided both with margin of victory. Fact that Kubitschek will be minority president with backing of only some 30-35% of total electorate seems unfavorable omen for stability of new administration.*” (p. 1)

<sup>25</sup> Tradução de: “*Sentiment favoring golpe is believed strongest in Navy and Air Force, with Army divided. Golpistas in Army are led by ‘Colonels Group’, but lack top-ranking leadership and are opposed by Minister of War Lott and majority of generals, who, while strongly opposed to Goulart, seem unwilling to prevent his installation by legal or pseudo-legal means of preventing Goulart’s installation, perhaps through Goulart’s alleged ties with Peron regime. Should such ruse prove successful, coup would probably be avoided and Kubitschek’s installation assured. Otherwise, armed intervention by golpistas remains possibility.*” (p. 2)

concretizar: o diplomata lia corretamente a maior intensidade do golpismo na Marinha e na Força Aérea e as táticas de contestação que utilizavam, embora – também corretamente – apontasse a existência de elementos influentes dentro do Exército que se opunham a uma solução extralegal. O legalismo de alguns generais ganha ênfase na descrição de Owen por se contrapor a uma situação quase generalizada de golpismo dentre os militares.

Neste sentido, a atuação de atores contrários ao golpe também foi observada atentamente pela diplomacia estadunidense. No “Relatório Semanal nº 42”<sup>26</sup>, remetido por William C. Trimble em 21 de outubro, o diplomata se mostra surpreso pela reprimenda recebida pelo inspetor-geral do Exército general Zenóbio da Costa após declaração pública contrária ao golpe. No dia 18 de outubro, o general havia publicado uma ordem oficial, divulgada na imprensa, na qual se referia a Lott como o “único e incontestável chefe em defesa de nossas instituições” e conclamava os soldados e oficiais a apoiarem o ministro na defesa dos processos legais e democráticos. Em suas palavras, um golpe estaria sendo urdido envolvendo figuras do alto escalão civil e militar, e a legalidade seria preservada apenas “com o sangue e os braços dados pelo povo”. No mesmo dia da divulgação da declaração, o embaixador James C. Dunn alertou, via telegrama confidencial ao Departamento de Estado<sup>27</sup>, que a fala de Zenóbio poderia indicar a possibilidade de um conflito aberto entre forças golpistas e getulistas:

Zenóbio da Costa é líder do grupo getulista no exército e sua declaração parece indicar que esses elementos agora se sentem seguros para atacar abertamente os golpistas. Consequentemente, parece questionável se o golpe, se tentado, poderia ser realizado sem dificuldades consideráveis e derramamento de sangue.<sup>28</sup>

O desfecho do caso Zenóbio, no entanto, chamou a atenção da diplomacia devido ao controverso papel de Lott na situação. No mesmo dia da divulgação da declaração, Zenóbio foi afastado de seu posto por ordem de Lott, sob a justificativa de ter infringido códigos disciplinares ao fazer um discurso político e conclamando à rebelião. Contudo, a imprensa levantou a possibilidade do afastamento ter sido ordem direta do presidente Café Filho, o que, segundo o relatório diplomático, seria confirmado pela atitude de Zenóbio em aceitar as ordens e não responsabilizar Lott diretamente:

O general Zenóbio no passado não estava acostumado a aceitar medidas disciplinares com equanimidade, de modo que sua atual atitude moderada pareceria confirmar relatos de intervenção presidencial no assunto, exonerando assim o ministro de culpa.

<sup>26</sup> Documento nº 732.00(W)/10-2155 (p. 1-6). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_04, p. 408-13.

<sup>27</sup> Documento nº 732.00/10-1955 (p. 1). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_01, p. 413.

<sup>28</sup> Tradução de: “*Zenobio da Costa is leader of Getulista group in army and his statement seems indicate these elements now feel able take offensive openly against Golpistas. Consequently it seems questionable whether coup if attempted could be carried through without considerable difficulty and possibly bloodshed.*” (p. 1)

Segundo diversas fontes, Zenóbio, que foi o último ministro da Guerra de Vargas, pode ter recebido garantias de que ocupará o mesmo cargo no governo Kubitschek.<sup>29</sup>

No mesmo relatório semanal, Trimble também comenta sobre os resultados da investigação do general Emilio Maurell em torno do episódio da “carta Brandi”. O relatório da investigação, tornado público no dia 17 de outubro, concluía que a carta era uma fraude, e que seus autores seriam investigados e processados. Trimble considera que a investigação de Maurell significou um “duro golpe nos golpistas”, que esperavam por evidências que pudessem impedir a posse de João Goulart. No entanto, ao invés de diminuir o ímpeto golpista, a investigação teria direcionado o foco para a caça de elementos pró-JK no interior do Exército que estariam tentando limitar o escopo das investigações e encobrir Goulart.

O contexto político descrito por Trimble em seu relatório, aponta para uma situação de profunda divisão e desafios à hierarquia e à disciplina no interior do Exército. A declaração de Zenóbio, direcionada contra membros da própria Força e indicando a existência de uma luta política na qual os militares deveriam tomar parte, a sua punição supostamente à revelia da vontade de Lott e o novo ímpeto dos grupos antigetulistas visando identificar elementos pró-JK no meio militar provavelmente são ressaltados pelo diplomata como sinais de que, mesmo sob a guarda das Forças Armadas (e, talvez, por esse mesmo motivo) as instituições democráticas brasileiras se encontravam sob risco real de uma ruptura. A própria atuação de Lott nesses eventos contribuiria para a crise, já que estaria agindo de maneira dúbia.

Em 28 de outubro, a Embaixada remeteu ao Departamento de Estado o “Relatório Semanal nº 43”<sup>30</sup>, de autoria de George H. Owen. O documento abordava a divulgação, pelo TSE, dos resultados oficiais das eleições presidenciais, concedendo a vitória a JK e Jango, e descrevia uma atmosfera política e militar “relativamente calma”, com as tensões e rumores de golpe tendo regredido “desde seu ápice na última semana”. A situação calma ainda seria reforçada pelo retorno do general Canrobert Pereira da Costa ao Brasil após um período em tratamento médico nos Estados Unidos. Na interpretação da diplomacia, antes uma figura de liderança das forças golpistas, Canrobert estaria agora com a saúde muito fragilizada para se empenhar em atividades políticas, o que poderia enfraquecer os elementos golpistas. A análise da situação, feita por Owen, se resume ao que segue:

Embora os golpistas não tenham abandonado seus projetos, eles estão se tornando cada vez mais isolados e a opinião pública está se voltando contra eles com o passar

<sup>29</sup> Tradução de: “*General Zenobio in past has not been accustomed to accept disciplinary measures with equanimity, so that his present moderate attitude would seem to confirm reports of presidential intervention in matter, thus exonerating Minister of blame. According to several sources, Zenobio, who was Vargas’ last Minister of War, may have received assurances that he will occupy same post in Kubitschek administration.*” (p. 1)

<sup>30</sup> Documento nº 732.00(W)/10-2355 (p. 1-5). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_04, p. 414-18.

do tempo. O retorno do general Canrobert dos Estados Unidos e sua óbvia incapacidade física para desempenhar um papel ativo no movimento golpista pode ter um efeito ainda mais atenuante. Além disso, o fracasso da investigação de Maurell em descobrir informações prejudiciais a Goulart e favoráveis à decisão da UDN de contestar os resultados eleitorais nos tribunais pode contribuir ainda mais para a retração dos elementos militares anti-Kubitschek. As recentes declarações públicas de Kubitschek e a virtual cessação dos ataques do PSD-PTB no Congresso e na imprensa contra a oposição parecem ter um efeito calmante. Finalmente, os candidatos derrotados Adhemar de Barros e Plínio Salgado declararam publicamente que os vencedores das eleições deveriam tomar posse, para que o potencial apoio político civil ao golpe fosse progressivamente reduzido.<sup>31</sup>

Portanto, na semana que antecedeu a sucessão de eventos que deu início ao “Movimento de 11 de Novembro”, a situação política era interpretada pela diplomacia como tendo chegado a um momento de “calmaria”, em que as possibilidades de golpe aventadas nos dias anteriores haviam esfriado ou mesmo sido descartadas. No trecho em destaque, há indícios de que os diplomatas estadunidenses consideravam os militares brasileiros como peças fundamentais em quaisquer tentativas golpistas. Assim, é o estado de saúde fragilizado de uma liderança golpista e o fracasso de uma investigação aberta contra Jango que enfraqueceram os elementos golpistas, e não a força das instituições democráticas.

Vale ainda ressaltar que o estado de saúde de Canrobert foi acompanhado de perto pela diplomacia estadunidense. Entre setembro e outubro de 1955, a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil e o Departamento de Estado mantiveram comunicação constante para articular a viagem do general aos EUA, sua hospitalização e tratamento médico e retorno ao Brasil.<sup>32</sup> Houve, inclusive, um pedido por parte do embaixador Dunn para que as despesas médicas de Canrobert fossem custeadas pelo governo estadunidense, como “gesto de cortesia” e de reconhecimento pelo apoio dado por Canrobert à diplomacia estadunidense.<sup>33</sup> O pedido foi atendido pelo governo, embora em caráter sigiloso tendo em vista a “situação política delicada” em andamento no Brasil:

Embora, ao fazer o pedido, os brasileiros tenham indicado que estariam dispostos a custear todas as despesas hospitalares e médicas, sinto que, como gesto de amizade para com o Brasil e em reconhecimento ao apoio que Canrobert tem nos dado, estamos

---

<sup>31</sup> Tradução de: “*Although golpistas have not abandoned their designs, they are becoming increasingly isolated and public opinion is swinging more strongly against them as time passes. Return of General Canrobert from U.S. and his obvious physical incapacity to play active role golpista movement may have further dampening effect. Also, failure of Maurell investigation so far to uncover information damaging to Goulart and UDN decision to contest election results in courts may further contribute to postponement of final decision by anti-Kubitschek military element. Kubitschek’s recent public statements and the virtual cessation of PSD-PTB attacks in Congress and press on opposition seem to be having calming effect. Finally, defeated candidates Adhemar de Barros and Plínio Salgado have publicly stated that election winners should take office, so that potential civilian political support for golpe is being progressively reduced.*” (p. 1-2)

<sup>32</sup> Documentos nº: 732.551/9-155 (p. 1); 732.551/9-255 (p. 1); 732.551/9-255 (p. 1); 732.551/9-255 (p. 1); 732.551/9-555 (p. 1); 732.551/10-1155 (p. 1); 732.551/11-155 (p. 1); 732.551/11-1655 (p. 1). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_08, p. 458-67.

<sup>33</sup> Documento nº 732.551/9-155 (p. 1). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_08, p. 458.

autorizados a informar às autoridades brasileiras competentes que o Exército dos Estados Unidos arcará com todos esses custos. Assim, recomendo que o Departamento [de Estado] busque a aprovação do Departamento do Exército para esta proposta.

Recomendo ainda que nenhuma publicidade seja dada à visita de Canrobert, tendo em vista a delicada situação política aqui [no Brasil].<sup>34</sup>

### 3.3. O estopim

O falecimento do general Canrobert e o funeral em sua homenagem não receberam atenção imediata por parte da diplomacia. A documentação produzida entre os dias 31 de outubro e 2 de novembro é sumária e descritiva, comentando apenas que sua morte representava um revés para os “golpistas”, que esperavam utilizar seu prestígio e declarações contra as eleições para apoiar um golpe contra JK e Jango.<sup>35</sup> É apenas no relatório semanal remetido por George Owen, em 4 de novembro, que as implicações políticas do discurso de Mamede são analisadas mais atentamente.<sup>36</sup> No documento, o diplomata relata o ataque cardíaco sofrido por Café Filho em 3 de novembro e seu afastamento temporário da presidência, que poderia “adicionar elementos de potencial instabilidade na situação atual”, e comenta que a morte de Canrobert não teria mudado os planos dos golpistas, mas sim fortalecido sua posição, já que esperavam utilizar seu legado como fator de união dentro do Exército. Owen também descreve o discurso de Mamede, enfatizando a adesão explícita do militar à tese da inaceitabilidade do retorno dos getulistas ao poder e sua exortação à coesão militar, que significaria, em sua interpretação, um chamado para “cerrar fileiras em apoio ao golpe”. Como fator adicional de instabilidade, o relatório final sobre o episódio da Carta Brandi, ao inocentar Goulart, poderia impelir as lideranças golpistas a buscar outros pretextos para o golpe. Ainda assim, Owen duvidava que alguma ação militar seria tomada contra Mamede:

Parece duvidoso que uma ação disciplinar seja tomada contra Mamede, embora os parlamentares do PTB tenham denunciado o discurso e pedido medidas severas. Mamede, que é líder do “Grupo dos Coronéis” no Exército, falou pelos golpistas e as suas palavras foram pensadas para alinhar elementos militares vacilantes de modo a aumentar o reforço das forças golpistas no Exército, agora dividido. Seu discurso mostrou que algumas forças pró-golpe ainda estão tentando organizar um movimento militar para impedir a posse de Kubitschek e Goulart. No entanto, as manobras

<sup>34</sup> Tradução de: “*Although in making request Brazilians indicated that they would be prepared defray all hospital and medical expenses, I feel that as gesture of friendship towards Brazil and in recognition of support Canrobert has been giving us, we be authorized to inform appropriate Brazilian authorities that United States Army will defray all such costs. Accordingly recommend Department seek Department Army’s approval this proposal. I further recommend that no publicity be given to Canrobert’s visit in view delicate political situation here.*” (p. 1)

<sup>35</sup> Documento nº 732.551/11-155 (p. 1). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_08, p. 465.

<sup>36</sup> Documento nº 732.00(W)/11-455 (p. 1-5). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_04, p. 422-6.

políticas de Kubitschek são astutamente calculadas para isolar os golpistas, e seu potencial apoio parece estar diminuindo com o passar do tempo.<sup>37</sup>

Esta posição de Owen, que relativizava o potencial destabilizador do discurso de Mamede, mudaria já na semana seguinte, quando já era de conhecimento público os esforços de Lott em busca de uma punição contra Mamede. No relatório semanal remetido em 10 de novembro<sup>38</sup>, Owen informa sobre o prolongamento da licença médica de Café Filho e sobre o “caso Lott-Mamede”, enfatizando que o discurso “golpista” de Mamede teria aumentado a pressão pela renúncia de Lott e enfraquecido sua posição dentro do governo. O diplomata repercute a informação de que Lott buscaria resolver a situação no mesmo dia (10), pedindo a dispensa de Mamede da ESG para ser punido pelo ministro da Guerra, mas, segundo rumores do meio político, não obteria sucesso. Assim, Owen está plenamente informado do imbróglio hierárquico e jurisdicional envolvendo Lott e Mamede, assim como da situação desfavorável a Lott no caso. No entanto, as intenções dos atores envolvidos ainda é objeto de especulações, como demonstram os comentários sobre a enfermidade de Café Filho e o papel de Carlos Luz:

Há rumores de que a enfermidade de Café Filho se deveu mais às crescentes pressões políticas do que a uma enfermidade orgânica. Independentemente, porém, da exata natureza e gravidade da sua enfermidade, o Presidente pode muito bem ter agradecido a oportunidade de se aliviar da tensão causada pela complicada situação militar resultante do discurso de Mamede. Acredita-se que Luz, que foi eleito para o cargo de presidente [da Câmara] pelas forças anti-Kubitschek [...] é favorável [a essas forças], e algumas fontes afirmam que sua assunção de poderes presidenciais é uma garantia virtual de que o Ministro da Guerra Lott será destituído de seu cargo, removendo assim uma grande barreira para os golpistas. A Embaixada, no entanto, não tem evidências de que Luz tenha sido associado a elementos militares contrários à posse de Kubitschek-Goulart. Parece prematuro supor que Lott deixará o Ministério neste momento, embora os golpistas estejam pressionando cada vez mais por sua saída.<sup>39</sup>

#### Sobre os desdobramentos do discurso de Mamede:

O que parece é que o discurso de Mamede pode ter sido concebido por golpistas para manobrar o Ministro [Lott] para uma posição insustentável com vista a forçar a sua

<sup>37</sup> Tradução de: “*It seems doubtful that disciplinary action will be taken against Mamede, although PTB congressmen have denounced speech and called for stern measures. Mamede, who is leader of “Colonel’s Group” in Army, spoke for golpistas and his words were designed to bring wavering military elements into line in order to increase strength of golpista forces in Army, which is now divided. His speech showed that some pro-golpe forces are still trying to organize military move to prevent installation of Kubitschek and Goulart. However, Kubitschek’s political maneuvers are shrewdly calculated to isolate golpistas, and their potential support seems to be declining as time passes.*” (p. 1)

<sup>38</sup> Documento nº 732.00(W)/11-1055 (p. 1-6). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_04, p. 438-43.

<sup>39</sup> Tradução de: “*Rumor has it that Café Filho’s illness was due more to growing political pressures than to organic heart ailment. Regardless, however, of exact nature and gravity of his illness, President may well have welcomed opportunity to be relieved of strain caused by complicated military situation resulting from Mamede speech. Luz, who was elected to Speakership by anti-Kubitschek forces [...], is believed to be favorable to anti-Kubitschek forces, and some sources assert that his assumption of presidential powers is virtual guarantee that War Minister Lott will be relieved of his post, thus removing major barrier to golpistas. Embassy, however, has no evidence that Luz has been associated with military elements opposing Kubitschek-Goulart installation. It seems premature to assume that Lott will leave Ministry at this time, although golpistas are exerting increasing pressure for his removal.*” (p. 2)

demissão. Se o presidente se recusasse a disciplinar Mamede ou a devolvê-lo ao controle ministerial, o prestígio de Lott sofreria mais danos e o objetivo dos golpistas poderia ser cumprido. Enquanto isso, a tensão político-militar voltou a atingir um pico.<sup>40</sup>

#### E sobre a atuação de Lott:

Tudo indica que o general Lott pretende permanecer firme em sua posição, e as declarações atribuídas a Carlos Luz afirmando que as mudanças de gabinete eram indesejáveis neste momento dão substância à possibilidade de que possa ser encontrada uma solução que mantenha o general Lott no cargo. No entanto, supostamente o presidente interino Luz seria amigo do coronel Mamede, e um tanto simpático aos golpistas. Se o General Lott renunciar, o maior e mais poderoso obstáculo à ação golpista terá sido eliminado e a continuação da crise pode ser antecipada. Se tal ação ocorrer, um novo Ministro da Guerra com opiniões semelhantes às do General Lott pode conseguir continuar a defender os resultados das eleições. Caso contrário, o grau de divisão dentro das Forças Armadas, particularmente no Exército, em apoio a qualquer ação arquitetada para anular eleições, seja por meios políticos ou militares, pode muito bem depender apenas da aceitabilidade do sucessor de Lott no Exército.<sup>41</sup>

Uma análise mais cuidadosa do discurso de Mamede só foi feita, estranhamente, vinte dias após o acontecimento, quando o “Movimento de 11 de Novembro” já havia sido deflagrado. No documento, um despacho aéreo remetido pela embaixada dos Estados Unidos no Brasil ao Departamento de Estado<sup>42</sup>, o segundo-secretário William Briggs descreve a ação de Mamede durante o funeral de Canrobert, reproduz trechos do discurso e tece alguns comentários. Em sua análise, Mamede estaria falando em nome de “uma fração considerável” das Forças Armadas, incluindo “uma maioria de oficiais do Exército”, já que o discurso teria sido previamente lido e aprovado pela diretoria do Clube Militar. Para Briggs, o discurso reproduzia posições defendidas por Canrobert anteriormente e teria um teor francamente golpista, contrastando com a posição de Lott em defesa do “respeito constitucional aos resultados eleitorais”. Assim, Lott teve sua autoridade atacada, mas não pôde punir Mamede por estar fora de sua jurisdição. A situação acabou colocando o ministro em “posição embaraçosa”, danificando seu prestígio público. Na interpretação do diplomata, possivelmente

---

<sup>40</sup> Tradução de: “*It now appears that Mamede’s speech may have been designed by golpistas to maneuver Minister into untenable position with view to forcing his resignation. Should President refuse to discipline Mamede or to return him to Ministerial control, Lott’s prestige would suffer further damage and golpistas’ aim might be realized. Meanwhile, politico-military tension has again reached peak.*” (p. 2)

<sup>41</sup> Tradução de: “*Indications are that Gen. Lott intends to remain firm in his position and other statements attributed to Carlos Luz to effect that Cabinet changes were undesirable at this time lend substance to possibility that solution may be found which will keep Gen. Lott in office. However, Acting President Luz is reportedly friend to Col. Mamede and at least somewhat sympathetic to golpistas. If Gen. Lott does resign, major and most powerful obstacle to golpista action will have been eliminated and continuation of crisis may be anticipated. If such action should occur, a new Minister of War with views similar to Gen. Lott’s might succeed in continuing to defend election results. Otherwise, degree of division within Armed Forces, particularly Army, in support of any action engineered to annul elections, either by political or military means, might well hinge on acceptability of Lott’s successor to Army as a whole.*” (p. 5-6)

<sup>42</sup> Documento nº 732.00/11-2155 (p. 1-6). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_01, p. 471-6.

o discurso foi feito com a intenção de arregimentar elementos militares favoráveis a uma ação golpista e afastar Lott do comando ministerial, mas teve como obstáculos a “inesperada ação de Lott” e a falta de organização e uma liderança de alto escalão no movimento golpista.

Os comentários de Owen e Briggs sobre os desdobramentos do discurso de Mamede demonstram que, apesar do recrudescimento da tensão política e militar, a diplomacia estadunidense não via um perigo iminente de ruptura institucional. No primeiro relatório, uma possível ligação entre Carlos Luz e os elementos militares contrários a JK e Jango foi colocada em dúvida, enquanto o embate entre Lott e Mamede é descrito com a possibilidade de um desfecho incerto. Na leitura desses diplomatas, a posição de Lott seria um fator fundamental para os desdobramentos da crise, do que se depreende que, em sua interpretação, a resolução da crise política brasileira dependeria mais de entendimentos entre os militares do que entre as forças civis.

Já no segundo relatório, produzido *a posteriori*, Briggs fez questão de ressaltar o conteúdo francamente golpista do discurso de Mamede em contraste com a posição legalista de Lott. Para o diplomata, novamente, o fracasso da ação golpista se deveu muito mais à correlação de forças dentro das Forças Armadas, como a falta de organização e liderança do movimento golpista e a atuação de Lott, do que a um movimento representativo por parte da sociedade civil brasileira.

### 3.4. O movimento

O relatório semanal datado de 18 de novembro de 1955, que nos permitiria uma compreensão mais abrangente e aprofundada da repercussão dos eventos daquela semana nos círculos diplomáticos dos Estados Unidos, não está disponível na documentação, sob a justificativa de se tratar de “informações classificadas por segurança”.<sup>43</sup> Assim, para reconstruir as interpretações da diplomacia estadunidense sobre o Movimento de 11 de Novembro, recorreremos aos telegramas trocados entre a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil e o Departamento de Estado durante os acontecimentos. Para além das descrições factuais, já debatidas em capítulo anterior, nos interessamos especialmente pelas análises e comentários tecidos pelos diplomatas, que permitem compreender a influência de sua cultura política e identidade profissional no exercício de seu ofício.

---

<sup>43</sup> Documento nº 732.00(W)/11-1855 (p. 1). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_04, p. 449.

Os primeiros telegramas remetidos ao Departamento de Estado, durante a manhã de 11 de novembro, são sumários e dão conta apenas da movimentação de tropas militares na capital federal.<sup>44</sup> O primeiro informe completo da situação<sup>45</sup> foi remetido pelo embaixador James C. Dunn às 11 horas da manhã, que iniciava o telegrama relatando que em “um movimento surpreendente” para conter os “golpistas”, Lott havia recorrido a medidas “extralegais” para assegurar a posse de JK. Repercutindo principalmente as informações recebidas através do rádio, Dunn relatou a deposição de Carlos Luz e a convocação de uma sessão especial no Congresso para a eleição de um novo presidente, a censura sobre correspondências e meios de comunicação e as movimentações de Lott. Segundo o embaixador, o ministro deu início à ação durante a madrugada, conclamando a Marinha e a Aeronáutica a apoiá-lo em defesa da Constituição, negando possíveis inclinações político-partidárias ou autoritárias e alegando estar determinado a manter o processo constitucional, consubstanciado no respeito pelo resultado das eleições. A análise feita por Dunn naquele momento ressaltou o caráter de surpresa da ação de Lott e o desconhecimento, até então, das posições da Marinha e da Aeronáutica; apesar disso, já naquele momento a situação se desenhava favorável a Lott, como comenta Dunn: “O contragolpe de Lott parece bem-sucedido até o momento, levando a forte e imediata reação por parte de elementos golpistas. Provavelmente [Lott] continuará no comando da situação”.

Mais tarde, às 19 horas, Dunn remeteu um segundo telegrama contendo um informe mais detalhado das movimentações políticas e militares do dia.<sup>46</sup> No documento, o embaixador reafirma a centralidade de Lott nas movimentações visando garantir a posse de JK e a sua antecipação em relação aos “golpistas”, tendo preparado os planos do movimento dias antes do 11 de novembro. Assim, o “excesso de confiança” dos golpistas serviu como um facilitador ao elemento surpresa de Lott, que agiu estabelecendo o controle imediato dos meios de comunicação e convocando uma sessão especial do Congresso para dar a “aura de legalidade” ao movimento, promovendo a substituição de Luz na presidência. Apesar disso, Dunn ainda não dava o movimento como definitivo, apontando para a falta de controle da Marinha e da Aeronáutica por parte de Lott e da possibilidade de os golpistas estabelecerem uma base de apoio no sul do país. Na análise do embaixador, os maiores riscos naquele momento era que as Forças Armadas assumissem diretamente o governo do país, abrindo margem para um

---

<sup>44</sup> Documentos nº: 732.00/11-1155 (p. 1); 732.00/11-1155 (p. 1). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_01, p. 441-2.

<sup>45</sup> Documento nº 732.13/11-1155 (p. 1). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_07, p. 130-1.

<sup>46</sup> Documento nº 732.00/11-1155 (p. 1). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_01, p. 439-40.

confronto direto entre forças “golpistas e legalistas”, já que ambos os grupos insistiam na legalidade de suas ações. Ainda segundo Dunn, era improvável que o público geral reagisse, já que se via “confuso pela rapidez dos acontecimentos”. Quanto aos interesses dos Estados Unidos no Brasil, Dunn não via riscos, já que a movimentação não apresentava tons “anti-estrangeiros”, focando apenas em questões domésticas.

No dia seguinte, 12 de novembro, a situação já se apresentava mais calma e controlada, na interpretação da Embaixada. Em um telefonema ao Departamento de Estado<sup>47</sup>, Dunn relatou que Carlos Luz já havia abandonado as reivindicações à presidência, enquanto Eduardo Gomes ordenava o abandono de qualquer resistência por parte da Força Aérea. Ambos já estavam retornando ao Rio, e a expectativa era de que não sofreriam punições. No Rio de Janeiro, Nereu Ramos já havia sido empossado na presidência, anunciando os novos ministros militares. A censura sobre as comunicações também havia sido suspensa. Assim, o embaixador indicava que a situação já poderia ser dada como encerrada, sendo desnecessário o envio de relatórios emergenciais e mesmo de levantar o debate sobre o reconhecimento do governo, já que o movimento ocorreu “respeitando a linha de sucessão constitucional” e contando com a concordância de Luz em abandonar o cargo, deixando o caminho livre para que JK e Jango assumissem seus respectivos cargos dentro do prazo previsto.

A análise da situação até aquele momento foi feita em um telegrama remetido por Dunn ao Departamento de Estado na tarde do dia 12.<sup>48</sup> No documento, o embaixador considera que durante toda a ação “Lott procedeu com extremo cuidado para evitar criar inimizades irreconciliáveis”<sup>49</sup> ao não aplicar punições severas especialmente contra os comandantes militares. Dunn também vê Kubitschek fortalecido após o movimento de Lott, tendo seus oponentes desmoralizados e um apoiador (Nereu Ramos) na presidência, que poderia vir a ter grande influência em um futuro governo. No entanto, o embaixador considerou que “O Brasil perdeu prestígio ao recorrer a meios ilegais para salvaguardar a Constituição, e provavelmente [sua situação política futura] será extremamente sensível nesse aspecto”<sup>50</sup>, enquanto os comunistas buscaram obter vantagens com a participação no movimento, incrementando sua propaganda para buscar aparecer como participantes do movimento vitorioso, o que deveria ser um elemento de atenção para o governo dos Estados Unidos.

---

<sup>47</sup> Documento nº 732.00/11-1255 (p. 1). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_01, p. 445.

<sup>48</sup> Documento nº 732.00/11-1255 (p. 1). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_01, p. 449-50.

<sup>49</sup> Tradução de: “*Lott has proceeded with extreme care to avoid creating irreconcilable enmities*” (p. 1)

<sup>50</sup> Tradução de: “*Brazil has lost face by resort to illegal means to obtain constitutional ends and probably will be extremely sensitive on this point*”. (p. 2)

Assim, em seus comentários ao Departamento de Estado, os diplomatas ressaltam a rapidez do desenvolvimento e da conclusão do movimento, apontando apenas para um breve momento no início dos acontecimentos no qual o risco de uma guerra civil parecia real e iminente. Novamente, a descrição dos acontecimentos enfatiza que todo o movimento ocorreu por iniciativa de forças políticas militares, com os grupos civis representando um papel meramente secundário, tendo um desfecho que, apesar de todos os limites, “respeitou a linha de sucessão constitucional”. Deste modo, não constitui elemento de grande preocupação para os diplomatas estadunidenses a atuação política dos militares brasileiros: este elemento parece ser aceito com facilidade, ao contrário dos desdobramentos que a situação de instabilidade política anunciava. A legalidade das ações do movimento e o crescimento da força política de Lott e dos comunistas, na leitura da diplomacia, são fatores que incidem diretamente nos interesses dos Estados Unidos no Brasil.

A preocupação com a legalidade da situação política aparece em especial quando Café Filho, recuperado de sua enfermidade, tenta reassumir a presidência da república. Em 16 de novembro, Dunn informou ao Departamento de Estado que Café havia deixado o hospital naquele dia, se encontrando em bom estado de saúde e provavelmente buscaria reassumir a presidência ao final daquela semana.<sup>51</sup> Na interpretação do embaixador, caso Café Filho anunciasse explicitamente suas intenções de reassumir o cargo, o atual governo “tutelado” por Lott teria que abandonar sua “pose” de defensores da legalidade e da Constituição e buscar novos impedimentos a Café através do Congresso. Isso resultaria em embates no interior do próprio governo, com conseqüente aumento da tensão política, que se encontrava atenuada desde o desfecho do movimento.

Cinco dias depois, em 21 de novembro, houve uma nova escalada na tensão política após um encontro entre Lott e Café Filho, no qual o general o aconselhou a não retornar à presidência. Café teria reagido fortemente, dizendo que não aceitaria uma ditadura, anunciando ao Congresso em seguida que retornaria à presidência no dia seguinte. Como conseqüência, o gabinete de governo e o Congresso se reuniram em sessão especial para apreciar a proposta de um impedimento contra Café Filho, enquanto os prédios do Ministério da Guerra e do Palácio Presidencial eram cercados por tropas do Exército. Esses desdobramentos foram relatados por Dunn via telegrama, acompanhados de sua análise sobre a situação.<sup>52</sup> Segundo o embaixador,

---

<sup>51</sup> Documento nº 732.11/11-1655 (p. 1). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_06, p. 452.

<sup>52</sup> Documento nº 732.11/11-2155 (p. 1). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_06, p. 453.

Lott defendia que Café não poderia retornar à presidência por conta de seu frágil estado de saúde. Assim, caso Café conseguisse reassumir o cargo, a posição de Lott como defensor da legalidade constitucional seria comprometida, deixando-o em uma posição insustentável.

Já na noite do dia 21, o Congresso aprovaria uma resolução considerando que Café Filho esteve envolvido nos mesmos eventos que causaram o impedimento de Luz, o que também causaria o seu impedimento em reassumir a presidência da República. A análise de Dunn sobre a situação considerou que a ação do Congresso e do Exército, impedindo Café de reassumir seu cargo, havia sido “claramente inconstitucional”, tornando difícil a essas instituições manterem sua “pose como defensores da legalidade”.<sup>53</sup> Assim, os opositores de Kubitschek poderiam ter sua posição moral e legal perante a opinião pública fortalecidas, embora Dunn acreditasse que o próprio presidente eleito não teve conhecimento prévio nem aprovou o movimento contra Café, este acontecimento poderia colocar JK em sob “nuvens negras” no início de sua administração. Além disso, segundo o embaixador, o movimento teria intensificado a “amargura gerada entre as Forças Armadas pelo golpe de Lott de 11 de novembro”, mas, por conta das mudanças nos comandos militares promovidas por Lott, provavelmente não resultariam em uma reação armada e Kubitschek assumiria a presidência dentro do prazo previsto. Contudo, apesar da crescente tensão política e da frágil legalidade constitucional estabelecida após esses movimentos, Dunn considerou que “do ponto de vista político prático, nada se ganha levantando a questão do reconhecimento [do novo governo]”.

Os comentários de James Dunn, nesta situação, já carregam um teor de crítica às ações de Lott e seus apoiadores, que estariam sustentando uma mera “pose” de defensores da legalidade ao tentar impedir a volta de Café Filho à presidência. Esta leitura valorativa, no entanto, não se sustenta conforme o diplomata avalia os possíveis desdobramentos da crise: possivelmente, não valeria a pena que os Estados Unidos levantassem questionamentos quanto ao reconhecimento do novo governo, já que seus interesses não estariam sendo afetados diretamente pelas mudanças em curso, e o prevalecimento do grupo “vencedor” do “Movimento de 11 de Novembro” seria mais desejável para a manutenção da estabilidade política do que um novo desafio às ações de Lott. Assim, dadas as contingências do momento presente, o diplomata relativizou a tradicional defesa das instituições democráticas nos padrões ideais de sua cultura política em nome de uma situação que atendia mais diretamente aos interesses de seu país.

---

<sup>53</sup> Documento nº 732.11/11-2255 (p. 1). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_06, p. 455-6.

### 3.5. A atuação de Lott

A atuação do general Lott na crise de novembro foi um dos elementos que recebeu maior atenção por parte da diplomacia estadunidense. O primeiro documento a tratar diretamente de suas ações foi um telegrama remetido pelo embaixador James Dunn em 14 de novembro<sup>54</sup>, no qual relata as trocas de comando militar promovidas pelo ministro e sua interferência direta nos arranjos políticos para impedir o retorno de Carlos Luz e dos “golpistas” ao poder. Dunn também informa que a opinião pública brasileira se encontrava dividida sobre a atuação de Lott, mas certas “figuras importantes” compartilhavam de um “sentimento geral de repúdio” contra uma ação que consideraram ilegal, deplorável e que ameaçava manchar o prestígio internacional do Brasil. Em sua análise sobre a situação, o embaixador considerou que apesar das intenções de conciliação e pacificação, o “golpe” de Lott cristalizou uma séria divisão nas Forças Armadas e angariou inimizades pessoais contra o ministro. Assim, apesar da derrota das forças “golpistas”, o caráter de ação extralegal tomada por Lott poderia fortalecer elementos anti-JK e estabelecer um “perigoso precedente”:

Finalmente, um precedente infeliz foi estabelecido por Lott, o primeiro general na história recente do Brasil a recorrer unilateralmente à força em uma crise política doméstica. Este precedente parece quase certo para prejudicar o papel tradicional e salutar das Forças Armadas como árbitros imparciais e unidos do destino político das nações.<sup>55</sup>

Em 15 de novembro, Lott concederia uma entrevista à revista *Manchete* que se tornaria uma peça central na construção posterior da memória sobre o Movimento de 11 de Novembro. Em sua versão dos acontecimentos, Lott alertou para o perigo iminente de ruptura institucional consubstanciado na ação de certos elementos civis e militares “golpistas” que contestavam o resultado das eleições, e seu papel de estrita defesa constitucional através de uma ação armada legítima. O conteúdo da entrevista foi traduzido e despachado pela embaixada dos EUA ao Departamento de Estado, acompanhado de comentários do segundo-secretário William T. Briggs.<sup>56</sup> Em seu texto, Briggs chama a atenção especialmente para algumas falas de Lott que mostravam que ele estava “sinceramente convencido” de ao menos cinco fatos que o teriam mobilizado à ação: 1) alguns elementos anti-JK, especialmente na Aeronáutica e na Marinha, tinham a intenção e a capacidade de promover um golpe armado contra o regime constitucional;

<sup>54</sup> Documento nº 732.00/11-1455 (p. 1-2). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_01, p. 451-2.

<sup>55</sup> Tradução de: “*Finally unfortunate precedent has been set by Lott who first General in recent Brazilian history to resort unilaterally to force in domestic political crisis. This precedent seems almost certain to damage Armed Forces traditional and salutary role as impartial and united arbiters of nations political destiny.*” (p. 2)

<sup>56</sup> Documento nº 732.00/11-2955 (p. 1-22). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_01, p. 500-21.

2) os ministros da Aeronáutica, Eduardo Gomes, e da Marinha, Edmundo Amorim do Valle, eram líderes ativos da conspiração, e buscavam sua destituição do cargo; 3) tais tentativas resultariam em uma guerra civil; 4) sua saída do ministério estava sendo articulada por golpistas para humilhá-lo e forçar sua renúncia; 5) a posse de Fiúza de Castro no Ministério da Guerra seria seguida pela tomada do poder pelas Forças Armadas.

Em sua análise, Briggs aponta algumas inconsistências no discurso de Lott. Primeiramente, considera que apesar da existência de fato de uma facção anti-JK ativa e disposta a recorrer à força, Lott não era seu único obstáculo: na verdade, os “golpistas” teriam uma fraca capacidade de organização e careciam de uma liderança unificada que desse uniformidade ao seu pensamento em relação aos meios e à legalidade de sua ação.

O ministro da Aeronáutica [Eduardo] Gomes e o candidato derrotado general Juarez Távora, por exemplo, aparentemente sentiram que a pressão sobre o Tribunal Superior Eleitoral poderia resultar em um pronunciamento ‘legal’ que cancelaria os resultados das eleições sem recorrer abertamente à força. Este ponto de vista foi apoiado por muitos de seus seguidores, especialmente entre os líderes políticos civis. Ao mesmo tempo, um grupo considerável entre os golpistas sustentava que o sistema constitucional brasileiro estava tão minado pela corrupção, demagogia em massa e infiltração comunista que as reformas administrativas e econômicas necessárias não poderiam ser realizadas pelos canais democráticos normais, de modo que seriam necessárias medidas heroicas (e extralegais) para prevenir o caos social e econômico. Essa dicotomia não havia sido resolvida no momento do movimento de Lott.<sup>57</sup>

Já em relação aos itens 4 e 5 da fala de Lott, o diplomata entende que a saída de Lott era de fato o primeiro passo para o cumprimento dos objetivos golpistas, já que o novo ministro da guerra teria capacidade de fazer mudanças em postos-chave de comando, abrindo caminho para um golpe de Estado “mesmo contra o tempo e a opinião pública e sem um pretexto legal”. Assim, Briggs conclui que os golpistas tinham a “intenção inquestionável” de impedir a posse de JK e Goulart, mas não foram capazes de cumprir seu intento após o Movimento de 11 de Novembro, ficando em aberto a possibilidade de conseguirem em outro momento.

Briggs também considera que Lott, ao apontar a defesa da legalidade como a maior motivação de suas ações, desconsiderava o potencial agregador do antigetulismo entre os grupos “golpistas”. Assim, a legalidade não seria uma preocupação para esse grupo, já que mobilização de diferentes setores da sociedade brasileira contra “a corrupção, a ineficiência, os privilégios e o oportunismo” que teriam caracterizado a administração de Vargas e que

---

<sup>57</sup> Tradução de: “*Air Minister Gomes and defeated candidate General Juarez Távora, for example, apparently felt that pressure upon the Superior Electoral Court might result in a ‘legal’ pronouncement which would cancel the election results without resort to open force. This viewpoint was supported by many of their followers, especially among civilian political leaders. At the same time, a considerable body of opinion among the golpistas held that the Brazilian constitutional system as so undermined by corruption, mass demagoguery and communist infiltration that necessary administrative and economic reforms could not be accomplished through normal democratic channels, so that heroic (and extra-legal) measures were necessary to forestall social and economic chaos. This dichotomy had not been resolved at the time of Lott’s move.*” (p. 2)

poderiam retornar em um futuro governo JK-Jango, legitimaria qualquer ação que impedisse a posse desse governo. Inclusive, a maior parte dos elementos militares anti-JK já haviam se envolvido nos eventos que levaram à renúncia e ao suicídio de Vargas, em 1945 e 1954, respectivamente. Soma-se a isso o fato de que a “preocupação genuína” gerada pela aliança aberta entre os candidatos vencedores e o partido comunista (ilegal) também justificaria uma ação extralegal.

Por fim, o diplomata entende que Lott encarou os acontecimentos com “sinceridade de motivos” mas também com “certo grau de ingenuidade”, sendo influenciado e mesmo manobrado por outros oficiais e políticos menos escrupulosos, que usaram seu “orgulho ferido” pelo caso Mamede para impeli-lo à ação:

Consequentemente, embora não existam evidências disponíveis neste momento que justifiquem a dúvida sobre a sinceridade dos motivos do general Lott, parece claro que, na melhor das hipóteses, ele considerou a situação política brasileira com um grau considerável de ingenuidade e se deixou influenciar por políticos e oficiais do Exército menos escrupulosos do que ele. Esta conclusão é corroborada por sua declaração, na qual ele inadvertidamente indica que o General Denys, que fez a maior parte do planejamento antecipado do movimento de Lott, pode ter agido até certo ponto como seu *alter ego* em questões político-militares e pode ter sido o causa direta de Lott colocar os planos preconcebidos em prática.<sup>58</sup>

A análise das motivações e atitudes de Lott constitui um dos pontos centrais do memorando de George Owen, citado no início do capítulo como referência de nossa análise.<sup>59</sup> Assim, retomamos esse documento com o interesse de reconstruir a visão da diplomacia estadunidense sobre o Movimento de 11 de Novembro, considerando as ações de seu principal ator, o ministro e general Henrique Teixeira Lott. Assim como Briggs, Owen também entende que Lott estava sinceramente convencido da possibilidade de Carlos Luz e os outros ministros militares promoverem um golpe contra JK e Jango. No entanto, o diplomata aponta que seria um erro considerar que a maioria dos oponentes de JK (ou os “antigetulistas” como um todo) eram a favor de um golpe, já que para grande parte dos “antigetulistas” era Jango quem seria “inaceitável” na presidência, enquanto JK poderia ser aceito com mais facilidade. Assim, os líderes da oposição a JK esperavam obter um compromisso no qual Jango seria forçado a renunciar e JK assumiria o cargo com o apoio de elementos mais moderados. Portanto, no

---

<sup>58</sup> Tradução de: “Consequently, although there is no evidence available at this time which would justify doubt of the sincerity of General Lott’s motives, it seems clear that at best he regarded the Brazilian political situation with a considerable degree of naiveté and allowed himself to be influenced by politicians and Army officers less scrupulous than himself. This conclusion is borne out by his statement, in which he inadvertently indicates that General Denys, who did most of the advance planning of Lott’s move, may have acted to some extent as his *alter ego* in politico-military matters, and may have been the direct cause of Lott’s putting the preconceived plans into effect.” (p. 3)

<sup>59</sup> Documento nº 732.00/12-1455 (p. 1-8). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_01, p. 537-44.

entender de Owen, boa parte dos rumores de golpe que antecederam o Movimento de 11 de Novembro seriam parte de “uma tentativa de intimidar Kubitschek para que se visse forçado a se livrar de Goulart”, já que as medidas que estavam sendo de fato tomadas por lideranças “anti-JK” se concentravam em torno da busca de uma solução legal, recorrendo ao STF para impugnar a vitória com base nas alegações de falta de maioria absoluta de votos, da nulidade dos votos comunistas e de fraudes eleitorais. Lott, enfim, teria agido por conta de seu “orgulho ferido” ao não conseguir a punição de Mamede, inclinando-o a “vislumbrar a iminência de um golpe sem possuir qualquer evidência”.

Owen também isenta Café Filho de qualquer envolvimento com os “golpistas”, de modo que a as diligências de Lott para impedir seu retorno à presidência seriam meramente uma tentativa de preservar a aura de “heroísmo vitorioso” do Movimento de 11 de Novembro e evitar um retorno humilhante ao “*status quo ante*”.

A partir do item 7 do memorando, Owen dedica-se à desconstrução da imagem de Lott como herói do Movimento 11 de Novembro.

Seria um erro pensar no General Lott como um herói que conquistou uma vitória para o processo democrático contra uma ameaça iminente de subversão por parte de uma camarilha militar ou forças totalitárias. O que constitui respeito ao processo democrático está sujeito a alguma análise mais cuidadosa no contexto local. E no caso do general Lott, seus motivos devem ser entendidos à luz da imaturidade política de seu ambiente.

Segundo seus colegas oficiais que o conhecem há muito tempo, parece que Lott é um homem de boas intenções, mas sem nenhuma agudeza em assuntos intelectuais ou muita sagacidade política. É provável que ele saiba pouco mais além do ofício de oficial. Lott é um sincero defensor do respeito ao processo democrático no sentido de que desejava ver o homem que havia vencido as eleições ser devidamente empossado. Mas dado o seu espírito e motivação ‘constitucionalista’, ele não parece entender que o processo democrático exige respeito por todos e de todos os lados, inclusive pelos constitucionalistas, e em todos os níveis. Os juristas brasileiros têm comentado com frequência sobre essa atitude, que não é incomum entre os líderes militares brasileiros, e que pode ser resumida da seguinte forma: ‘somos pela legalidade e pela Constituição, portanto, vamos derrubar o Governo para provar isso’.<sup>60</sup>

---

<sup>60</sup> Tradução de: *It would be a mistake to think of General Lott as a hero who has won a victory for the democratic process against an imminent threat of subversion by a military clique or totalitarian forces. What constitutes respect for the democratic process is subject to some qualification in the local scene. And in the case of General Lott, his motives should be understood in the light of the political immaturity of his environment.*

*According to his fellow officers who have known him for a long time, it seems that Lott is a man of good intentions but without any particular keenness in intellectual matters or much political sagacity. It is probable that he knows little else besides the business of being an officer. Lott is a sincere advocate of respect for the democratic process in the sense that he wished to see the man who had won the elections be duly inaugurated. But granted his ‘constitutionalist’ spirit and motivation, he does not seem to understand that the democratic process requires respect for all by all sides, including by the constitutionalists, and at all levels. Brazilian lawyers have frequently commented on this attitude, which is not uncommon among the Brazilian military leaders, and which might be summed up as follows: ‘we are for legality and the Constitution, therefore, we will overthrow the Government to prove it’.* (p. 6)

Owen também cita o artigo 177 da Constituição brasileira de 1946, que descreve o papel das Forças Armadas de defender a pátria e garantir os poderes constitucionais a lei e a ordem.

A própria inclusão dessa cláusula seria desnecessária na Constituição de uma democracia politicamente madura. Os chefes militares do Brasil, não sem certo orgulho vanglorioso, tendem a ler nela a atribuição de uma alta missão, acima da mera observância da letra da lei. Há uma tendência no pensamento latino, e também entre os militares, de acreditar que a estrita supremacia de toda regra da lei, tanto o lugar-comum quanto os princípios grandiosos, pode servir para os assuntos privados dos cidadãos, mas não deveria dificultar os nobres propósitos dos defensores do 'regime'. Além disso, embora possa ser verdade que em todos esses eventos Lott não foi motivado por nenhuma ambição pessoal egoísta, é provável que ele goste de se ver em uma posição de comando, ativamente engajado em defender o que entende ser uma causa nobre. E é provável que ele deseje continuar a desempenhar um papel de destaque após a posse de Kubitschek.<sup>61</sup>

Na interpretação de Owen, as ações de Lott acabaram afetando a própria imagem de JK. Se, por um lado, os apoiadores de JK louvaram o Movimento 11 de Novembro, o presidente eleito não se manifestou desde então. Este silêncio poderia ser interpretado como uma tentativa de JK em não se associar publicamente com a situação presente, já que:

Embora seja inquestionável que o 'contra-golpe' de Lott tenha favorecido e provavelmente até assegurado a posse de Kubitschek em 31 de janeiro, esta intervenção 'manu militari' em favor de um candidato e seus seguidores que há meses denunciam interferências militares na política, tem seus aspectos irônicos. Aliás, fez Kubitschek 'perder a moral' como defensor da 'legalidade'.<sup>62</sup>

Por fim, Owen encerra o memorando com algumas considerações sobre as relações entre os problemas econômicos brasileiros e os eventos políticos recentes. O diplomata toma como premissa a ideia de que esses problemas econômicos críticos não são a causa, mas a

[...] é mais do que evidente que a imaturidade política e a falta de princípios por parte dos líderes políticos estão impedindo a solução de vários dos problemas econômicos mais prementes do país. Ao contrário do que por muito tempo foram as teorias da moda, e ainda é a filosofia predominante ensinada pelos acadêmicos brasileiros, as dificuldades econômicas são o efeito, e não a causa, dessas convulsões políticas.<sup>63</sup>

---

<sup>61</sup> Tradução de: *"The very inclusion of this clause would be superfluous in the Constitution of a politically mature democracy. The military leaders in Brazil, not without a degree of vainglorious pride, tend to read in it the assignment of a high mission, over and above mere observance of the letter of the law. There is a tendency in Latin thought, and not the least among the military, to believe that the strict supremacy of every rule of law, the commonplace as well as the bigsounding principles, may be well for the private affairs of citizens, but should not hamper the highminded purposes of the defenders of the 'regime'.*

*Moreover, while it may be true that in all these events Lott was not motivated by any self-seeking personal ambition, it is nevertheless probable that he likes to see himself in a position of command, actively engaged in upholding what he wants to be a noble cause. And it is also likely that he wishes to continue to play a leading role after the inauguration of Kubitschek."* (p. 6-7)

<sup>62</sup> Tradução de: *"While it is beyond question that Lott's 'contra-golpe' have, of course, favored and probably even assured the installation of Kubitschek on January 31, this intervention 'manu militari' in favor of a candidate and his followers who have for months denounced military interference in politics, has its ironical aspects. In fact, as the champion of 'legalidade', it has made Kubitschek 'lose face'."* (p. 7)

<sup>63</sup> Tradução de: *"[...] it is by far more evident that political immaturity and want of principle on the part of political leaders is preventing the solution of several of the country's most pressing economic ailments. Contrary to what have long been the fashionable theories and is still the prevailing philosophy taught by Brazilian academicians, the economic difficulties are the effect, rather than the cause, of these political convulsions."* (p. 7)

O receituário para a superação desses problemas econômicos crônicos passaria por uma “revisão desinteressada da legislação e dos serviços administrativos que afetam a vida econômica do país”. No entanto, o diplomata é pessimista quanto à possibilidade de uma ampla reforma ser bem sucedida, tendo em vista o “clima de oportunismo político” presente nos órgãos governamentais e a pouca importância dada pelas figuras políticas aos temas econômicos:

Também é digno de nota que os problemas econômicos e questões de política econômica são, em geral, ignorados pelos políticos brasileiros em sua ávida absorção na “política” cotidiana e em constante mudança. Da mesma forma, com exceção de alguns slogans vazios em termos extremamente gerais, as questões econômicas quase não foram utilizadas pelos candidatos como temas durante a última campanha eleitoral presidencial. A maioria dos pronunciamentos de líderes políticos brasileiros, sobre questões ostensivamente 'econômicas', habitualmente são feitas tendo em vista as questões efêmeras da 'política prática' cotidiana ou transcendem para o estrato igualmente insubstancial da teorização socioeconômica sem base em fatos.<sup>64</sup>

Os comentários destacados até aqui fornecem vários elementos que indicam uma visão negativa e pessimista dos diplomatas estadunidenses sobre a democracia brasileira. Inicialmente, a ação de Lott é caracterizada por Dunn como um ato unilateral, que teria estabelecido um “precedente infeliz” ao recorrer à força em uma crise política doméstica, prejudicando o “papel tradicional e salutar das Forças Armadas como árbitros imparciais e unidos no destino político das nações”. Assim, o que transparece nas considerações do embaixador é que o papel de arbitragem das Forças Armadas não seriam um problema em si para a democracia brasileira, mas seu uso incorreto poderia gerar efeitos adversos.

Da mesma forma, Briggs atribui a fatores unicamente militares o fracasso da articulação golpista contra JK e Jango, já que esses opositores careciam de “capacidade de organização e de liderança unificada”, enquanto Lott – embora descrito como alguém ingênuo e influenciável – conseguiu aglutinar importantes grupos em defesa da legalidade. Outrossim, pela maneira como o diplomata descreve a situação, as motivações dos golpistas eram reconhecidas como legítimas, já que o antigetulismo se baseava no repúdio à corrupção, à ineficiência, aos privilégios, ao oportunismo e aos perigos do comunismo que eram problemas reconhecidos e apontados pela própria diplomacia estadunidense.

---

<sup>64</sup> Tradução de: “*It is also noteworthy that economic problems and questions of economic policy are, in the main, ignored by Brazilian politicians in their eager absorption in everyday and constantly shifting ‘politics’.* Likewise, with the exception of a few empty slogans in extremely general terms, economic questions were hardly made use of at all by the candidates as issues during the last presidential election campaign. Most of the pronouncements of Brazilian political leaders, on ostensibly ‘economic’ questions, habitually are either made with a view to the ephemeral issues of everyday ‘practical politics’ or transcend into the equally insubstantial stratum of socio-economic theorizing with no basis on fact.” (p. 8)

Em seu memorando, Owen faz uma crítica ainda mais contumaz a Lott ao apontar que o general teria agido motivado por um sentimento de “orgulho ferido” e sem evidências concretas de que um golpe estaria em curso (apesar de em comunicações anteriores o próprio serviço diplomático não ter descartado a possibilidade de golpe). Assim, o general é descrito como alguém “bem-intencionado”, embora vaidoso e ingênuo intelectual e politicamente, pensando e agindo mais como um soldado do que como um político – ideia que o próprio Lott sustenta, como apontamos anteriormente, ao descrever sua atuação política em termos do “dever com a pátria” aprendido enquanto soldado.

A partir dessa desconstrução da imagem de Lott como herói de um movimento em prol do “processo democrático” contra a ameaça de subversão por “forças militares totalitárias”, o diplomata estende sua crítica a todo o sistema político brasileiro, descrito como “politicamente imatura”. Prova disso seria o próprio artigo de número 177 da Constituição Federal de 1946, então em vigência, que delimitavam a defesa da pátria e a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem como papéis das Forças Armadas: na avaliação de Owen, esta cláusula seria “desnecessária em uma democracia politicamente madura” e acarretaria o problema de os militares brasileiros a interpretarem como a atribuição a si mesmos de uma missão superior dentro da ordem democrática. Neste ponto, o diplomata generaliza sua avaliação apontando a existência de uma “tendência no pensamento latino” de considerar que a supremacia da lei não se aplica aos defensores do regime em si, resultando que os militares brasileiros frequentemente demonstravam uma compreensão simplista e distorcida do funcionamento da lei e das instituições democráticas. Dessa forma, o “Movimento de 11 de Novembro” e a atuação de seu principal líder seriam sinais claros de uma democracia politicamente imatura ameaçada por Forças Armadas imbuídas de uma interpretação torpe de seu papel.

Para Owen, a imaturidade política brasileira afetaria até mesmo a solução de problemas econômicos urgentes no país, deixando claro seu ponto de vista segundo o qual a “economia é o efeito, e não a causa das convulsões políticas”. O diplomata até mesmo elabora propostas que poderiam solucionar algumas das questões econômicas mais urgentes, argumentando em favor de uma concepção idealizada de democracia liberal.

Finalmente, os efeitos do “Movimento de 11 de Novembro” sobre a situação interna das Forças Armadas brasileiras também foram objeto de preocupação da diplomacia estadunidense nas semanas que se seguiram aos acontecimentos. Em um telegrama datado de 21 de dezembro de 1955<sup>65</sup>, o conselheiro da Embaixada dos Estados Unidos William C. Trimble relata que

---

<sup>65</sup> Documento nº 732.00/12-2155 (p. 1-2). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_01, p. 557-8.

apesar das repetidas exortações dos comandantes militares por união, as Forças Armadas seguem “longe de uma reconciliação” e “ressentidas” após a “intervenção constitucional de Lott” para impedir que Café Filho reassumisse a presidência. Sem indicar as fontes, o diplomata firma que a oposição a Lott é mais forte na Marinha, sendo compartilhada por 80% dos oficiais, seguida pela Aeronáutica, com mais da metade dos oficiais contra Lott. Já o Exército estaria dividido em três grupos, conforme descreve:

O Exército está dividido em basicamente três grupos, dos quais o menor consiste em getulistas de longa data, como Zenóbio da Costa e Mendes de Moraes. Eles apoiam Lott porque sentem que seus interesses são mais bem atendidos ao se alinharem com ele, mas não têm lealdade autêntica para com ele. O tamanho relativo dos dois outros segmentos é impossível de determinar. Um deles é composto de oficiais que apoiam Lott ou, apesar de não gostarem da situação atual, relutam em se identificar com a oposição. Outros são os golpistas originais que sempre consideraram Lott como o principal obstáculo em seus esforços para impedir que Kubitschek e Goulart tomassem posse. Este segmento foi fortalecido pelo descontentamento de alguns dos apoiadores originais de Lott, que tiveram dúvidas sobre a justificativa real ou a legalidade de sua ação de 11 de novembro e estão preocupados que Lott possa estar sob influência daqueles cujos motivos são menos idealistas do que os seus.<sup>66</sup>

Trimble também relata que Lott sofre com baixa popularidade no Exército, já que nunca cultivou seguidores dentre os oficiais mais jovens, e que ele próprio está ciente dessa defasagem. Assim, combate a insatisfação nas fileiras por meio de transferências de líderes golpistas, confinamento nos quartéis, reforço do controle sobre as comunicações militares e do posicionamento de apoiadores de confiança em cargos importantes de comando. No entendimento do diplomata, tais esforços podem enfraquecer, mas não eliminam as ameaças, e a situação geral não permitiria descartar a possibilidade de um novo movimento nas Forças Armadas contra a posse de JK e Jango.

Um ano depois do movimento, no episódio da entrega da espada de ouro ao General Lott, a Embaixada manifestou sua preocupação com a aproximação de Lott aos setores sociais mais nacionalistas. No relatório semanal de 16 de novembro de 1956<sup>67</sup>, o conselheiro Eric Wendelin relata a realização de uma “homenagem ‘espontânea’” dos trabalhadores ao General Lott por seu papel no Movimento de 11 de Novembro, colocando entre aspas o termo

---

<sup>66</sup> Tradução de: “*Army divided into roughly three groups of which smallest consists long-time Getulistas such as Zenobio da Costa and Mendes de Moraes. These support Lott because feeling their interests best served by aligning themselves with him but they have no (repeat no) real loyalty toward him. Relative size of two other segments impossible determine. One made up of officers who either support Lott or, despite dislike present situation, are reluctant to identify selves with opposition. Other comprises original Golpistas who have always regarded Lott as principal obstacle their efforts to prevent Kubitschek and Goulart from taking office. This segment strengthened by disaffection some Lott’s original supporters who have had second thoughts re actual justification for or legality of his November 11 action and are concerned that Lott may be under influence those whose motives less idealistic than his own.*” (p. 1)

<sup>67</sup> Documento nº 732.00(W)/11-1656 (p. 1-6). In: **Opening the Archives: US-Brazil relations. 1955-1959.** Rolo nº 1511\_04, p. 982-7.

“espontânea” provavelmente indicando sarcasmo. Segundo o diplomata, a homenagem teria sido organizada pela Frente de Novembro, que reunia “elementos nacionalistas” e contava com “apoio entusiasmado” dos comunistas. 20 mil pessoas estiveram presentes na manifestação, incluindo figuras políticas importantes, mas com as “ausências notáveis” dos ministros da Marinha e da Aeronáutica. O comentário do diplomata se resumiu ao que se segue:

O aspecto ultranacionalista desta manifestação ficou evidente pelo teor dos discursos, bem como pelo caráter dos principais organizadores. A participação do vice-presidente Goulart, que também é líder do Partido Trabalhista, teve evidente significado político, revelando sua disposição de utilizar apelos demagógicos e sentimentos chauvinistas para fortalecer a influência do partido junto às massas. Também é evidente que Goulart está buscando o apoio de elementos militares chefiados pelo general Lott, de olho em suas ambições futuras para a Presidência. Todo o episódio, aliás, só pode ser interpretado como um tapa no presidente Kubitschek, que por sua vez vem tentando conciliar elementos políticos antagônicos e facções hostis nas Forças Armadas. Essa projeção do General Lott em um papel abertamente político provavelmente desestabilizará ainda mais a situação política interna.<sup>68</sup>

Os comentários destacados acima demonstram que a preocupação com os efeitos do “Movimento de 11 de Novembro” não se limitou aos dias imediatamente após os eventos. A diplomacia dos Estados Unidos, ao observar uma divisão persistente nas Forças Armadas brasileiras e a própria reverberação dos eventos pelo ano seguinte, com a figura de Lott adquirindo cada vez mais força nos meios nacionalistas, manteve-se em alerta quanto aos perigos que as instabilidades políticas nessa democracia sul-americana “politicamente imatura” poderiam representar aos interesses dos Estados Unidos. Naquele contexto da Guerra Fria, este poderia ser um dos primeiros alertas para o fato de que o continente demandaria maior atenção nos anos seguintes.

---

<sup>68</sup> Tradução de: “*The ultra-nationalist aspect of this demonstration was pointed up by the tenor of the speeches as well as by the character of the principal organizers. The participation of Vice President Goulart, who is also the leader of the Labor Party, had obvious political significance, revealing his willingness to utilize demagogic appeals to chauvinistic sentiments to strengthen the party’s influence with the masses. It is also apparent that Goulart is seeking the support of military elements headed by General Lott with an eye to his future ambitions for the Presidency. The whole episode, furthermore, can only be interpreted as a slap at President Kubitschek, who for his part has been trying to conciliate antagonistic political elements and hostile factions in the Armed Forces. This projection of General Lott in an openly political role is likely, in contrast, to unsettle the internal political situation still further.*” (p. 2)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando as discussões desenvolvidas ao longo desse trabalho, consideramos inicialmente que, as Forças Armadas brasileiras, sob o prisma das concepções organizacional e instrumental de suas relações com a política, agem tanto desenvolvendo autonomamente suas estratégias de ação, quanto incorporando as influências de grupos diversos ao mesmo tempo em que produzem elas mesmas mudanças nas estratégias políticas dos grupos civis. Assim, além de não constituírem um bloco homogêneo, já que apresentam historicamente cisões e conflitos frequentemente silenciados pela hierarquia da corporação, a própria debilidade política do Estado brasileiro coloca-as na condição de atores políticos de relevo.

A trajetória histórica das Forças Armadas no Brasil aponta para um esforço constante pela modernização em seus quadros, técnicas e armamentos que se desenvolveu de maneira concomitante ao seu envolvimento com o debate político e a própria estruturação do Estado. Este processo se intensificou nos anos 1930 e foi consolidado com o advento do Estado Novo, em 1937, quando as Forças Armadas passaram a coexistir com o Estado, como um elemento dinâmico deste, sempre ligado às ações desenvolvimentistas e nacionalistas, como a ênfase no desenvolvimento econômico. Neste processo, desenvolveu-se uma concepção doutrinária hegemônica segundo a qual a unidade interna da organização militar é indispensável, reprimindo as manifestações políticas antagônicas em seu meio.

No entanto, a partir de 1945, com a formação de um ambiente político democrático e polarizado, abre-se caminho para uma intensa politização no meio militar. Assim, neste contexto, os militares se empenharam na formação de grupos e facções internas ao mesmo tempo em que buscavam tradições e referenciais comuns – frequentemente associados aos próprios símbolos nacionais – em nome de uma unidade nas Forças. Apesar disso, formou-se no interior das instituições militares duas tendências principais em relação aos projetos políticos: enquanto um grupo buscava o desenvolvimento através da nacionalização dos recursos nacionais e promoção da industrialização por meio de um Estado fortalecido, outro defendia o alinhamento ao liberalismo estadunidense e a busca por investimentos estrangeiros como caminho para o desenvolvimento.

É neste contexto que o “Movimento de 11 de Novembro” deve ser analisado. A começar pela sua principal liderança, o general Henrique Teixeira Lott sempre buscou descrever a si mesmo como um “soldado”, antes de tudo, valorizando a hierarquia, a disciplina, o patriotismo e a abnegação como valores fundamentais e superiores. No entanto, ao agir politicamente liderando um movimento armado, Lott encontrou nesta própria concepção da vida militar uma

justificativa para suas atitudes, entendendo que a situação exigia que fossem extrapolados os princípios militares de hierarquia e disciplina em nome de um objetivo maior: o de garantir a legalidade constitucional, mesmo que através de uma medida extraconstitucional.

A união de outros oficiais, especialmente do Exército, em torno da “solução de força” encontrada por Lott se explica tanto em termos das disputas pelo poder no campo militar quanto em termos ideológicos. Para muitos dos militares envolvidos, a adesão ao movimento se deu tanto pela manutenção do *status quo* – dos cargos de comando e prestígio que desfrutavam – quanto em nome de uma identidade nacionalista e legalista que, em maior ou menor grau, defendiam.

Portanto, o “Movimento de 11 de Novembro” se configurou como um movimento que aglutinou tanto as motivações organizacionais das Forças Armadas, como a preservação de seus princípios internos e a manutenção de uma determinada distribuição de cargos de comando, quanto aspectos que faziam parte de um debate político mais amplo, envolvendo toda a sociedade. As Forças Armadas, no entanto, se destacavam neste debate por uma compreensão quase unânime de seu papel de “guardião” da constitucionalidade e da ordem democrática – embora o significado desses conceitos variasse internamente ao meio militar.

Quanto à política externa estadunidense, destacamos inicialmente dois aspectos da política interna dos EUA que influenciavam sua política externa: a identidade da nação e sua ideologia. Apontamos que essa política externa desenvolveu-se idealizando um certo excepcionalismo e pioneirismo da experiência estadunidense enquanto nação “livre, republicana e democrática”, que está imbuída de um sentimento de “responsabilidade universal” de promover e zelar pela democracia nas partes do mundo que a interessam diretamente. Essa ideia do “experimento norte-americano” define o perfil dos Estados Unidos e a forma como o país se apresenta ao mundo: uma nação que deve servir de exemplo e orientação para todas as outras. Apesar desta concepção de sua própria comunidade política como modelo superior a todas as demais, os Estados Unidos raramente assumia claramente sua posição de poder, devendo apresentar propósitos nobres para justificar suas ações: a ideologia da “promoção da democracia” é uma delas.

Assim, a expansão do domínio e influência dos Estados Unidos se iniciou a partir do continente norte-americano com a doutrina do “Destino Manifesto”, que considerava a expansão territorial como um direito divino do país. Para o continente americano como um todo, a “Doutrina Monroe” deu o tom do relacionamento, colocando os EUA como representantes da identidade republicana americana e afastando as intervenções europeias no continente. O conteúdo retórico desta doutrina foi complementado, no início do século XX,

pelo “Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe”, que previa a atuação direta dos EUA de modo a garantir a ordem e a estabilidade no continente, segundo uma concepção de “civilização ocidental democrática”. Nos anos 1930, o tom das relações com os países latino-americanos sofreu sua maior mudança com a implementação da “Política da Boa Vizinhança”, proposta como uma política pautada no diálogo, na busca pela acomodação política, pela reciprocidade no campo econômico e pelo aumento do intercâmbio comercial e financeiro. A “Política da Boa Vizinhança” promoveu uma transformação real e imediata no relacionamento hemisférico, gerando esperanças de mudanças definitivas na relação dos EUA com o continente, menos hegemônica e mais cooperativa.

No entanto, mesmo nesse período mais positivo das relações dos EUA com os países latino-americanos, a atuação dos diplomatas estadunidenses na América Latina incorporou e expressou muitas das visões implícitas em seus fundamentos de política externa. Conforme apontamos, essas comunicações diplomáticas tendem historicamente a transparecer uma crença na permanente inferioridade latino-americana em contraste com a grandeza dos princípios e instituições estadunidenses. A proteção dos interesses dos EUA nessa região se dá frequentemente a partir dessa perspectiva.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, com a assunção pelos Estados Unidos de compromissos globais enquanto potência hegemônica na construção de uma nova ordem internacional, a América Latina ficou em segundo plano com o redirecionamento das prioridades estadunidenses à Ásia e Europa. A doutrina da contenção, elaborada pela política externa dos EUA, priorizou inicialmente o auxílio financeiro e econômico aos países mais suscetíveis à expansão soviética, logo passando ao auxílio militar direto. Para a maioria dos países latino-americanos, no entanto, sua visão de mundo era impulsionada pelo desejo de desenvolvimento econômico, e com o um apoio aquém do necessário ou mesmo inexistente por parte dos Estados Unidos, as soluções nacionalistas e estatizantes começaram a crescer em popularidade.

No Brasil, os principais alvos dos interesses estadunidenses eram as oportunidades de exploração econômica de serviços essenciais e recursos naturais, atividades favorecidas pelas dimensões continentais do país e pelo processo de urbanização e modernização impulsionado a partir da década de 1930. O contexto de redemocratização, a partir de 1945, ao mesmo tempo em que abriu importantes setores da sociedade brasileira à influência estadunidense, também permitiu o crescimento de grupos nacionalistas e mesmo comunistas no cenário político. Era este contexto que os diplomatas estadunidenses avaliavam com cautela e preocupação.

É neste sentido que buscamos compreender as interpretações e avaliações elaboradas por esses diplomatas enquanto construções que, ao mesmo tempo em que analisam dados e acontecimentos na fluidez do tempo imediato, também devem levar em consideração (conscientemente ou não) as tradições diplomáticas nacionais e sua própria cultura política enquanto classe profissional. Ancorados em um modelo ideal sobre o funcionamento das estruturas e instituições políticas, os diplomatas estadunidenses projetavam uma leitura particular sobre os acontecimentos do passado recente e suas projeções de futuro. E conforme a conjuntura do tempo presente mudava, essas leituras também sofriam mutações. Ao fim, estavam tentando constantemente conciliar os interesses e tradições históricos dos Estados Unidos às contingências do tempo presente.

A inserção dos diplomatas em uma estrutura de poder estatal, na qual suas decisões cotidianas têm o poder de afetar milhões de indivíduos e a própria dinâmica das relações internacionais, leva-nos a reafirmar a importância de se compreender como se caracterizam e são construídas as noções de tempo histórico e a cultura política desses agentes. Mesmo compartilhando da mentalidade comum de seus nacionais, o diplomata incorpora noções específicas em seu cotidiano de trabalho, que devem ser tomadas como objeto de estudo da historiografia.

Em nossa análise das interpretações da diplomacia estadunidense sobre o Movimento de 11 de Novembro no Brasil, pudemos levantar alguns dados que confirmam alguns dos aspectos levantados nos capítulos iniciais deste trabalho e outros que permitiriam maiores investigações posteriores.

De início, destacamos as concepções negativas elaboradas pelos diplomatas sobre diversos aspectos do sistema político brasileiro. Os grupos apoiadores de Vargas e defensores de seu legado eram vistos como ameaças à uma ordem democrática ideal e saudável, na medida em que eram descritos como “parasitas” do Estado, entraves ao desenvolvimento nacional e – principalmente – aos interesses dos Estados Unidos, já que admitiam a infiltração de elementos nacionalistas e comunistas em seu meio. O segundo governo Vargas (1951-54) foi especialmente criticado pela diplomacia por seu legado de “corrupção e má administração”.

Já em relação ao papel das Forças Armadas brasileiras na política nacional, a visão dos diplomatas era ambígua: ora tomavam esse aspecto como parte indissociável da cultura política brasileira e latino-americana como um todo, ora criticavam-no enquanto elemento nocivo a uma democracia saudável. Ao fim, durante o “Movimento de 11 de Novembro”, o teor dos comentários diplomáticos indica que a maior preocupação desses atores era direcionada mais ao significado do crescimento do golpismo e das divisões internas nas Forças Armadas para a

estabilidade política brasileira do que à atuação política dos militares em si. Tanto que, nos comentários que apontavam as possíveis resoluções para a crise, os diplomatas consideravam, em geral, que apenas um entendimento interno aos militares, com pouco ou nenhum envolvimento das classes políticas civis, poderia levar a uma solução.

Em nenhum momento a diplomacia pareceu tomar partido explicitamente em relação às forças militares em conflito, embora sua avaliação sobre essas forças fosse de certo modo enviesada. Assim, as forças descritas como “golpistas” foram avaliadas negativamente apenas na medida em que careciam de “capacidade de organização e de uma liderança unificada”, o que teria levado seu movimento a fracassar. Quanto aos seus princípios e motivações, esses não foram questionados, já que se baseavam em um sentimento considerado legítimo de repulsa ao que significavam os legados do getulismo. Em relação às forças vitoriosas, as maiores críticas recaíram sobre a liderança de Lott, descrito como um oficial ingênuo, influenciável e vaidoso, e à aplicação desigual do conceito de “legalidade”.

Sobre este último aspecto, devemos apontar que as críticas contundentes dos diplomatas direcionadas à interpretação dada pelos militares e pelas classes políticas brasileiras ao conceito de legalidade ocorreram apenas na medida em que visualizaram a possibilidade dessa instabilidade política afetar aos interesses dos Estados Unidos. Conforme a situação política se estabilizou e os grupos nacionalistas e comunistas foram contidos, o grau de preocupação diminuiu.

Por fim, a avaliação feita pelo diplomata George Owen, analisada ao final do terceiro capítulo, traduz bem a interpretação geral da diplomacia estadunidense sobre o Brasil neste período: tratava-se de uma democracia “politicamente imatura”, com Forças Armadas gananciosas pelo poder político e tomadas por uma mentalidade deslumbrada sobre seus deveres nacionais, enquanto as classes políticas civis viviam a se ocupar de “mesquinhas políticas cotidianas” ao invés dos grandes problemas do desenvolvimento nacional. Em relação a esses problemas, o diplomata considera que são a consequência, e não a causa, dos problemas políticos brasileiros. Uma leitura, como podemos depreender, calcada menos em uma compreensão histórica das causas profundas do subdesenvolvimento econômico brasileiro do que em uma concepção idealista de que é a superioridade e perfeição milenar das instituições políticas dos Estados Unidos que foram as responsáveis pelo seu sucesso enquanto potência mundial – fórmula que poderia, e deveria, ser facilmente seguida pelas nações mais “atrasadas”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de (CPDOC-FGV). **O Brasil de JK: Imprensa**. [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Imprensa>. Acesso em: 11 maio. 2021.
- ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na história oral**, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6715/1525.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 maio. 2021.
- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. La cultura política. In: ALMOND, G. et. all. **Diez textos básicos de ciência política**. Barcelona: Editorial Ariel, 2001, p. 171-201.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AREAS, Daiana Maciel. **O governo JK nas páginas do Correio da Manhã (1956-1961)**. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Letícia Corrêa. 2013. 123 p. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo-RJ, 2013.
- ARÓSTEGUI, Julio. **La historia vivida: sobre la historia del presente**. Madrid: Alianza Editorial, 2004.
- BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Coord.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.
- BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et. all. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, p. 29-46.

BIROLI, Flavia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 213–240, 2004. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000100009&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100009&lng=pt&tlng=pt).

BORRAT, Héctor. El periódico: actor del sistema político. **Anàlisi: Quaderns de comunicació i cultura**, Universitat Autònoma de Barcelona, n. 12, 1989, p. 67-80.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183–192.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 37-54.

CARLONI, Karla Guilherme. **Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas**. Orientador: Prof. Dr. Daniel Aarão Reis. 2010. 251 p. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CARLONI, Karla Guilherme. O 11 de Novembro de 1955. **Militares e Política**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 102–119, jul.-dez. 2009. Disponível em:  
<https://revistas.ufrj.br/index.php/mp/article/view/33824>.

CARLONI, Karla. **Forças Armadas e democracia no Brasil: o 11 de novembro de 1955**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. RJ: Jorge Zahar Ed., 2002. [Versão e-book]

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). **Nova história militar brasileira**. Editora FGV, 2004.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares na política ou política entre os militares: uma falsa questão? In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues et. al. (orgs.). **Militares e política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 21-66.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**: Teoria das Relações Internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955, 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964) – Coleção O Brasil Republicano, v.3. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 341-82.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MESQUITA, Claudia. Os anos JK no acervo da Biblioteca Nacional. In: PEREIRA, Paulo Roberto (org.). **Brasiliana da Biblioteca Nacional - guia de fontes sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001. p. 329–368. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/6788%09>.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história**: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil. Algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima. **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-44.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. New York, U.S.: Simon & Schuster, 1994.

KUNHAVALIK, José Pedro. **Os Militares e o Conceito de Nacionalismo**: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Silva. 2009. 279 p. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LARA, José Victor de. **Revolução às margens do capitalismo: a Aliança para o Progresso no Nordeste do Brasil, 1961-1964**. 2019. 193 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH-UEM), Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. **Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/DepoimentoHenriqueTeixeiraLott.pdf>. Acesso em 01 abr. 2022.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (orgs.). **O Brasil republicano, v.3: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 97-126.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

McCANN, Frank D.; FERRAZ, Francisco César A. A participação conjunta de brasileiros e norte-americanos na Segunda Guerra Mundial. In: MUNHOZ, Sidnei J.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (eds.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: EDUEM, 2011.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 365-92.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.

MUNHOZ, Sidnei José. **Guerra Fria: história e historiografia**. Curitiba: Appris, 2020 [versão em e-book].

OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho de. **Terra Seca, Guerra: as forças políticas nordestinas sob a Aliança para o Progresso (1961-1964)**. 2020. 322 p. Tese (Doutorado em História) –

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH-UEM), Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** 3.ed. ampl. e atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964.** Orientadora: Profa. Dra. Sandra Jatahy Pesavento. 2002. 447 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, Norberto et. all. (orgs.). **Dicionário de política.** 11.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 306-8.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina.** Bauru, SP: EDUSC, 2000.

SIRINELLI, Jean-François. L'Histoire politique et culturelle. **Sciences Humaines**, Paris, n. 15, p. 157-164, out. 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964.** Orientador: Prof. Dr. Hélió Trindade. 2006. 339 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TEXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. Em nome da ordem: a cultura política anticomunista nas Forças Armadas brasileiras: 1935-1985. **Mediações**, Londrina, v.19, n.1, p. 151-169, jan./jun. 2014.

TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TULCHIN, Joseph S. **América Latina x Estados Unidos: uma relação turbulenta**. São Paulo: Editora Contexto, 2016. [versão e-book]

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n° 4, 1981, p. 89-102.